

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

MARIA ANGÉLICA FERRASOLI

**COMUNICAÇÃO, INOVAÇÃO E RESISTÊNCIA:
UM RELATO DE TRABALHADORES MILITANTES NAS EMPRESAS
DO GRANDE ABC DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1964-1985)**

**São Caetano do Sul
2015**

MARIA ANGÉLICA FERRASOLI

**COMUNICAÇÃO, INOVAÇÃO E RESISTÊNCIA:
UM RELATO DE TRABALHADORES MILITANTES NAS EMPRESAS
DO GRANDE ABC DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Inovação

Linha de pesquisa: Processos Comunicacionais: inovação e comunidades

Orientadora: Profa. Dra. Priscila F. Perazzo

São Caetano do Sul

2015

Ficha Catalográfica

F43c

Ferrasoli, Maria Angélica

Comunicação, inovação e resistência: um relato de trabalhadores militantes nas empresas do Grande ABC durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) / Maria Angélica Ferrasoli. -- São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2015.

104 p.

Orientadora: Profª. Drª. Priscila Ferreira Perazzo

Dissertação (mestrado) - USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

1. Comunicação. 2. Trabalhadores. 3. Ditadura civil-militar. 4. Inovação. 5. Memória I. Perazzo, Priscila Ferreira. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título..

REITOR DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa:

Prof^a. Dra. Maria do Carmo Romeiro

Gestor do Programa de Pós-graduação em Comunicação

Prof. Dr. Herom Vargas Silva

Dissertação defendida e aprovada em 02/03/2015 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profª Drª. Priscila Ferreira Perazzo

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Profª Drª. Magali do Nascimento Cunha

Universidade Metodista de São Paulo

Prof. Dr. Herom Vargas Silva

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

AGRADECIMENTOS

A todos os que de alguma forma participaram desse trabalho, em especial os entrevistados Aparecido Benedito de Faria, Derly José de Carvalho, Elias Stein, José Fernandes e Wilson Roberto Ribeiro.

À orientadora desta dissertação, Priscila Perazzo, e demais professores do PPGCOM-USCS, em especial os professores Gino Giacomini e Roberto Elísio, a quem tive o prazer de reencontrar após quase três décadas. À equipe do Laboratório Hiperfídias.

Aos professores Magali do Nascimento Cunha (Umesp) e Herom Vargas Silva (USCS).

Às entidades que me apoiaram no projeto: o Sindsaúde ABC, pelo aporte financeiro, e o Sindicato dos Bancários do ABC, por me ceder espaço para entrevistas, assim como ao Centro de Memórias do Grande ABC (Museu de Santo André), com os votos de vida longa.

Aos meus amigos Sílvia Berengani, pelas preciosas dicas, e Rita de Cássia Alonso Varela. À minha afilhada, Beatriz Alonso Varela.

A Philadelpho Braz, velho sindicalista e lutador, de quem muito tarde me tornei amiga, e cuja falta se faz sentir neste trabalho.

A meu pai, Antônio Ferrasoli, que enfrentou o mundo sem abandonar suas ideias de justiça, sem buscar cargos, dinheiro ou poder. Pelo puro prazer de acreditar e ir à luta, de dizer em alto e bom som: sim, eu sou assim! Sua presença está inteira neste trabalho, assim como a de minha mãe, Maria Sasso, sempre carinhosamente vigilante.

Ao Nei, Dante e Clarissa. Às nossas memórias e à história que juntos construímos a cada dia.

A todos os homens e mulheres, adultos ou crianças, que, em algum canto do mundo, apesar do sofrimento, resistem e encontram caminhos para tentar fazer do planeta um lugar melhor e mais humano.

Ao tempo, que é memória, pulsação e sentimento.

Trova do Vento que Passa

*[....] E a noite cresce por dentro
dos homens do meu país.
Peço notícias ao vento
e o vento nada me diz.*

*Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.*

*Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não.*

(Manuel Alegre)

Para Tom e Neca, origem e direção.

Para Dan e Cax, luz e futuro.

Para Nei, que me acompanha desde sempre na travessia da ponte.

E para Maria Peteta, na esperança de que nunca me deixe só.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar a comunicação produzida por trabalhadores engajados na resistência à ditadura civil militar (1964-1985) dentro das fábricas do Grande ABC. Para desenvolvê-la foi utilizada a técnica das Narrativas Orais de História de Vida, em cinco entrevistas norteadas pelo método da História Oral com foco na temática escolhida. Durante cerca de dez horas de entrevistas, realizadas de junho a novembro de 2014, foram abordados temas relativos à memória, identidade, comunidade e comunicação. Com posicionamento teórico calcado nos Estudos Culturais, o estudo aprofunda o conhecimento em uma comunicação ainda pouco revelada: aquela que, necessariamente, deveria ser feita de forma sigilosa para driblar a censura, o controle e a repressão da ditadura e, no entanto, precisava repercutir entre os demais trabalhadores, cumprindo seu papel informativo e ativista. Uma comunicação feita “na surdina”, cujos autores necessitaram de grande criatividade nos processos de produção e distribuição e que, muitas vezes, foi marcada pela oralidade e pelo gestual. As conclusões apontam para uma comunicação eficaz, apesar dos múltiplos percalços, como a hostilidade no ambiente fabril, a vigilância e a repressão, que poderia resultar em demissão, prisão, tortura, desaparecimento ou mesmo morte, já que os trabalhadores e as entidades sindicais foram o principal alvo da repressão do período, de acordo com relatório da Comissão Nacional da Verdade. É possível, também, que essa necessidade de rapidez tenha influenciado a linguagem da comunicação sindical da geração seguinte, quando surgiu o chamado novo sindicalismo, em que a temática econômica ganhou destaque em detrimento às considerações teóricas e políticas.

PALAVRAS-CHAVES: Comunicação; trabalhadores; ditadura civil-militar; inovação; memória.

ABSTRACT

This research aims to present the communication produced by workers engaged in the resistance against the Brazilian civilian-military dictatorship – which took place between 1964 and 1985 – inside factories in the Grande ABC region. To develop it, the Oral narratives of Life History technique was adopted in five interviews led by method of Oral History and focusing on the chosen theme. In ten hours of interviews, collected between July and November of 2014, themes such as memory, identity, community and communication were discussed. With theoretical positioning based on Cultural Studies, this study deepens the knowledge in a communication type which is not well known: one that should, necessarily, happen secretly in order to dribble the censorship, control and repression of the dictatorship. At the same time, however, it should reach as many workers as possible, to accomplish its informative and activist purpose. A communication which its authors needed great creativity skills either to produce or distribute and that, many times, was characterized by oral and gesture communication. The conclusions point to an efficient result, despite of many hurdles faced, such as hostility towards the workers – usual within the factories by that time. Besides, surveillance and repression from the ruling regime could result in dismissal, prison, torture or even death, since workers and trade unions were the greatest targets of the repression, according to a report recently released by Comissão Nacional da Verdade. It's also possible the need for quick communication have influenced the kind of communication adopted by the following generation of syndicalism, in which economic issues play a greater role than political and theoretical ones.

KEYWORDS: Communication; workers; civilian-military dictatorship; innovation; – memory.

Lista de abreviaturas

AMA – Associação dos Metalúrgicos Aposentados

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Autogestão

AP – Ação Popular

CENIMAR – Centro de Inteligência da Marinha

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIS/DCS – Divisão Policial de Informações Sociais do Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil do Estado de São Paulo

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DPF – Delegacia da Polícia Federal

FBI - Frente Brasileira de Informações

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

RH – Recursos Humanos

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VW – Volkswagen do Brasil

Lista de imagens

1 - Fotografia digitalizada de Aparecido Faria, quando vivia em Upsalla, na Suécia, na década de 1970.....	44
2 - Reprodução de capa de apostila produzida no Chile por Aparecido Faria, com o pseudônimo P. Torres, sobre o trabalho de conscientização política com os operários	45
3 - Reprodução de ficha de Elias Stein – Prontuário 143.989 – 09/4/1974 / Fundos Dops-SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	47
4 - Página digitalizada da carteira profissional de Elias Stein com a data de saída da empresa alterada para 22 de maio, já que quem saiu em 12 de maio estava na “lista negra” e não arrumava mais emprego	48
5 - Reprodução de fichas de Derly José de Carvalho – 1968 a 1979 – P – 499 / 4.400 / 4.477 / 5.364/ Fundos Dops-SP - Arquivo Público do Estado de SP.....	51
6 - Reprodução de documento que obrigava Elias Stein a comparecer ao Dops para assinar a “ménage”, quando estava em liberdade provisória em 1974	68
7 - Ilustração criada pelo cartunista Félix, João Ferrador se tornou símbolo dos metalúrgicos do ABC na década de 1970.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – HISTÓRIAS DE VIDA	31
1.1 Memórias de trabalhadores: o ponto de partida	39
1.2 Da Segunda Guerra à Revolução Cubana: a biografia dos trabalhadores	41
Capítulo II – VIRAR À ESQUERDA E SEGUIR ADIANTE	56
2.1 O vínculo com a política	57
2.2 Rupturas	62
Capítulo III - COMUNICAÇÃO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA	70
3.1 Ações de comunicação	72
3.2 Estratégias para comunicar frente ao proibido	75
3.3 A sobrevivência política por meio da comunicação: falsificação e solidariedade.....	83
Capítulo IV – FIM E RECOMEÇO	88
4.1 Sindicalismo: as gerações entre o velho e o novo	88
4.2 Fazer tudo de novo: a valorização da história de vida	91
Considerações Finais	96
Referências Bibliográficas.....	99

Introdução

A origem deste estudo está no momento histórico, mas não somente no que vivemos nos dias de hoje. Mais profundamente, situa-se na memória de uma geração (a minha) que cresceu sob a ditadura e acompanhou com interesse e participação a abertura política.

Muitos dos professores do curso de Jornalismo no então Instituto Metodista de Ensino Superior no início da década de 1980 relatavam a nós, estudantes, suas atividades clandestinas nos anos anteriores. Isso me instigava a buscar compreender o processo que foi encerrado a partir da organização de trabalhadores, contribuindo, ao lado de outras instituições que buscavam o restabelecimento democrático, para as pressões sociais que provocaram o fim da ditadura civil-militar.

Assim, este estudo parte do desejo de tentar preencher uma lacuna na história do Brasil, bem como da comunicação nas empresas, para continuar o processo de sedimentação da importância de cidadãos anônimos que são agentes de suas próprias histórias e também “fazedores” e protagonistas da História.

Da mesma forma, a origem desta pesquisa entrelaça-se pela busca de entendimento entre o que representaram o velho e o chamado novo sindicalismo, bem como sua participação na política do País, em especial pelo viés da comunicação e a necessária criatividade empregada para tornar possível essa comunicação.

A experiência profissional de atuar no departamento de imprensa de uma montadora nos últimos anos da ditadura, quando as edições do *house-organ* ainda passavam pelo crivo de um coronel, e a posterior atuação em quase uma dezena de entidades sindicais, igualmente motivaram a escolha desse tema para a dissertação.

Em passadas muito mais retrospectivas, a origem deste estudo vai chegar à lembrança do medo de uma mulher cujo marido ousava enfrentar a ditadura mesmo sem pertencer a qualquer grupo ou partido político, pois não sabia se ele voltaria ileso do trabalho diário numa empresa multinacional da região ou das assembleias sindicais. Nas tumultuadas discussões familiares sobre o assunto, nos discursos inflamados, na (minha) infância, cuja luz tudo absorve para depois transformar: eis a fonte que me traz até aqui.

Em 2014 o golpe civil-militar no Brasil completou 50 anos. Foram necessárias quase cinco décadas para que o País começasse a investigar esse período de sua história. A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pelo governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2012, deu início a uma vasta pesquisa e levantamento de dados inéditos.

Originou a organização de outras comissões e iniciativas que ampliaram a coleta de informações e documentos sobre o período em diferentes locais do País.

Em todo o Brasil o total de mortos e/ou desaparecidos pela ditadura civil-militar instaurada em 1964 chega a 434, sendo 155 só em São Paulo, de acordo com dados da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade Rubens Paiva, do estado de São Paulo. Foram investigados e fichados pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) milhares de trabalhadores das áreas urbanas. Na área rural, as prisões (assim como torturas e execuções), não passavam necessariamente pelo Deops¹. No campo era mais comum que a repressão fosse praticada por pessoas contratadas (“jagunços” ou “capangas”) pelos que queriam se ver livres dos chamados “subversivos”. O número de vítimas da repressão no meio camponês pode chegar a mais de mil, segundo publicação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República².

Uma linha de investigação específica para tratar da perseguição, prisão e desaparecimento de funcionários de empresas públicas e privadas, bem como de sindicalistas, foi criada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) a pedido das centrais sindicais existentes no País. Essa linha constituiu o Grupo de Trabalho (GT) 13 – Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. Os resultados finais do trabalho da CNV foram apresentados oficialmente em relatório no dia 10 de dezembro de 2014.

Além do grupo citado, outras comissões da verdade que se espalharam pelo País trabalharam com a investigação de empresas multinacionais ou nacionais que teriam sido cúmplices do golpe militar de 1964, bem como participado da prisão de trabalhadores, com o envio de suas fichas funcionais para os órgãos de repressão. Muitos empresários também são nominalmente citados como financiadores da repressão, especialmente no caso da Operação Bandeirantes, a Oban, em São Paulo, com doações em dinheiro e/ou infraestrutura para sua criação e funcionamento. No relatório final da Comissão Nacional da Verdade consta que os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe civil-militar de 1964, e a aliança empresarial-policial já existente no governo de Getúlio Vargas acabou

¹ O Deops-SP, denominado Delegacia de Ordem Política e Social em sua origem e, posteriormente, como última denominação, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, foi criado em 30 de dezembro de 1924, por meio da Lei nº 2.034/24, que visava reorganizar a polícia do Estado. Nas narrativas dos entrevistados foi mantida a sigla do período, Dops.

² Publicação da Secretaria Especial e Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_direito_memoria_verdade/livro_direito_memoria_verdade_sem_a_marc_a.pdf

por transformar-se numa aliança empresarial-policial-militar durante a ditadura, definindo um novo regime fabril com agentes da repressão infiltrados entre os operários. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – Relatório, Textos Temáticos - V. II. – Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores - Dez. 2014). Entre os setores que apoiaram o golpe militar e as torturas cometidas em órgãos como o Deops e a Oban estão o empresariado paulista, representado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e bancos públicos.

A reestruturação da PE [Polícia do Exército] paulista e a Operação Bandeirantes foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca achegou-se no segundo semestre de 1969 [...]. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros [...]. Na Federação das Indústrias de São Paulo convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grupos comerciais e industriais do Estado contribuíram para o início da Oban (GASPARI, 2002, p.62)³.

Outros empresários e empresas citados são Nadir Figueiredo (empresa homônima), Geraldo Resende de Mattos (Sesi/Fiesp), Pery Igel (Ultra), Albert Boilesen (Ultra/Fiesp/Ciesp, retratado no documentário *Cidadão Boilesen*, de 2009), Paulo Ayres (Pinheiros Farmacêutica), Sebastião Camargo (construtora homônima) e Adolpho Gordo (Banco Português); Scania, Chrysler e Firestone. Nos meios de comunicação há a inclusão de grupos como a *Folha da Manhã* que, além do apoio ao golpe, forneceu carros para a repressão e deixou na mão dos militares uma de suas publicações, a *Folha da Tarde* (FT). O grupo *Folha da Manhã* possui atualmente os jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora*, o portal Universo On Line (Uol), e é um dos donos do jornal *Valor Econômico*, em sociedade com as Organizações Globo. Nos anos de 1950 existiam a *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* (posteriormente relançada) e *Folha da Noite*, reunidas na década seguinte pela *Folha de S. Paulo*. Em 2011, quando o grupo completou 90 anos, uma edição histórica confirmou o apoio do grupo ao golpe civil-militar, o uso da *Folha da Tarde* por militares, e fez menção à doação de seus carros para a repressão: a entrega da Redação da *Folha da Tarde* a jornalistas entusiasmados com a linha dura militar (vários deles eram policiais) foi uma reação da

³ Nota do autor Elio Gaspari: Para os carros da Ford e VW, ver entrevista do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto ao *Jornal do Brasil* de 17/11/1992. Para os caminhões da Ultragás, *Venceremos*, órgão da ALN n.1, abril de 1970. Para as refeições da Supergel, Francisco Carlos de Andrade, 14 de agosto de 1988. Reportagens de José Casado publicadas no jornal *O Globo*: O Elo da Fiesp com o portão da ditadura (RJ, 10/3/2013, p.e); Repressão no pátio da fábrica (RJ, 10/5/2005, p. 38).

empresa à atuação clandestina, na Redação, de militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, um dos “terroristas” mais procurados do País, morto em São Paulo no final de 1969.

Em 1971, a ALN incendiou três veículos do jornal e ameaçou assassinar seus proprietários. Os atentados seriam uma reação ao apoio da *Folha da Tarde* à repressão contra a luta armada. Segundo relato depois divulgado por militantes presos na época, caminhonetes de entrega do jornal foram usadas por agentes da repressão para acompanhar, sob disfarce, a movimentação de guerrilheiros. Apesar da menção ao fato em sua edição comemorativa, a direção da *Folha* sempre negou ter conhecimento do uso de seus carros para tais fins. Da mesma forma, a adesão fica clara no caso do grupo *O Estado de S. Paulo*, um dos mais tradicionais do País. “Em entrevista que me concedeu em 2005, o jornalista Ruy Mesquita, diretor do Grupo Estado, afirmou, ao ser perguntado sobre o apoio dado por seus jornais ao golpe: ‘Não só apoiamos, como conspiramos’”, registra o jornalista Audálio Dantas, autor do artigo “A Mídia e o Golpe Militar” (2014, p.67).

Documentários recentes (como *O Dia que durou 21 anos*, de Camilo Tavares, 2012) também relacionam o golpe civil-militar de 1964 aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos e às violações e crimes que as empresas teriam cometido com essa cumplicidade (WEICHERT, 2008). Mas uma das primeiras obras a fazer menção a este elo entre os EUA e o golpe militar no Brasil foi o estudo do uruguaio René Armand Dreifuss, de 1981, intitulado *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Segundo o autor, a principal motivação financeira para o golpe de 1964 foi a lei assinada pelo então presidente João Goulart que restringiu a remessa de lucros pelas companhias multinacionais a suas matrizes:

A remessa anual de lucros não podia exceder a 10% dos investimentos líquidos registrados. A remessa que ultrapassasse essa percentagem seria considerada repatriação de capital, num máximo permitido de 20% anuais. Lucros acima desse limite seriam considerados capital suplementar e não poderiam ser remetidos, devendo ser reinvestidos no Brasil (DREIFUSS, 1981, p. 143).

O papel dos empresários alinhados aos militares e aos interesses norte-americanos por intermédio de organismos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês – assim acentuado por representar não só a sigla, mas também a árvore) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) também mereceu destaque no estudo da comunicação do período. Em *Ernesto Geisel, 1908-1996* (publicado em 1997), o ex-presidente confirmou aos historiadores Maria Cecília D’Araújo e Celso Castro o poder do Ipês contra Jango. Afirmou o ex-presidente Geisel aos autores:

Sei que, congregando o interesse da classe empresarial, [o Ipês] difundia a ideia de um movimento contra o Jango. O Ipês era um meio de comunicação, de difusão. Tinha adeptos em São Paulo, no Rio, em Minas, Paraná, em toda parte (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 50).

Há pouco mais de 10 anos, 14 filmes patrocinados pelo Ipês foram encontrados no Arquivo Nacional e restaurados pela pesquisadora Denise Assis, que publicou livro sobre o tema em 2001. Eles são anteriores ao golpe de Estado (1962/1964) e preconizam a democracia e a luta contra o comunismo. Segundo palestra da autora durante o seminário “Como as empresas se beneficiaram e apoiaram a ditadura”⁴, estes filmes eram exibidos antes das sessões de cinema, nas paróquias e nos intervalos de almoço/jantar nos restaurantes das empresas, e reforçam a ideia de que o golpe começou a ser gestado muito antes de 1964. Empresas como Listas Telefônicas Brasileiras; Light; Cruzeiro do Sul; Refinaria e Exploração de Petróleo União e a Indústria de Comércio e Minerais (Icomi) arcavam com mais de 70% das contribuições (ASSIS, 2001, p. 67-72).

Outras obras, como *Memórias de uma guerra suja* (MEDEIROS; NETO, 2012, p.129) ampliaram a discussão para as ações da chamada Operação Condor, aliança político-militar articulada pela central de inteligência dos EUA (CIA) para apoio e manutenção das ditaduras militares nos países do Cone Sul, entre eles o Brasil. Essa colaboração entre os países para perseguir e prender opositores das ditaduras está registrada em obras como “A la sombra del condor: arte, resistência y movimientos alternativos transnacionales durante las recientes dictaduras latino-americanas (1976-1983)”, de Mónica Glik (2013). A participação decisiva dos EUA na mais longa ditadura do Cone Sul, a brasileira, também está evidenciada na obra de Nelson Jahr Garcia, que não situa os militares como artífices do golpe, relegando-os ao papel de executores. Para ele, a ideologia dominante após 1964 configurou-se como representativa dos interesses do capital nacional associado ao estrangeiro.

O maior problema das interpretações que privilegiam o papel dos militares e tecnoburocratas consiste na não percepção de uma estratégia de propaganda [...] que procura ocultar quais são os interesses prevaletentes na sociedade, atribuindo o poder a um segmento que possa, apresentando uma neutralidade acima das classes, mostrar-se comprometido apenas com o bem-estar geral (GARCIA, 1990, p. 38-39).

De acordo com esse raciocínio, o termo mais adequado para caracterizar o período é ditadura civil-militar (e não apenas ditadura militar), embora mesmo essa nomenclatura seja inadequada para alguns pesquisadores, que preferem o termo ditadura empresarial-militar.

⁴Seminário promovido pelas comissões nacional e estadual (SP) na Assembleia Legislativa de SP em 25 de março de 2014.

Ditaduras são regimes políticos marcados pelo autoritarismo. A autora Hannah Arendt faz a seguinte distinção entre ditadura e tirania:

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como meio corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes (ARENDT, 1989, p. 26).

Embora o uso da força bruta seja também empregado contra os oponentes (assassinatos, torturas, desaparecimentos), numa ditadura, além da propaganda, a ausência de informação motivada pela censura reforça o controle social e cria o que Elizabeth Noelle-Neumann (1992, p. 74) chamou de “espiral do silêncio”: quanto mais minoritária a opinião dentro de um universo social, maior a tendência de que não seja manifestada.

Na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi criada a Agência Especial de Relações Públicas (AERP), com conteúdo focado no nacionalismo. “Suas peças tratavam da fixação de heróis – como Santos Dumont e Tiradentes – e buscavam, por meio dos filmes, enaltecer “fatos históricos” nacionais” (FICO, 1997, p. 142). O pensamento único era a regra:

[Em 1964] [...] todas as realizações, pequenas ou grandes, eram divulgadas para todo o Brasil com insistência e repetição. A todo o momento, na imprensa, rádio, televisão ou cinema, se mencionavam a industrialização do Nordeste, a Transamazônica, os milhões alfabetizados pelo Mobral e tantos outros (GARCIA, 1999, s/p).

Esse tipo de propaganda vai ser veiculada nos meios de comunicação de massa, nas escolas, nas empresas. Locais que sustentaram as estruturas de poder do regime, assim classificadas por Michel Foucault (2003, p. 183). No caso específico das empresas é preciso considerar sua comunicação. Os responsáveis pelos departamentos de imprensa nas grandes empresas, especialmente multinacionais, nos anos de 1960 adotaram a mesma linha oficial. Esses departamentos em geral eram subordinados à gerência de Relações Públicas, profissão regulamentada em 1967. Como descreve Margarida Kunsch (1997, p. 27), “uma ditadura representa certo risco para o exercício da profissão e, para se manter, ela (a profissão de RP) acabou se associando à propaganda ideológica do governo”. Ou ainda:

O crescimento das Relações Públicas deu-se principalmente em razão de dois fatos. Um, de que a atividade era de interesse dos militares, a ponto de vários gerentes de relações públicas em grandes organizações, na época, terem sido militares. Outro, o de que a própria estratégia de Relações Públicas adotada a partir da gestão do General Médici virou um paradigma para todo o serviço público e se reproduziu até mesmo em algumas grandes empresas. (KUNSCH, 1997, p. 27)

A contrainformação, ou seja, o processo de comunicação contrário à ditadura também existiu. Embora o golpe de Estado tenha causado a intervenção imediata nos sindicatos, acabando com suas publicações, a imprensa sindical, a imprensa vinculada a partidos políticos (em especial o Partido Comunista Brasileiro, o PCB) e a imprensa alternativa encontraram

caminhos para burlar a censura e o silêncio e chegar até os trabalhadores. Exemplos dessas brechas são publicações como *Bilhetes do João Ferrador*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (MIANI, 2007), com os bilhetes reunidos em livro homônimo (NUNES; CANNABRAVA, 1980), ou pichações encontradas nos banheiros de uma empresa metalúrgica do ABC e anotadas por agente do Departamento de Ordem Política e Social (Deops), órgão que vigiou os operários desde sua fundação, em 1924 (NEGRO, 2004).

No caso da imprensa alternativa devem ser observados os casos de publicações como *O Pasquim*, lançado em 1969 e que sobreviveu até 1991. Sua linha editorial usava da irreverência e da valorização da contracultura para combater a ditadura civil-militar. Nos anos de 1970 foram mais de 120 os títulos de jornais alternativos, sendo oito de circulação nacional. “Havia, durante a ditadura, uma pujante imprensa alternativa, incluindo vários semanários de circulação nacional – alguns deles, como *Pasquim*, *Opinião* e *Movimento*, extremamente críticos. Os próprios jornais alternativos, embora unidos na oposição à ditadura, eram muito diferentes entre si. Havia jornais anarquistas e marxistas, nacionalistas e internacionalistas, católicos e feministas”, afirma Bernardo Kucinski⁵.

Outras formas comunicativas que vão além de jornais de sindicatos ou das próprias empresas são as chamadas “rádio-peão” e os boatos. O alcance da primeira, ao contrário do que se possa supor, não está limitado aos cargos mais subalternos, pois “os discursos correm por toda teia organizacional, via comunicação intrapessoal e o moderno correio eletrônico; do chão de fábrica ao céu de brigadeiro da alta administração” (BERTUOLO, 2005, s/p).⁶ Embora existam autores que considerem também a rádio-peão uma espécie de boato, cunhando o termo “boato organizacional”, é preciso lembrar que há ocasiões em que por trás dela está o sindicato como fonte, e boato com fonte já é informação que pode ser confirmada, e não pode ser assim considerado.

É uma comunicação que surge do silêncio da própria empresa e viabilizada em tempos de crise ou censura, como nas ditaduras. Os próprios relatórios de agentes do Deops infiltrados nas empresas são hoje testemunhos de uma comunicação não permitida, mas presente e resistente. Ou seja, na ditadura civil-militar brasileira houve silenciamento, vigilância e repressão por parte das empresas, muitas delas cúmplices e financiadoras do

⁵Do discurso da ditadura à ditadura do discurso. Artigo de Bernardo Kucinski publicado nos *Cadernos Diplô*, p. 46-49, 2002, e no site http://enecos.org/xiicobrecos/docs/do_discurso_da_ditadura_a_ditadura_%20do_discurso.doc.

⁶II Congresso Virtual de Comunicação Empresarial:
<http://www.comtexto.com.br/2convicomcciRadioPeaoClaudemirBertuolo.htm>

regime militar. E tentativas de resistência por parte de trabalhadores militantes, que buscaram a adesão e organização dos demais por uma comunicação que se deu dentro das empresas no período em que os sindicatos estavam sob intervenção e os partidos políticos deixaram de ser considerados legais.

O Grande ABC paulista

O Grande ABC vivenciou esse período de forma intensa, já que a região contava com grande número de sindicatos, muitos vinculados ao Partido Comunista. Além disso, o chamado “triângulo” (formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano) vivia nos anos de 1950 a expansão de sua industrialização, atraindo para a região moradores do interior paulista e nordestinos em busca de trabalho, a maior parte egressos do meio rural. A repressão na região começou imediatamente após o golpe. Registrou o *Jornal de Santo André* em sua edição de 4 de abril de 1964:

Assim que eclodiu o movimento, o delegado titular da Delegacia de Polícia local, comandando um destacamento especial, invadiu a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, não encontrando qualquer resistência. Foram presos os senhores Marcos Andreotti e Philadelpho Braz, diretores da entidade sindical (MÉDICI, 2008, p. 96).

Apesar de o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André polarizar, à época, as discussões de grandes temas nacionais e ter como presidente um comunista, Marcos Andreotti (VALIM, 1983), outros sindicatos da região de menor expressão passaram pelo mesmo processo. Foi a partir do Ato Institucional nº 5, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que a situação se tornou mais aguda. A suspensão de direitos constitucionais, que aumentou o clima de censura e repressão em todo o País, ampliou as intervenções nos sindicatos combativos, com prisões e desaparecimento de lideranças. Sob o AI-5 os trabalhadores já não podiam reivindicar ou se organizar, nem tinham fontes confiáveis de informações sobre, por exemplo, os índices inflacionários.

Com as intervenções nos sindicatos os trabalhadores envolvidos com a resistência ao golpe civil-militar passaram a se organizar dentro das empresas, clandestinamente. Entre 1964 e 1969, 47 líderes políticos “desapareceram”; o Estado interveio 456 vezes em sindicatos em 1964 e mais 358 vezes em 1965, destituindo lideranças eleitas, fechando os mais combativos e nomeando interventores (ARNS, 1985, p. 61). A palestra realizada por Rolando Frati

(ativista do PCB e depois do Agrupamento Comunista, banido do País), na abertura do Encontro Internacional, em Bruxelas, no ano de 1979, retomou esse contexto⁷:

Do que sobrou do que não estava foragido, na cadeia ou no exílio, principalmente aqueles operários de vanguarda? [...] Na cúpula sindical não se podia fazer mais nada. Vamos fazer o que, então? Vamos nos organizar nas empresas. Trabalho de paciência, devagar, porque o inimigo está atento. Então, este trabalho leva a Osasco de 68. A greve de Osasco em 68. Um desafio à ditadura em ascenso foi aquela greve”.

Muitos militantes de grupos de resistência também se deslocaram para empresas da região, onde buscaram esconderijo e a promoção de ações para organizar os trabalhadores. Entre eles estava, por exemplo, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (1935-1997), que mais tarde ficou conhecido como o *irmão do Henfil* e que, ao voltar do exílio, criou a campanha Ação da Cidadania contra a Fome. Betinho trabalhou na então Porcelana Real, em Mauá (hoje Porcelana Schmidt).

No Grande ABC, as empresas prepararam-se para uma verdadeira “guerra”, como relatam reportagens do jornalista José Casado (“Repressão no pátio da fábrica”, *O Globo*, RJ, 15/5/2005, p. 38). Dentre essas empresas destacou-se a Volkswagen, multinacional alemã cuja planta em São Bernardo do Campo, contava, à época, com número recorde de trabalhadores (cerca de 40 mil), um alvo óbvio para a ação dos grupos de resistência. A empresa, que empregara entre seus “especialistas de segurança” o alemão Franz Paul Stangl, fugitivo nazista (comandou dois dos principais campos de extermínio do III Reich na Polônia, Sobibor e Treblinka, e foi extraditado do Brasil em 1967), abrigava quatro dezenas de funcionários em sua segurança no início da década de 1970:

[...] Muitos (seguranças) recrutados na polícia e nas Forças Armadas. Em 1969 um dos chefes era Adhemar Rudge, coronel do Exército engenheiro com domínio do idioma alemão. Ele nega participação no “Grupo de Trabalho” das empresas com a polícia política, apesar dos registros na documentação do Deops. Entre 1970 e 1971, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) traçou um “Plano de Construção (de bases) nas Empresas”. O jornal comunista *Voz Operária* exaltou o sucesso do plano “na maior empresa privada”. Não deu o nome, mas a nota levou a uma ação combinada empresa-polícia política. “Foi a Operação Escaninho: vigilância sobre todo metalúrgico que tivesse material suspeito nos escaninhos. Em seguida veio a grande redada de prisões” conta o historiador João Guilherme Vargas Neto. Na época prenderam o operário Antonio Guerra com um *Jornal da Volkswagen* em que se lia: “Há elementos do Deops e do SNI em diversas seções [...]”. (CASADO, 2005, p. 38-40).

⁷O site [Passapalavra.info](http://passapalavra.info) é produzido por colaboradores de Portugal e do Brasil. O artigo em questão, publicado em 30 de maio de 2010, aborda o Grupo de Apoio à Oposição Sindical (Gaos) no exílio, formado por militantes que tiveram de deixar o Brasil por causa da ditadura civil-militar. Cláudio Nascimento <http://passapalavra.info/2010/05/24419>

De acordo com o depoimento de Lúcio Belentani, ex-militante do PCB à Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, no ano de 1972, quando ele era metalúrgico na Volkswagen (VW) na planta de São Bernardo, a base do partido na fábrica reunia cerca de 250 pessoas. Sua prisão aconteceu dentro da VW e ele começou a apanhar ali mesmo, dentro da fábrica, como relata:

Estava trabalhando e chegaram dois indivíduos com metralhadora, encostaram nas minhas costas, já me algemaram, isso às 23h, coisa assim. Na hora em que cheguei à sala de segurança já comecei a apanhar ali, comecei a levar tapa, soco. Daí já queriam saber se tinha mais alguém na Volkswagen. Na época a base do partido dentro da Volkswagen era de aproximadamente 250 pessoas. Levaram-me para a prisão, fui para Deops⁸.

Relatos de trabalhadores envolvendo empresas multinacionais e suas ligações com a ditadura civil-militar também ocorreram no Chile e na Argentina – neste último, há processos contra a empresa Mercedes Benz e Ford, acusadas de enviar fichas funcionais de seus empregados a agentes da repressão e, no caso da Ford, até mesmo de sequestro e prisão em sua planta (BASUALDO, 2006). No Brasil, embora a ditadura tenha prosseguido até 1985, foi a situação econômica – e não a política – a responsável por uma reação dos trabalhadores de alcance nacional no final dos anos 1970, que deu início a um amplo movimento envolvendo intelectuais, políticos, estudantes e outros representantes da sociedade civil, culminando, enfim, com o fim da ditadura no Brasil⁹. O movimento que marcou essa retomada, do ponto de vista sindical, foi a greve na Scania, iniciada em 12 de maio de 1978. Nesse momento já são outras as lideranças, assim como as formas de comunicação dos trabalhadores militantes e/ou sindicalistas dentro das empresas.

É curioso destacar que foi justamente nesse período que a imprensa operária/sindical se profissionalizou, como situa Maria Nazareth Ferreira, autora do livro *A imprensa operária no Brasil* (1988). A autora divide esta imprensa em três blocos: a anarcosindicalista, a sindical-partidária e a sindical. A primeira nasceu com a chegada dos imigrantes e foi feita pelos próprios trabalhadores e intelectuais, em especial os gráficos. A segunda fase se deu com o bloco sindical-partidário: começou com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922 e foi até o golpe militar, em 1964. A terceira etapa é a atual: nasceu com a reorganização do proletariado brasileiro e é porta-voz de entidades sindicais, sobrevivendo relativamente afastada de partidos políticos.

Ela nasce a partir de meados da década de 70, quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, fortalecendo-se nos primeiros

⁸ Relatório final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Câmara Municipal de São Paulo, maio a dezembro de 2012, p.48-49. Acervo da Câmara Municipal de São Paulo.

⁹ Revista A Greve na Voz dos Trabalhadores – Da Scania a Itu – História Imediata – São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979, p. 71.

anos da década de 80. Tem duas diferenças essenciais com as anteriores: não é mais exercida por operários em tipografias ou gráficas cedidas aos mesmos, mas feita em gráficas pertencentes aos sindicatos ou empresas profissionais e por um (ou mais) jornalista funcionário da entidade (FERREIRA, 1988, p. 36).

Para os militantes, o cerco vai se fechando na medida em que a ditadura civil-militar se consolidava e endurecia. Eles estavam nas fábricas sob constante vigilância. Podiam acabar na prisão, sofrer torturas, desaparecer ou ser assassinados. Isso fez com que buscassem e encontrassem alternativas para se comunicar, apelando à criatividade para burlar a censura.

Naqueles chamados “anos de chumbo”, a comunicação, enrustida, não deixou de existir. Os trabalhadores militantes encontraram formas de informar e fazer seu trabalho político por intermédio da comunicação informal e eventuais boletins, passados de mão em mão ou colados em locais de menor vigilância, como nos banheiros.

Assim, esse estudo voltou-se para o ambiente de trabalho existente no período ditatorial e as formas e ações de comunicação possíveis: comunicação não oficial, boatos, comunicação política, comunicação informal (como a *rádio-peão*), nascida no dia a dia dos trabalhadores, em especial num tempo de crise em seu país e quando suas entidades representativas (sindicatos) não podiam atuar por força da censura imposta. Da mesma forma, pode evidenciar a proximidade dos departamentos de relações públicas e/ou imprensa das empresas com a linha adotada pela comunicação oficial do regime militar.

Vemos aqui o boato organizacional como a saída para o silêncio da comunicação formal. Silenciar sobre um assunto não significa eliminá-lo; a comunicação discursos e sentidos – busca o seu curso, ainda que à margem. Cabe aos profissionais responsáveis pela comunicação criar canais para dar voz e vez aos funcionários e evitar que falas com toda sorte de acréscimos e entendimentos se tornem verdades (BERTUOLO, 2005, s/p)¹⁰.

É um cenário fabril de grande hostilidade, como veio a confirmar o recente relatório divulgado pela Comissão Nacional da Verdade, e que leva à seguinte pergunta-problema desta pesquisa: Quais as ações e formas de comunicação promovidas por trabalhadores militantes que aconteciam no interior das empresas da região do Grande ABC no período do regime militar (1964-1985)? O objetivo deste estudo foi identificar as ações de comunicação que foram colocadas em prática pelos trabalhadores durante a ditadura civil-militar no vigiado ambiente de trabalho. A partir de experiências pessoais, interpretadas pelos métodos ofertados pelos Estudos Culturais, pelas memórias e pelas narrativas orais, puderam ser percebidos os fluxos da comunicação interna nestas empresas, as tensões estabelecidas entre o apoio ao

¹⁰ *Idem* item 5.

regime militar e a resistência ao autoritarismo, bem como a ação de empresários e trabalhadores.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar as formas e ações de comunicação promovidas por trabalhadores militantes no interior das empresas da região do Grande ABC no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a partir do relato desses trabalhadores.

É preciso destacar que a comunicação possível de trabalhadores militantes no interior das empresas do Grande ABC ainda é assunto pouco estudado, seja no universo da comunicação, seja no campo da história, o que justifica a pesquisa, que remete à comunicação e à memória, a partir de questões que envolvem identidade e comunidade. O olhar está voltado para trabalhadores que atuaram nos anos da ditadura civil-militar no Brasil e, territorialmente, por municípios que formam a região do Grande ABC: Santo André, São Bernardo, Mauá, Diadema.

O fato de o Grande ABC vivenciar anos de expansão de sua indústria, concentrando muitas empresas de capital estrangeiro, e sindicatos de médio e grande porte, qualificou a região para o estudo, já que nele estão imbricados a cumplicidade das empresas (inclusive de capital estrangeiro) com a ditadura e a resistência da população civil (principalmente trabalhadores e/ou sindicalistas).

Além disso, é necessário ter em mente que acontecimentos ocorridos há meio século foram silenciados pela ditadura, mesmo depois de seu término, e só agora começam a ser contados. Mesmo a produção historiográfica oficial poderá sofrer revisões a partir de revelações documentais e da própria constituição e fomento da memória.

A delimitação desta pesquisa está na intersecção dos campos dos Estudos Culturais, nos estudos de comunicação e política, e da história contemporânea do Brasil. Concerne a um espaço organizacional que tange às empresas onde trabalharam pessoas que contarão essa história. Sindicatos e imprensa alternativa são partes coadjuvantes.

A pesquisa parte do relato de histórias de vida de trabalhadores de empresas situadas no Grande ABC, tais como as multinacionais Mercedes Benz, Scania, Phillips e outras de menor porte. Foram ouvidos trabalhadores engajados, que sabiam da existência da ditadura, não a aceitavam e de alguma forma estavam envolvidos com seu combate (em partidos, sindicatos, grupos).

Situa-se assim entre os estudos de comunicação, cultura e memória, a fim de se compreender quais as ações da comunicação foram empreendidas pelos funcionários das empresas no Grande ABC que atuavam na militância política. E, sobretudo, evidenciar que os

mecanismos da comunicação também são forças político-sociais para a movimentação de grupos e seus interesses.

Criatividade e transformação

Esta pesquisa está vinculada à linha Processos Comunicacionais: inovações e comunidades, a partir do estudo da memória individual, pelo relato de cada entrevistado, e da memória social. O conceito de comunidade é amplo e está diretamente relacionado aos conceitos de local e região. A globalização e as tecnologias digitais diluíram fronteiras e divisas territoriais e, paradoxalmente, propiciaram o ressurgimento do que é “comum” a determinado grupo, criando o termo glocalização: “É a dinâmica global que interage com o local, criando e re-criando identidades globais e locais” (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p.139).

Para Bauman (2003, p.7-9), comunidade envolve proteção e aconchego, mas representa “o tipo de mundo que não está ao nosso alcance, no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”. Ele cita a observação de Raymond Williams de que o que é notável sobre a comunidade é que “ela sempre foi”. E acrescenta: “sempre esteve no futuro”, como um paraíso perdido. Já para CASTELLS (1999, p. 79), as pessoas tendem a se agrupar em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertencimento e, assim, uma identidade cultural. Essa identificação pode servir tanto à manutenção do *status quo* quanto à resistência à dominação ou ainda à transformação, respectivamente caracterizadas pelas identidades legitimadoras, de resistência e de projeto (1999, p. 4).

Levado para o mundo do trabalho, a ideia de uma comunidade que “protege” e “abriga” foi – e ainda é – estratégia de muitas empresas. Descreve Bauman (2003, p. 38) sobre a “escola das relações humanas”, fundada na sociologia industrial de Elton Mayo na década de 1930:

O que garantiu o sucesso da noite para o dia das propostas de Mayo foi sua ideia de que os bônus e aumentos de salários, bem como a minuciosa (e custosa) supervisão minuto a minuto, não seriam tão importantes, desde que os patrões conseguissem evocar entre seus empregados o sentimento de que “estamos todos no mesmo barco”.

Da mesma maneira é possível pensar a comunidade dos trabalhadores que resistem a esse pensamento (não estamos todos “no mesmo barco”) e a dos que se associam a entidades representativas (como sindicatos, por exemplo) para reivindicar respeito e ampliação de seus direitos e salários (identidades de resistência e projeto, respectivamente, na conceituação de Castells, 1999). Os sujeitos – trabalhadores das fábricas – são os mesmos, mas as possibilidades de integração a uma ou outra comunidade são múltiplas.

Como o território pode ser físico-geográfico ou mesmo simbólico, adquire relevância o sentimento de pertença, já que se pode pertencer a distância e o que está em jogo é a vontade e os interesses dos membros (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p.143). A forma de pensar a comunidade alterna-se de acordo com o período histórico. Especificamente no da ditadura civil-militar brasileira, marcado pela repressão social e política, encontramos a definição de que comunidade é um fenômeno social inexistente no Brasil, ao menos em áreas urbanizadas e alfabetizadas, já que a nossa estrutura política, autoritária e desmobilizante, não tem permitido a disseminação dos ideais democráticos, indispensáveis a qualquer aglutinação comunitária. Talvez as experiências propriamente comunitárias no Brasil (além das sociedades tribais, isoladas da sociedade nacional) sejam aquelas que encontram na miséria um fator de aglutinação: nas favelas das grandes cidades e nos povoados das áreas rurais, constituídas respectivamente por migrantes e imigrantes potenciais (MARQUES DE MELLO, 1981, p. 58).

Embora a citação de Mello esteja restrita a um período de ausência da democracia, as condições apontadas em parte persistem – como o acirramento de tendências individualistas, por exemplo, e o aumento da violência. E, ao mesmo tempo, surgem sinais agregadores e de revitalização das identidades locais e de laços comunitários os mais diferentes (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p.143).

A cidadania, claudicante num Estado ditatorial, também é palavra-chave nas obras de Martín-Barbero e García-Canclini. Essa percepção da cidadania, de forma não só mais política e voltada à satisfação de necessidades e direitos, mas de forma ampliada ao social e ao cultural, é expressão das mudanças que vêm sendo vivenciadas em especial na América Latina. “Observe-se que a temática do pertencimento, tanto para Martín-Barbero quanto para García-Canclini tem sua convergência em três direções, ou seja, identidade, comunidade e cidadania” (SOUZA, 2006, p.6). É essa convergência que vai formar o estofo do grupo destacado neste estudo (trabalhadores militantes nas empresas do Grande ABC) e indicar as possibilidades de aprofundamento nas ações de comunicação por eles promovidas no período da ditadura civil-militar brasileira.

A pesquisa volta seu olhar também para as regionalidades, procurando no entorno das comunidades o movimento propulsor da vida social a partir das possibilidades da comunicação nessas comunidades. “O que se vê, nesse limiar do século XXI, é um recrudescimento de estudos regionais que se utilizam do método da memória, seja individual ou social, para delimitar questões de cultura, identidade e subjetividade” (PERAZZO; CAPRINO, 2008, p.120). Ambas estão interligadas e formam diferentes peças de um mesmo

quebra-cabeça; no caso, pela ênfase temática, a comunicação existente nas empresas durante o período da ditadura civil-militar.

Entendidos como instrumento de poder, memória e esquecimento podem compor um panorama semelhante ao “oficial”, reforçado pela historiografia da época, ou, como se espera, a descrição de fatos e situações singulares, vivenciados e (re)contados por cada entrevistado. Nesse sentido, serão *novas* as revelações, vez que têm como referência não mais o passado, mas o presente. Para Rossetti e Caprino (2008, p. 63):

A comunicação é a inserção de um sujeito complexo num ambiente social igualmente complexo. O sujeito faz parte do ambiente social e o ambiente social faz parte do sujeito; e a ideia paradoxal de que a parte pertence a um todo que é parte da parte.

E a ideia de inovar, aqui apresentada como transformação, vai levar à criatividade nascida da necessidade de informar mesmo sob vigilância, censura e risco de morte a partir da prisão e tortura dos que ousavam desafiar o regime civil-militar e, mais ainda, divulgar suas mensagens de resistência e denúncia em busca de novos parceiros. Esse sentido de subversão vai possibilitar processos e ações inovadores nessa comunicação, que se faz de forma subterrânea, enrustida, escondida, mas é fundamentalmente presente.

Esta pesquisa também está vinculada ao *Memórias do ABC- Núcleo de Pesquisas e Produções Midiáticas*, que integra o Laboratório Hipermídias do PPGCOM da USCS. Por meio das lembranças e das narrativas orais dos trabalhadores pretende-se verificar como ocorreram as ações e as formas de comunicação nas empresas do Grande ABC durante o período da ditadura civil-militar. Ações e formas que, pelas condições existentes, podem ter se mostrado inovadoras, pois “quando a inovação está no sujeito, novo pode ser o enfoque teórico ou a apropriação social” (ROSSETTI, p. 65, 2013).

Quando o novo se impõe

Embora contrainformação, comunicação política, imprensa popular, alternativa ou operária sejam conceitos pertinentes à comunicação levada às fábricas por militantes que resistiam à ditadura civil militar brasileira, é necessário observar as condições existentes no período para produção e divulgação dessa comunicação. Era preciso criar e inventar formas desse agir que burlassem a inevitável repressão.

A *criação* pode ser relativa ou absoluta. A criação do novo a partir de algo já existente é relativa e própria do ser humano (BERGSON, 2005). A criação absoluta é *ex nihilo*, isto é, a criação a partir do nada, própria das divindades. Já a criatividade é o princípio da novidade (WHITEHEAD, 1979) em que uma ocasião atual, real e efetiva, é uma entidade nova, distinta de qualquer outra entidade. A criatividade humana faz surgir o novo, distinto da simples

somatória das partes a partir das quais surgiu. Assim, criação é mais do que o simples rearranjo de elementos preexistentes. Ela faz surgir algo novo que não existia antes, mesmo que de forma relativa. São termos próximos de criação: renovação, recriação, cocriação, transubstanciação e experimentação (ROSSETTI, p. 67, 2013).

Escrever boletins ou jornais não traz em si novidade. Porém ter de fazê-los desaparecer, ocultá-los para que o leitor o descubra em determinado ponto da fábrica, discutir seu conteúdo num banheiro, num porão ou num bar, reconhecer e distinguir os trabalhadores confiáveis dos espões, utilizar como área de divulgação as chapeiras ou muros próximos das fábricas são todas ações e formas de comunicação nascidas da necessidade. “Invenção implica surgimento de um produto da Comunicação ou de um processo comunicativo novo e inédito. Em outro sentido, invenção se aproxima de criatividade cotidiana, antidisciplina e apropriação de novos usos” (DE CERTEAU *apud* ROSSETTI, 2013, p. 67).

Para a abordagem do tema foram utilizados conceitos dos Estudos Culturais (ECs), que surgiram nos anos de 1950 e ganharam notoriedade com a criação de um centro de estudos britânico voltado a receptores cuja cultura era até então ignorada. Com uma orientação claramente marxista, os estudiosos dos ECs tiveram como forte influência o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci. Porém foram além ao incorporar discussões como a identidade, a recepção e geração da cultura, as formas de resistência.

Há sempre algo descentrado no meio cultural [*the medium of culture*], na linguagem, na textualidade, na significação; há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas. E ainda, simultaneamente, a sombra, a estampa, o vestígio daquelas outras formações, da intertextualidade dos textos em suas posições institucionais, dos textos como fontes de poder, da textualidade como local de representação e de resistência, nenhuma destas questões pode jamais ser apagada dos estudos culturais (HALL, 2003, p. 212).

Stuart Hall, um dos representantes dos ECs, vai se debruçar sobre o conceito de identidade. Para o autor, na modernidade já não existe uma identidade mestra, pois elas se cruzam e se deslocam mutuamente, e não mais se identificam em termos de classe (HALL, 2005). Diversidade também é palavra central desse pensamento, assim como “o papel do periférico na história e a própria História periférica, que não se faz de grandes feitos e envolve as estratégias de comunicação das minorias e dos grupos de subcultura” (PHRYSTON, 2003, p.141).

Variadas pesquisas vão focar na resistência como manifestação cultural. Cinema, literatura, música, folclore, dramaturgia, são avaliados à luz dessa perspectiva. No entanto, exceção feita às imprensas alternativa e sindical, ou à chamada comunicação popular e política, as formas e ações de resistência tramadas na comunicação cotidiana dos trabalhadores durante a ditadura civil-militar ainda são pouco estudadas. Como essa

dissertação foi elaborada a partir do relato de trabalhadores e no que eles contam sobre seus ambientes de trabalho durante a ditadura e as possibilidades da comunicação de suas ideias políticas, diante da censura e repressão do Estado autoritário da ditadura civil-militar brasileira, é fundamental ressaltar as interações socioculturais do cotidiano e suas influências na resposta do receptor à comunicação, ainda que massiva. É a cultura que também se transforma a partir da vivência individual e comunitária.

Autores como Nelson, Trechler e Grossberg (1995, p.14) lembram ainda a ideia de que a ordem social “constrange e oprime as pessoas, mas ao mesmo tempo lhes oferece recursos para lutar contra os constrangimentos”.

Com isso, os ECs solapam a teoria do receptor como mero “recebedor de informação” (na teoria da agulha hipodérmica de Lasswell), vez que este receptor é, também ele, um produtor e transformador de cultura, ainda que populares e subalternos, ou seja, sem dominar os meios de produção/comunicação.

Os discursos tecidos num entrelugar, as teorias baseadas nas culturas periféricas, as políticas da diferença apontam para um entrelaçamento entre experiência cultural, a prática da crítica e o terreno da política, para um transbordamento da cultura para fora do campo estético. Vão sugerindo, assim, um campo fortemente marcado pela utopia: a utopia dos discursos, da heterogeneidade, dos sonhos singulares, de um entrelugar complexo e híbrido (PHRYSTON, 2003, p. 140).

Da mesma forma questiona-se a pesquisa com foco estrito nos meios e valoriza-se o espaço de um circuito composto pela produção, circulação e consumo da cultura midiática. “Esta guinada no trato da cultura redefiniu-a como um processo global de produção de sentido, substituindo o entendimento de uma produção canônica (ECOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 39). A cultura popular passa a ter, assim, um discurso social relevante.

Nessa perspectiva, o papel do comunicador também se altera, “deixa de figurar como intermediário para assumir o papel de mediador”. Essa reconfiguração leva-o a trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, pois será:

[...] aquele que torna explícita a relação entre diferença cultural e desenvolvimento social, entre diferença e ocasião de domínio, e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 69)

E se informação é poder e conhecimento, “no modo informacional de desenvolvimento, na verdade uma expansão do mundo capitalista, os próprios conhecimentos são a principal fonte de produtividade” (CASTELLS, 1999, p.105). A aproximação das políticas culturais com o cotidiano e os espaços nos quais as normas e condutas de poder se

reproduzem (escola, trabalho, etc.) também está presente nos estudos de Canclini (2002, p.52), para quem a oportunidade de os meios não serem meros reprodutores da ordem

[...] depende do lugar que as políticas culturais confirmam dentro da comunicação midiática aos setores sociais não interessados centralmente nos aspectos mercantis da cultura audiovisual: a escola, os organismos culturais, ecológicos, artísticos, de direitos humanos.

A estrutura de capítulos criada a seguir vai apresentar inicialmente os trabalhadores entrevistados para esta dissertação, suas histórias de vida, memórias individuais e coletivas, origem e formação até a chegada à região fabril do Grande ABC. A seguir, no capítulo II, é apresentado o vínculo desses entrevistados com a política; de que forma seus caminhos acabam por se cruzar com a militância e como vão se posicionar diante da instalação de um regime militar no Brasil. No seguinte, o foco central dessa dissertação: frente à ditadura civil-militar então em vigor, como esses trabalhadores militantes conseguiram se comunicar com os demais dentro das fábricas da região e levar adiante a mensagem de resistência? Serão reveladas quais ações e estratégias foram adotadas, e de que forma foram recebidas pelos receptores.

A finalização deste estudo volta-se para a avaliação dos entrevistados sobre essa atuação, o que de certa forma significa a maior parte de suas vidas, já que suas escolhas determinaram e continuam a determinar o presente, quando revelam suas histórias pelas narrativas orais. Há ainda considerações sobre o chamado novo sindicalismo, visto sob a perspectiva dos que participaram de organizações sindicais em período anterior, como indicativo para o aprofundamento do tema em estudos futuros.

Capítulo I – Histórias de vida

Este capítulo apresenta os trabalhadores entrevistados e discute, do ponto de vista de seus relatos e dos estudos sobre memória, as relações entre a formação pessoal e política de cada indivíduo. Apresenta um panorama do cenário nacional e internacional do período, com destaque para fatos marcantes na história mundial, como a Segunda Guerra (1939/1945) e a Revolução Cubana (1959). Regionalmente, realça o processo de consolidação da indústria no Grande ABC, que atraiu migrantes de São Paulo e outros estados. Trata, portanto, da comunidade de trabalhadores que nesta região se instalou a partir dessa consolidação industrial e, além desta, da que mesmo frente à vigilância e repressão do Estado ousou opor resistência.

O capítulo reporta, ainda, as condições em que foram realizadas as entrevistas e o trabalho de pesquisa efetuado em acervos físico (como o Arquivo do Estado de São Paulo) e virtuais (com a respectiva relação de endereços). O objetivo desse capítulo é conhecer, por intermédio das narrativas orais de histórias de vida, como se deu a formação dos entrevistados e como as condições geopolíticas, sociais, familiares, contribuíram no engendramento de suas identidades e escolhas, em especial a decisão de combater um regime ditatorial a partir de um trabalho de comunicação efetuado dentro das fábricas.

Como a pesquisa é qualitativa e documental, também teve como fonte a documentação obtida em livros, prontuários de três dos entrevistados (Elias Stein, Derly José de Carvalho, Aparecido Benedito de Faria), informes e jornais. Foram entrevistados cinco trabalhadores que se empregaram nas empresas Mercedes Benz, Scania, Willys Overland, Walita, e outras como Forjaria São Bernardo (da Volkswagen), Ibrape (do grupo Phillips), Laminação Nacional de Metais (todas do Grande ABC) e Grampos Aço (SP). As entrevistas foram constituídas a partir da proposta da História Oral Temática que, segundo Sebe Bom Meihy, devem “considerar a busca de especificidades que se perdem na generalização” (1996, p. 56). Por sua vez, associou-se aos modelos desse tipo de entrevista a perspectiva da história de vida. Ou seja, o roteiro das entrevistas contemplou o interesse pela infância do depoente, suas origens familiares, seu mundo social. Para Verena Alberti (2004, p. 37-38) a história oral de vida se caracteriza por ter como centro de interesse o próprio indivíduo, sua trajetória desde a infância até o momento em que fala:

História de vida é geralmente mais extensa do que uma entrevista temática: falar sobre uma vida, realizando cortes de profundidade e em determinados momentos, exige que entrevistado e entrevistador disponham de tempo bem maior do que se elegessem apenas um desses cortes como objeto da entrevista (ALBERTI, 2004, p. 37-38).

Assim, o método das Narrativas Orais de Histórias de Vida desenvolvido no Núcleo Memórias do ABC, da USCS se caracteriza pela relação entre a história oral de vida e temática, uma vez que a vida das pessoas entrevistadas é de fundamental importância para se compreender o tema de estudo, focado em parte do roteiro da entrevista. Esses relatos foram gravados em vídeo digital, em conversas com duração de uma a três horas, em encontro com o entrevistado no local de sua escolha. Após as gravações, foram transcritos para aqui serem analisados.

Como discorre Gianordoli Nascimento (2006), autor da tese de doutorado *Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar*, as memórias pessoais dizem respeito não apenas a um passado vivido, mas também a um fato histórico cujos elementos podem ou não estar presentes na memória coletiva.

A importância desses relatos “na recuperação de dados não oficializados de um coletivo social” podem romper com o instituído, como descrevem Perazzo e Caprino (2008, p, 124-125): “Se a cultura comunica e para tanto deve se comunicar com outra cultura, o uso da memória como lembrança e o ato de narrá-la podem servir de meios para os sujeitos se identificarem em espaços sociais, regionais ou globais”.

Nesse sentido, as entrevistas com os trabalhadores seguiram o seguinte roteiro:

a) Relatos da infância, família, origem

- Local de nascimento
- Quem eram os pais e o que faziam
- Deslocamentos e migrações vivenciadas
- Locais de estudo, leituras preferidas
- Formação intelectual e profissional

Trajetória no ABC

- Quando e como chegou a alguma das cidades do Grande ABC
- Onde foi trabalhar; como e por que se tornou operário
- Envolvimento com o sindicato e/ ou partidos políticos
- Empresas em que trabalhou e atividades nelas realizadas

A chegada da ditadura civil-militar

- Como concebe o regime 1964-1985?
- Atividade em sindicato, partido ou grupo político da época (simpatizante ou militante)

- Início desse interesse ou ligação
- A militância efetiva e concepções políticas
- Formas e instrumentos de comunicação utilizados na militância
- O Brasil antes e depois da ditadura: mudanças mais perceptíveis
- Identifica alguma resistência ao golpe? Caso sim, qual e como?
- A atuação militante no período
- Os outros trabalhadores sabiam dessa militância?
- Aprovação da família e/ ou rejeição e preconceito

Os anos de ditadura civil-militar no trabalho:

- O ambiente de trabalho na empresa (escola, banco etc.) durante a ditadura civil-militar.
- Se as pessoas falavam sobre esse assunto.
- Se a empresa citava esse tema em algum boletim ou comunicado.
- Se havia exibição de filmes sobre o Brasil na empresa.
- Se havia militares trabalhando na empresa. Caso sim, o que faziam?
- Se havia outros militantes de entidades contra a ditadura trabalhando na empresa. Caso sim, o que faziam?
- Como era sua militância dentro da fábrica.
- De que forma e com quais instrumentos conseguia se comunicar com os demais trabalhadores?
- Presenciou algum fato relacionado à ditadura na empresa como (prisão, assalto a banco etc.).
- Participação em ações armadas.
- Medo de ser preso ou exilado. Se foi, como foi isso, o que sentiu?
- Como avalia aquele período.

Fontes orais

Foram entrevistadas cinco pessoas, todas do sexo masculino, que trabalharam em empresas multinacionais ou nacionais na região do Grande ABC (formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Esses trabalhadores entrevistados participavam de grupos organizados de oposição à ditadura (em partidos, grupos e/ou sindicatos), ao mesmo tempo em que eram empregados nessas fábricas como faxineiro, mecânico, inspetor de qualidade, apontador de produção, torneiro mecânico, controlador de bulbo, auxiliar de forneiro. Podiam ser horistas ou mensalistas. Os primeiros ganham por hora trabalhada, podem se revezar em turnos, e os outros ganham por mês, atuando no chamado horário comercial. Os horistas em geral, na época, atuavam na produção e os mensalistas em escritórios, e havia distinção de tratamento entre eles (como na alimentação e vestuário).

Os cinco entrevistados foram:

1. Derly José de Carvalho, 75 anos – Era metalúrgico nas empresas Equipamentos Villares, Mercedes Benz, Scania Vabis. Foi integrante do Partido Comunista Brasileiro e sindicalista. Na ditadura vai ser um dos fundadores da Ala Vermelha, que promoveu ações armadas no Brasil, como a expropriação de bancos. Foi para a clandestinidade e trabalhou como encarregado de eletricista e encanador numa pequena oficina no Largo do Cambuci; em seguida fez acordo com o dono de uma loja de material elétrico na Mooca, em São Paulo, e colocou ali uma placa oferecendo seus serviços. Estudou na China e na Albânia. Preso, foi torturado e banido do País, só retornando após a Anistia. Três de seus irmãos foram assassinados pela ditadura civil-militar brasileira.

2. Aparecido Faria, 72 anos – Economista, ex-faxineiro/metalúrgico. Foi mandado para o seminário ainda criança, aos nove anos de idade. Só deixou a carreira religiosa no final da adolescência, na década de 1960, num momento em que a igreja católica progressista apresentava como discurso a interação com o mundo operário a partir da vivência cotidiana. Apesar de formado em filosofia clássica no seminário, começou então a trabalhar na Ibrape, empresa do grupo Phillips, como faxineiro. Ingressou na Ação Popular (AP) e iniciou a militância política. Em Santo André também trabalhou na Laminação Nacional de Metais. Com o golpe, exilou-se no Chile e depois na Suécia, onde estudou e teve um filho. Voltou com a Anistia, no final do ano de 1979. Relata prisão, mas não tortura.

3. Elias Stein, 74 anos – Metalúrgico, aposentado como sociólogo. Apesar de ter se formado professor, começou a trabalhar como operário no ABC paulista em 1962 (Aços Villares e Toshiba). Participava de encontros da igreja e chegou a integrar a Ala Vermelha do PCdoB, mas relata que era contra as ações armadas. Foi casado com uma militante da área da Saúde, Maria José dos Santos Stein, que hoje dá nome ao hospital

da mulher, em Santo André. Elias ficou detido por quatro meses nas dependências do Deops, onde sofreu torturas. Depois disso teve grande dificuldade para conseguir emprego, o que piorou ainda mais após o final dos anos de 1970, quando sua participação em greves levou-o a ser incluído na chamada “lista negra”, que discriminava trabalhadores grevistas.

4. José Fernandes, 81 anos – Metalúrgico/mecânico de aviões, ônibus e automóveis, é formado pela Força Aérea Brasileira (FAB). Foi mecânico na Vasp, Varig e Real e na empresa Willys Overland, em São Bernardo. Não teve nenhuma formação política na infância, nem participou de comunidades religiosas mais progressistas. Iniciou como militante sindical num período em que era criada a associação dos metalúrgicos de São Bernardo, da qual participavam militantes do Partido Comunista Brasileiro. Estava na URSS quando veio o golpe. Conseguiu retornar ao País após dois anos e passou a viver como clandestino, inicialmente na cidade de Marília (SP), onde fazia trabalhos para o partido.

5. Wilson Roberto Ribeiro, 64 anos – Metalúrgico na Forjaria São Bernardo e na Mercedes Benz, formado em Gestão Pública, é o mais jovem dos entrevistados. Recorda que quando veio o golpe militar aviões despejavam panfletos com os rostos dos “procurados” pelo regime, mas ele e a família não entendiam os motivos e colocavam os panfletos na parede da casa. Não teve formação em partidos ou orientação política na juventude. Conta que começou a admirar companheiros que se destacavam na Forjaria São Bernardo, tentando conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos – não sabe se eram comunistas, mas sim sindicalistas. A partir daí passou a atuar em comissões de fábrica da Forjaria e Mercedes.

Diário de campo das entrevistas

As entrevistas que constam nesta dissertação foram feitas no período de junho a novembro de 2014. No entanto, para que fossem iniciadas foi realizado um longo trabalho de preparação, conhecimento de possíveis entrevistados e adaptação, tanto da pesquisadora quanto de alguns dos entrevistados. Durante mais de um ano, desde que foi iniciado o Mestrado, participei de encontros de um grupo de aposentados empenhados em criar, na região do Grande ABC, um centro de memórias que pudesse resgatar a participação de moradores ou ex-moradores da região no enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira. Dele faziam parte Aparecido Benedito de Faria, Derly José de Carvalho e Elias Stein.

Meu primeiro contato com esse grupo ocorreu durante uma cobertura jornalística sobre a possível criação desse centro de memórias, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, num evento que reuniu velhos sindicalistas e ativistas políticos, parentes de pessoas mortas pela repressão e representantes sindicais atuais e da prefeitura desta cidade. Era o dia 27 de março de 2013, e foi a primeira vez que ouvi falar em Derly José de Carvalho e Aparecido Benedito de Faria. No segundo encontro, também a trabalho – uma cobertura jornalística para a revista *Caros Amigos* –, voltei a conversar com eles, já esclarecendo sobre meu interesse acadêmico. Fui, então, convidada para novos encontros e, num deles, conheci também Elias Stein, que se incorporou ao grupo.

Na sequência, vieram várias reuniões temáticas. O grupo começou a organizar um seminário internacional sobre as ditaduras no Cone Sul, que acabou se realizando com grande êxito entre os dias 9 e 11 de maio de 2014, em Santo André. Ainda a trabalho, fiz a cobertura desse seminário para o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Privada no ABC (Sindsaúde-ABC). Como participava também de algumas audiências das comissões da verdade Vladimir Herzog (municipal) e Rubens Paiva (estadual), em coberturas jornalísticas e/ou para o mestrado, no ano em que se completou os 50 anos do golpe civil-militar, nosso relacionamento foi-se estreitando, e penso que a confiança no meu trabalho (como jornalista e pesquisadora) cresceu junto ao grupo.

Como resultado, foram excelentes as entrevistas concedidas por Aparecido Benedito de Faria (que prefere ser chamado de Cido), Elias Stein e Derly José de Carvalho. A primeira e a última aconteceram na sede provisória do sonhado centro de memórias, uma pequena dependência nos fundos do Museu de Santo André, respectivamente nos dias 4 de junho de 2014 e 21 de agosto de 2014. Duas delas foram gravadas em vídeo pela equipe técnica do Memórias do ABC (Laboratório Hipermídias) e por mim conduzidas. Pude perceber, então, que já não havia mais nenhuma resistência aos meus questionamentos, embora muito tenha sido deixado de ser conversado, pois ambos têm longas histórias do período do exílio – que conheci durante palestras, mas não abordei nessa dissertação, pois se tornaria por demais extensa e alheia ao objetivo inicial.

A entrevista com Elias Stein aconteceu na sede social do Sindicato dos Bancários do ABC, que me cedeu o espaço, no dia 11 de julho de 2014. Foi uma manhã inteira de conversa, e percebi que ele não só confiava em me repassar sua história na ditadura como se interessava por explorar muitos outros temas, em especial o literário e o filosófico. Como foi casado com uma militante e se tornou viúvo há alguns anos, também enfatizou a questão da família, da qual ainda parece muito próximo (foi interrompido no celular pelo neto por duas vezes) e pela

qual aparentemente optou, quando teve que decidir se priorizaria ou não a militância política em sua vida.

As duas últimas entrevistas realizadas, com José Fernandes e Wilson Roberto Ribeiro, aconteceram respectivamente nos dias 5 e 18 de novembro de 2014 na sede da Associação dos Metalúrgicos Aposentados (Ama), em São Bernardo do Campo, onde ambos ainda dão expediente como presidente (Wilson) e vice. Embora bastante produtivas, não tiveram a amplitude das demais, talvez porque o tempo de aproximação da pesquisadora com seus entrevistados tenha sido bem menor. No primeiro contato, José chegou inclusive a questionar quem o havia indicado para a entrevista, mas ficou mais à vontade quando soube que o conhecimento de sua história vinha de fontes ligadas ao jornalismo sindical. Como ele é o mais velho dos entrevistados, com 81 anos, também achei por bem poupá-lo, respeitando seu tempo – ao final de quase 1h20 de conversa, pediu gentilmente “se poderíamos liberá-lo”, pois tinha um compromisso.

Ao contrário da entrevista com José, a conversa com Wilson aconteceu na sala da presidência, que ocupa. Wilson, 64 anos, é o mais jovem dos entrevistados, e se mostrou bastante animado ao falar. Tanto ele quanto José fazem parte de um grupo de músicos da Ama e ambos, ao final das entrevistas, entregaram à pesquisadora convites com a foto do grupo, chamando para o próximo show. Se houvesse mais tempo, possivelmente a música teria sido um excelente elo de aproximação com os dois. Nenhum dos entrevistados fez o convite para que a entrevista transcorresse na própria casa, embora Derly tenha manifestado essa intenção, para que se pudesse fotografar e pesquisar em seu acervo, que estava em vias de organizar. Independentemente da realização das entrevistas, porém, ele e Cido continuam a contatar a pesquisadora, para anunciar eventos em prol das atividades planejadas pelo centro de memória.

Fontes documentais

Além dos relatos orais foi feita pesquisa documental em acervos virtuais – ABC de Luta, Fundação Perseu Abramo, Memórias Reveladas, Arquivo Edgar Leuenroth (Unicamp), Fundação Maurício Grabois, Instituto João Goulart. Pelo menos três dos entrevistados têm seus nomes (citados ou em fichas individuais) nos Fundos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), localizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e no Arquivo Público Mineiro. Os números das fichas localizadas são:

Elias Stein (P. 8731 – inf. 186 – 27.5.74 – DPF¹¹ – Santos)

Derly José de Carvalho (Pastas 44, 112, 126, 146. Arquivo Dops – setor de Análise de Operações Informações. Anos: 1966, 1969, 1971/72, 1978, 1979). Há também uma ficha do DCS¹² sem numeração, de 1989, o que comprova que continuou a ser espionado depois da ditadura. A Divisão Policial de Informações Sociais do Departamento de Comunicação Social (DIS/DCS) da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi instalada em 1983, quando o governador eleito Franco Montoro assumiu o posto, e tinha entre seus integrantes antigos arapongas (espões) da repressão. O DCS chegou a vigiar inclusive seu criador, até que sua atuação enviesada fosse descoberta e encerrada por Mário Covas, em 1999.

Aparecido Benedito de Faria – Pasta 5311 e pasta 0044. Anos: 1971/1975. Arquivo Público Mineiro – Arquivos da Polícia Política (consulta virtual).

Os links das fontes citadas e outras que agilizaram a busca por suas biografias são:

- *site* ABC de Luta, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Aborda a história da entidade e traz depoimentos e biografias de sindicalistas e militantes: <http://www.abcdeluta.org.br/>;
- *site* da Fundação Maurício Grabois. Nele foi consultado arquivo do jornal *A Classe Operária*, do Partido Comunista do Brasil: <http://www.grabois.org.br/>;
- *site* da Comissão Nacional da Verdade (relatório final): <http://www.cnv.gov.br/>;
- grupo Oposição Sindical (A Investigação Operária, projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, com coordenação do IIEP, Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas). Projeto realizado no mesmo período que os trabalhos da CNV e que resultou em livro: <http://iiepmemoriaoperaria.wordpress.com/>;
- grupo de trabalho Grupo de Trabalho (GT) 13 – Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical. Grupo que integrou a CNV: <http://trabalhadoresgtcnv.org.br/>;
- Arquivo Público de SP: Acervo do Deops: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>;
- Arquivo Público Mineiro. Acervo da Polícia Política: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>;

¹¹ Delegacia da Polícia Federal (DPF).

¹² Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

- Memórias Reveladas. Centro de referências das lutas políticas no Brasil no período da ditadura civil-militar: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>;
- Instituto João Goulart. Museu virtual mantido pela família do ex-presidente: www.institutojoaogoulart.org.br/;
- Fundação Perseu Abramo. Fundação criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) reúne depoimentos de antigos sindicalistas: novo.fpabramo.org.br/;
- Arquivo Edgar Leuenroth. Acervo de jornais anarquistas, sindicais e outros produzidos para trabalhadores – www.ifch.unicamp.br/ael/.

1.1 Memórias de trabalhadores: o ponto de partida

A partir da memória de cada indivíduo é possível aflorar e construir a memória coletiva, e diferentes olhares sobre um mesmo fato ou período histórico vêm à tona. Para Le Goff (1996, p. 225), a aceleração da história tornou insustentável a definição oficial da História Contemporânea, sendo necessário fazer nascer uma verdadeira história da contemporaneidade.

Já memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento (como, por exemplo, aquele produzido pelas agências de propaganda de regimes ditatoriais) podem sobreviver ao período em que foram impostas. Mas há também as memórias subterrâneas que, “fora dos momentos de crise, são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral” (POLLAK, 1989, p. 9). A conceituação, por si só, justifica o uso da metodologia para o presente trabalho. Como abordar uma situação de conflito, vigilância ou repressão dentro de uma empresa se, historicamente, nada disso jamais existiu pelo viés da história oficial?

Além disso, mesmo dentro de grupos que formam comunidades (trabalhadores, estudantes) e se aproximam pela ideologia ou estrato social, a memória não tem voz uníssona: “Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo”, observa Halbwachs (1990, p. 51). “Todavia, quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Essa “geração” de conhecimento nascida das múltiplas memórias que formam as sociedades não é tangível tampouco mensurável, mas pode também ser considerada nova (e talvez até inovadora), no sentido de que há um componente extra a evocá-las: o tempo presente.

De certa forma, pode-se dizer que existem dois processos fundamentais na sociedade: um deles é a produção de coisas, que acontece nas oficinas e nas fábricas; o outro é a geração e a socialização dos seres humanos, que acontece nas famílias. Temos muita documentação sobre a produção de coisas, mas pouca sobre a produção de pessoas, e esse é o tipo de questão na qual a história oral pode ajudar bastante (THOMPSON *apud* WORCMAN, 2006, p. 23).

Tratando especificamente de um período de ditadura, no caso a Argentina, Sarlo (2005, p. 23) lembra que o campo da memória é um campo de conflitos de interesses entre os que desejam recordar os crimes de Estado, mas querem encerrar esse “monstruoso” capítulo da história, e os que desejam que o ocorrido seja ensinado nas escolas para que nunca mais se repita.

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões (POLLAK, 1989, p. 14).

Ao abordar a memória política, Ecléa Bosi (1994, p. 459) alerta para as conversas com militantes e o risco da estereotipia, em um discurso majoritário do grupo ao qual aquele entrevistado pertenceu. Esse entrevistado, segundo a mesma autora, “vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização de pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia”. A participação política está imbricada na história da vida de um militante, e talvez o contrário seja também válido: a ausência de ideologias ou participação política também se faz notar na história de vida de entrevistados que se consideram apolíticos ou distantes de ideologias.

O estudo parte de Narrativas Oraís de História de Vida que têm como base os métodos da História Oral. Esta trata de uma metodologia que teve origem nos anos de 1950 nos EUA e chegou ao Brasil duas décadas depois e privilegia a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltando a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional.

1.2 Da Segunda Guerra à Revolução Cubana

O Brasil do final dos anos de 1930 e início de 1940 é o retrato de um país ainda predominantemente agrícola e marcado por uma religiosidade intensa. O mundo, porém, está em sobressalto: a Segunda Guerra se torna realidade e seus reflexos atingem em cheio também os brasileiros, muitos deles filhos de imigrantes. Enquanto os países do Eixo e os Aliados se enfrentam nos campos de batalha e a sombra do nazismo escurece a Europa, a guerra civil arrasa a Espanha e a URSS se fortalece como polo socialista.

É nesse contexto de intensos conflitos que três dos entrevistados dessa dissertação começam a viver. Têm, em comum, a infância marcada por profunda religiosidade e escassas opções de trabalho nas cidades de origem, o que os leva à mudança para a capital de São Paulo e o ABC paulista. Os outros dois entrevistados fazem a ponte entre um Brasil extremamente pobre e arcaico (o mais velho deles nasceu em 1933) e a geração que cresceu na ditadura e viu florescer a retomada democrática com uma forte participação dos sindicatos, em especial no Grande ABC (o mais jovem dos entrevistados tinha 14 anos quando veio o golpe civil-militar).

Para a maioria deles, lazer e meios de comunicação quase sempre estão limitados às atividades nas igrejas. Rádios são instrumentos raríssimos. Mas alguns têm acesso a livros e, na adolescência, ao menos três vão acompanhar o desenrolar da Revolução Cubana (1959) e a divisão do mundo entre comunistas e capitalistas. Este capítulo pretende ainda apresentar a origem, o núcleo familiar, o modo de vida na infância e início da adolescência dos entrevistados, até a decisão de deixarem suas cidades e se estabelecerem na capital paulista ou municípios do Grande ABC, permitindo que cada um deles conte ao leitor sua própria história, como contaram para essa pesquisadora.

Aparecido Benedito de Faria, o Cido

Ele poderia ter se tornado padre, mas as catedrais de Aparecido Benedito de Faria, o Cido, como prefere ser chamado, eram outras. Não tinham cúpulas, mas chaminés. Nelas não havia fiéis, mas homens e mulheres simples, operários, aqueles a quem a Igreja de então, de linha progressista, comparava a cristos crucificados. Cido, que nasceu em 6 de abril de 1942, na cidade de Paraisópolis, ao sul de Minas Gerais, bem próxima a Campos do Jordão (SP), passou praticamente toda sua infância no seminário – tinha entre nove e dez anos quando ingressou – e, talvez por isso, fale pouco sobre estes primeiros anos de vida.

O seminário ficava em Pouso Alegre, também no sul de Minas Gerais, e ali ele permaneceu por sete anos. Já era adolescente quando foi para o que se chamava “seminário maior”, na cidade mineira de Mariana. Conta que a mãe queria ele fosse padre porque dava *status* para a família; já havia um primo que era cônego. “É (era) bonito ser delegado, prefeito ou padre; então o caminho mais fácil era ser padre”, recorda.

Ao falar sobre a família, afirma que se tornou uma espécie de “ovelha negra” quando veio para São Paulo e se envolveu na luta política. Mas destaca que, embora a mãe fosse “uma mulher silenciosa” e não apoiasse esse seu envolvimento, sempre o ajudou escondendo seus materiais (considerados subversivos) em casa.

Cido veio para o Grande ABC no início dos anos de 1960. É quando, explica, ocorre um “fato histórico dentro da Igreja Católica, que foi o início do Concílio Vaticano II, no começo da década de 1960 (1962), em que o Brasil vivia uma polvorosa em termos de lutas sociais” e boa parte dos seminaristas começa a fazer a opção pela luta política. O pensamento corrente indicava o convívio dos padres com os operários, para vivenciar seu dia a dia. As tais catedrais com chaminés.

“Deixei o seminário, entrei em contato com alguns padres operários do ABC, principalmente os franceses que trabalhavam em fábrica, os franceses de Santa Terezinha, os irmãozinhos de Foucault de Vila Palmares, e aí em 1965 eu vim para São Paulo, para me integrar na produção como operário”, relata. Cido foi faxineiro e depois controlador de bulbo na Ibrape (início anos de 1960, empresa do grupo Phillips), bancário no Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais (em 1967, no bairro da Luz), auxiliar de laminador na Laminação Nacional de Metais (1968), auxiliar de forneiro na Isan e inspetor de qualidade na Carfreees (anos de 1970).

Da ação nas fábricas à opção pela atuação política, Cido vai enfrentar um processo de aprendizado e rupturas. Participará da comunidade operária religiosa, Ação Popular (AP), com origem na Igreja Católica e Oposição Sindical – disputava o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Também chegou a participar de algumas reuniões do Partido Comunista. A repressão o levará a se exilar no Chile (onde participou da Bandeira Vermelha, grupo de apoio a Salvador Allende e da Unidade Popular) e, mais tarde, na Suécia, onde apoiava o Partido Comunista Sueco. Sua casa, onde viviam os pais, foi invadida pela polícia nas vésperas de sua saída do Brasil.

O militante da Ação Popular (AP) ficou praticamente uma década no exílio. Quando veio o golpe no Chile, Cido conta que tentou destruir pilhas e pilhas de boletins da Frente Brasileira de Informações queimando-os e depois jogando as sobras na privada mas, como nada deu resultado, elaborou a seguinte estratégia: “Conversei com um amigo de uma namorada minha que tinha uma citroneta e ele falou o seguinte: ‘vou passar lá, enchemos a citroneta¹³, levamos para algum lugar e jogamos fora’. Fiz todos os pacotinhos, deu para lotar o porta-malas, e ele foi sozinho. Disse que andou dois quarteirões e colocou na porta de um edifício [risos]”. Outra solução foi ir “esquecendo” o material num ônibus: “E aí aconteceu um fato curioso: um dia eu estava com dois pacotes, levantei para descer e tinha um menino que falou: ‘Tio, esqueceu!’, aí eu tive que pegar os pacotes [risos]”.

Ao voltar para o Brasil sua mãe havia falecido há um ano. “Imagina evaporar durante 10 anos e depois voltar. Os velhos estão mais velhos, os magros estão mais gordos, o gordo está mais magro, a menina de seis anos está com 16... Tem que falar mais devagar, não é o sotaque, eu sonhava e falava em sueco dia e noite... você é um pouco essa adaptação”.

Ao retornar ao Brasil, Cido constituiu nova família. Ele não se casou na Suécia, mas teve um filho, Benedict, que o visita regularmente. Também fez curso de Administração: chegou a fazer doutorado, embora sem conclusão. No Brasil, casou-se e teve duas filhas, Karina e Kalissa. Após o retorno ao País atuou por 12 anos como economista no Dieese e foi consultor para a Associação dos Trabalhadores da Makerly e Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão (Anteag) e no Sebrae (até 2010).

¹³ Pequeno carro desenvolvido por André Citroen no final da década de 1940, o Citroen CV2 é chamado citroneta pelos chilenos.

Figura 1 - Fotografia digitalizada de Aparecido Faria, quando vivia em Upsalla, na Suécia, na década de 1970.



Acervo pessoal de Aparecido Faria

nada lá em Capivari da Igreja. Minha mãe não, minha mãe era muito... muito... carola, como chamam [risos]. E a gente seguiu esse caminho”, conta. A dificuldade, para a família, era o emprego. Assim que completavam 18 anos os filhos seguiam para a capital paulista.

No início, foram morar na Vila Mariana. Elias tem belas lembranças do período, especialmente para quem vinha de um município tão pequeno. As memórias remetem aos bondes e à Praça da Sé, que descreve como um local sempre ocupado por grupos dispostos a levar sua mensagem, entre eles os representantes comunistas.

Seu ingresso na política se dará também pela via religiosa. Elias conheceu a JOC, a Juventude Operária Católica, a partir do interesse em uma palestra sobre cristianismo e socialismo. Também nesse caso, ele será o único da família a optar pela ação política. Elias atuou na Juventude Operária Católica (1959 até 1967), Ala Vermelha (1968/1969), dissidência do Partido Comunista; Pastoral Operária e Fase (1970), ambas ligadas à Igreja Católica, e Oposição Sindical dos Metalúrgicos de SP (1972), que disputava o referido sindicato.

Formado professor, nunca chegará a atuar no Magistério. Ao contrário dos irmãos – dois escriturários, um bancário e uma professora – Elias foi buscar trabalho numa fábrica. Esse é talvez um dos detalhes mais curiosos de sua biografia, o encantamento com a vida operária, desvinculado de ideologia e anterior à atuação como militante político.

A escolha pela vida operária vai acompanhá-lo por muitos anos seguintes. Ele foi apontador de produção na Eletro Indústria Walita (1959-1961), conferente de assinantes na Listas Telefônicas Brasileiras, apontador na Cia. De Máquinas Hobart Dayton, ajustador mecânico na fábrica Grampos Aço, fresador na Equipamentos Villares (1974-1975), fresador na Toshiba, Mollins (1979). Também trabalhou como bancário no Banco da Bahia (Santo Amaro) e no banco Lar Brasileiro (grupo Rockefeller) e foi funcionário público na Prefeitura de SP: entrou como entregador de carnês de IPTU e se aposentou como sociólogo em 2000: quando entrou na USP para fazer o curso, já tinha mais de 40 anos de idade.

Elias foi preso e torturado, mas não se exilou, não foi banido do País nem ocupou cargos políticos. Ele, que veio viver em Santo André nos anos de 1970, ao se casar, trabalhou em várias metalúrgicas e relata ter sofrido muito por ter sido colocado na “lista negra¹⁴”, com nomes de trabalhadores considerados inoportunos pelas empresas pela atuação sindical e/ou

¹⁴ A lista negra – ou listas – era uma relação de nomes de trabalhadores considerados indesejáveis pelas empresas por sua atuação política e/ou sindical, uma articulação entre empresas e o Estado ditatorial. Sua existência também está relatada no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – Relatório, Textos Temáticos - V. II. Dez. 2014.

política, o que impedia a conquista de emprego. Com a esposa, falecida há nove anos – teve um casal de filhos, Laura e Vladimir.

Figura 3 - Ficha de Elias Stein – Prontuário 143.989 – 09/4/1974

Cúlis	 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	Ficha n.º	Nome: = ELIAS STEIN =
Cabelos		Data: 9.4.74	Vulgo: Vide Vêrso
Bigode		Prontuário Delegacia n.º = 143.989 =	
Olhos H. SALLES		Prontuário geral n.º	
Estatura		Atividade:	
Marcas			
Filiação: — Pai: Oscar Stein		Mãe: Izabel Arruda Stein	
Idade: anos. Nascido em 30 de Agosto de 1939		Sexo: Masculino	
Nacionalidade: Brasileira		Natural de: Capivari	
Estado civil: Casado		Profissão: Industriário	
Ordenado: Cr\$		Local de trabalho:	

Fundos Dops-SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 4 - Carteira profissional de Elias Stein com a data de saída da empresa alterada para 22 de maio, já que quem saiu em 12 de maio estava na “lista negra” e não arrumava mais emprego.

CONVENIO ASSIST. MÉDICA IMAZPS
CONTRATO DE TRABALHO
22 622675

Empregador TOSHIBA DO BRASIL S. A.

Rua Av. João Firmino Nº S/N
Município S. B. do Campo Est. S. Paulo
Esp. do estabelecimento Industrial
Cargo FRESADOR

C.B.O. nº 8-3330
Data admissão 14 de AGOSTO de 1979
Registro nº 238 Ect/Ficha
Remuneração especificada R\$ 43,05 (QUARENTA E TRÊS CRUZEIROS E CINCO CENTAVOS) POR HORA

TOSHIBA DO BRASIL S/A.

Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
Sup. Setor Pessoal

1º
2º

Data saída 22 de maio de 1980
TOSHIBA DO BRASIL S/A.

Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
DEP. DO PESSOAL

1º
2º

Acervo pessoal de Elias Stein

Derly José de Carvalho

A primeira vez que Derly José de Carvalho ouviu a palavra comunismo era ainda um menino. Informado do apetite destes seres pelas criancinhas, achou por bem se esconder embaixo da cama. A história aconteceu em Minas Gerais, onde Derly nasceu em 16 de dezembro de 1939 na cidade de Muriaé, Zona da Mata, a cerca de 170 km do Rio de Janeiro. Conta que veio ao mundo num sábado, apenas uma semana depois do início da Segunda Guerra. Seus pais viviam no campo, mas tinham alguma instrução, porque Derly aprendeu a ler com a mãe. O pai trabalhou numa fábrica de bebidas, foi motorista na Prefeitura da cidade e também administrador num sítio que fabricava cachaça com lima de bico, uma espécie de laranja parecida com o limão siciliano.

Nesse sítio Derly viveu com os pais e irmãos dos quatro até os dezessete anos, quando foi trabalhar numa oficina de conserto de caminhões na cidade. Com a construção da Rio-Bahia (BR-116), Muriaé se tornou uma importante via de comunicação entre o Norte e Nordeste e a capital da República (Rio de Janeiro, à época) e os que vinham de Belo Horizonte para o Espírito Santo.

A infância e adolescência de Derly foram fortemente marcadas pela igreja metodista. Suas memórias também resgatam a conjuntura política da época: lembra que os donos do sítio eram alemães nazistas, do impacto da morte de Getúlio Vargas e, como descrito acima, da primeira vez em que ouviu falar em comunistas, com cerca de seis anos de idade, quando soube que eles eram “comedores de crianças”.

Ao completar 18 anos, decidiu vir para São Paulo. O sonho era fazer a faculdade de Teologia em Rudge Ramos, na Faculdade Metodista. Mas desde Muriaé Derly já tinha certo interesse por política, em conversas com pastores metodistas progressistas e no convívio com amigos comunistas, que lhe sugeriam leituras. Esse interesse só aumentou com sua chegada à capital paulista.

Ao ingressar na Villares e participar de atividades sindicais, Derly conheceu representantes do partido comunista na empresa. Ele vai atuar no Partido Comunista Brasileiro, Grupo dos Onze (criado por Leonel Brizola para resistir ao golpe) e Partido Comunista do Brasil. Pelo PCdoB viajará à China e a Albânia e, mais tarde, será um dos fundadores da Ala Vermelha, dissidência que fez a opção pela luta armada. Derly participou de expropriações em bancos (como no caso do assalto ao banco localizado dentro da empresa Mercedes Benz), tomada de emissoras de rádio e outras ações voltadas à resistência. Também foi um dos fundadores da associação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que mais

tarde daria origem ao sindicato. Na Mercedes Benz, foi uma das lideranças na luta pelo pagamento do 13º salário. “Na Mercedes veio a greve para a aprovação... Tinha um projeto no congresso para votar o 13º salário, que até ali não existia, algumas empresas davam um abono de Natal, e tal. Mas aí a gente estava então brigando pelo 13º salário. E veio a greve do dia que era a votação, veio uma greve nacional, o pessoal me comunicou na Mercedes, aí eu comandeí a paralisação da noite, da Ferramentaria. Aí parei, pronto, já no outro dia não entrei mais na fábrica [risos]. O 13º salário custou meu emprego”, conta. De acordo com o professor Antônio Negro, a greve em favor do 13º salário foi marcada para 13 de dezembro de 1961, uma terça-feira. “O panfleto subscrito pelos “Metalúrgicos de São Bernardo” (um dos primeiros com essa assinatura), reclama: “nas gavetas da Câmara Federal, desde 1959, dorme um projeto de lei” (NEGRO, 2004, p.199).

Entre as funções que Derly desempenhou estão a de ajudante do pai nos trabalhos da roça e alambique a partir dos nove anos de idade (verificava o grau de temperatura do caldo de cana); ajudante nas oficinas mecânicas de Muriaé (MG), metalúrgico nas empresas Supersom (no bairro do Ipiranga, em São Paulo, em 1960), Equipamentos Villares (como torneiro mecânico, em 1961), Mercedes Benz (trabalhava na Ferramentaria, em 1962) e Scania Vabis (na Ferramentaria, em 1964). Depois disso foi para a clandestinidade e trabalhou como encarregado de eletricitista e encanador numa pequena oficina no Largo do Cambuci; em seguida fez acordo com o dono de uma loja de material elétrico na Mooca e colocou ali uma placa oferecendo seus serviços. Também estudou no Exterior: especializou-se em cooperativismo na Albânia e fez curso militar na China.

Ter optado pela Ala Vermelha, acredita, livrou-o de morrer no Araguaia, como ocorreu com muitos militantes comunistas. “Eu me integrei imediatamente à Ala Vermelha (ao voltar do Exterior, em 1967). Foi minha sorte, porque todos os outros, menos o Edgar, que foi afastado do partido, foram para o Araguaia e morreram”, afirma. Mas três de seus irmãos, que militavam em outros grupos – Devanir, Daniel e Joel – foram assassinados. Derly viveu um bom período na clandestinidade; foi preso, torturado e depois, trocado pelo embaixador da Suíça, banido do País em 1971. Ele perdeu sua nacionalidade brasileira e embarcou num voo para o Chile, ao ser trocado, com outros presos, pelo embaixador da Suíça que fora sequestrado pelos grupos que combatiam a ditadura.

As turbulências enfrentadas pela repressão às ações de resistência também trouxeram consequências para a família, que teve de viver bom período no Exterior. Derly tem dois filhos com deficiência (um visual e outro auditiva), e um terceiro que preferiu continuar a morar na França. No seu caso a participação do empresariado em apoiar a ditadura civil-

militar é evidente, já que com o golpe ele vai ser caçado pela polícia dentro da Scania, onde trabalhava. Ele e Cido vão ainda viver no Chile e presenciar o golpe contra o presidente Salvador Allende – ali também militavam e produziam material de apoio a Allende.

Figura 5 - Fichas de Derly José de Carvalho – 1968 a 1979 – P – 499 / 4.400 / 4.477 / 5.364

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPENDENCIA DCPS / DEREX

DERLY JOSÉ DE CARVALHO (vulgo "Antonio" ou "Rui"
Metalúrgico - Natural de Maricá-MG., Filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho, nascido em 12.07.1939, instrução primária incompleta (torneiro-mecânico), casado.

- HISTÓRICO POLÍTICO -

1.968 - Líder sindical em São Bernardo do Campo. Foi preso duas vezes. Fez curso de guerrilha na Academia Militar de Pequim, na China Comunista, de acordo com recorte de jornal de novembro de 1968.

30.06.1969 - Foi preso por estar envolvido em assaltos a bancos e diversos atentados terroristas, tais como: assalto a Perua do Banco da Lavoura de Minas Gerais, em 08.02.1968; novamente em 03.06.1968; - assalto ao Banco Frances e Italiano em 07.04.69; tentativa de assalto a Perua do mesmo Banco em 24.03.1969; assalto a Rádio Independente de São Bernardo, etc. Componente da ALA VERMELHA.

21.08.1970 - Promoveu ato de rebelião na 2ª Auditoria do Exército da 2ª C.J.M., onde fora prestar declarações recusando-se a assinar.

09.10.1970 - Remoção de Presidência Tiradentes para a Casa de Detenção.

09.02.1971 - Condenado a prisão preventiva pela 1ª Auditoria da Marinha. Encontra-se preso há mais de seis meses na Ilha das Flores, acusado de falsificação de documentos com a finalidade de favorecer a elementos subversivos.

12-01.1971 - O nominado foi banido do país, com destino ao Chile, em troca da libertação do Embaixador Giovanni Enrico Bucher.

13.09.1971 - Com residência em Santiago do Chile, em 6º corrente viajou para Shanghai (China), embarcando em Paris (França).

03.01.1979 - Segundo o jornal A Tribuna, o Presidente da República, assinou Decreto de 29.12.78, publicado no D.O. de ontem, revogando o ato que baniu o marginal do território Nacional, podendo este, retornar ao país, desde que responda a processo na Justiça.

*
CARVALHO - Derly José de Carvalho - vulgo "Antonio" ou "Rui"

P. 5364 - Recorte de jornal de novembro de 1968. ✓ P. 4477

P. 499 - Inf. 197-E2 de 30.6.69 do Com. Praça. ✓

P. 499 - Inf. 305-70-B de 21.08.70 do DEOPS (DOSSIER) ✓

P. 499 - Rec. jornal de 9.2.71 de "O Est. S. Paulo" ✓

P. 499 - Rec. Jornal de 12-01-71 - "O Globo" ✓

P. 4477 - 2- Ficha com foto.

P. 499 - Inf. 083 de 12.05.71 da Polícia Federal. ✓

P. 499 - Inf. 68/71-B de 13.9.71 do TIG/SP.

P. 4400 - Rec. Jor. A Tribuna de 3.1.79

E CONHECIDO DOS INVESTIGADORES:

José Fernandes

José Fernandes é o mais velho dos entrevistados. Nasceu em Pedralva, Minas Gerais, em 1933. Foi trabalhador na lavoura de café e fumo e aos 16 anos veio para SP. Começou como ajudante de obras na construção de encanamentos de rua. Depois fez curso na Força Aérea Brasileira e virou mecânico de aviões. Aos 81 anos, ele é o elo com um Brasil muito pobre e arcaico, ainda distante da industrialização e dos ares modernizantes da década de 1950. Filho de pais analfabetos, chegou a viver dentro de um grande tubo de encanamento quando veio para São Paulo. “Eu era um morador de rua, mas trabalhador”, faz questão de ressaltar. Ter sido dado como morto possivelmente salvou-lhe a pele durante os anos de ditadura civil-militar no Brasil.

É ainda com entusiasmo que narra a importância de um antigo veículo de comunicação, o rádio, que marcou a juventude dos entrevistados. “A rádio Bandeirantes ficava na rua Paula Souza, e nessa época existia um programa sertanejo de um cidadão chamado Biguá. Chegavam muitas cartas de pessoas do interior que ele lia. Aí levei uma carta pedindo para ele ler para minha mãe, porque eles (os pais) trabalhavam na fazenda à noite e escutavam programa sertanejo: Torres e Florêncio, Belarmino... Podiam escutar (a leitura da carta). E de fato acabaram ouvindo mesmo naquele dia, ele leu a minha carta!”

José veio para o ABC em 1953, quando adquiriu um terreno em São Bernardo, e em 1958 foi trabalhar como mecânico de automóveis na Willys Overland, em São Bernardo. Ali tomou contato com os membros da associação que resultaria no Sindicato dos Metalúrgicos, e com o Partido Comunista Brasileiro. Elaborava estratégias de comunicação para sindicalizar os companheiros de fábrica. Carregava panfletos escondidos sob a roupa e em guarda-chuvas.

Além de lavrador em plantação de fumo até os 16 anos e ajudante em obras de encanamento, serviços gerais (como “limpar portão de madame”), foi pintor, mecânico de aviões, de automóveis e de ônibus. Trabalhou nas empresas Varig, Real, Willys Overland (1958) e Sil (após o golpe, já na clandestinidade, com nome falso). Por longo período viveu cuidando de sítio da família em Campos Altos Paulista, na região de Ourinhos, onde estudou um pouco de agronomia e desenvolveu técnicas de agricultura para a lavoura de tabaco. Músico, tornou-se uma liderança local. Estudou na URSS – entre as aulas, um pouco do idioma local e o que classifica de “trabalho ilegal”, o aprendizado de técnicas para proteção dos militantes em situação de clandestinidade.

Quando veio o golpe civil-militar ele estava na URSS, o que adiou seu retorno ao Brasil por dois anos. Sua casa foi revistada, sua mulher foi na empresa em que ele trabalhava e acabou sendo retirada “com o berro” (com uma arma) na orelha. Uma foto sua publicada

num jornal divulgou sua morte. Só então ele voltou clandestino para o Brasil. Foi para Marília, a serviço do partido, onde orientava professores e trabalhava como mecânico em uma empresa de ônibus. Quando a repressão chegou mais perto dele, seguiu para um sítio da família localizado perto de Ourinhos (SP). Ali iniciou uma plantação de fumo e se tornou uma liderança. Tornou-se o Zé Fumeiro, que ajudava na orientação da plantação, aplicava injeções em crianças, organizava partidas de futebol, dava aulas no Mobral.

José Fernandes conseguiu manter unida sua família, levando-os para viver na clandestinidade no Brasil. Viúvo, conta que os filhos puderam conhecer sua história e se orgulhar dela, fato incomum, pois as ausências e os medos que possivelmente tiveram de enfrentar em nome da opção política de seus pais nem sempre foram bem compreendidos pela geração seguinte.

Em alguns momentos ele retornou ao ABC e participou dos novos movimentos, mas a distância, sem integrar o sindicato. Retornou à região em 1979. Há 10 anos está na Associação dos Metalúrgicos Aposentados (Ama), onde participa das atividades políticas e de um grupo musical: tocava cavaquinho até ferir o dedo; hoje é percussionista.

Wilson Roberto Ribeiro

As memórias da infância de Wilson Roberto Ribeiro, o caçula dos entrevistados, começam com cheiro e sabor. Ele, que nasceu em 1950, em Bebedouro (SP), conta da mãe que, analfabeta, trazia na cabeça receitas de doces e quitutes para talentosamente fazer nas casas em que trabalhava como cozinheira. A família viveu em muitos sítios e fazendas, mas a que ele recorda com mais nitidez é a Fazenda União, onde começou a trabalhar na lavoura de laranja aos 14 anos. Eram seis irmãos, todos homens. Quando a mãe morreu levaram adiante a tarefa de cuidar da casa, e Wilson, que então se ocupava de jogar inseticida na lavoura, chegava mais cedo e era o cozinheiro oficial.

Uma recordação marcante desse período relacionada ao golpe civil-militar vem de seus 14 anos de idade (em 1964): a passagem de aviões de pequeno porte despejando folhetos com os rostos dos que se opunham ao regime. Com a informação de que eram procurados “vivos ou mortos”, os folhetos causavam sensação entre a garotada, que saía correndo para pegá-los. O pai de Wilson também gostava: colava todos na parede e na porta, como num mural. É bem possível que muitos dos procurados tenham pernoitado na casa e se reconhecido. Conta Wilson: “Muitas vezes chegavam pessoas pedindo pousada. E meu pai dava. Depois, vindo *pra* cá é que a gente percebeu que eram muitos sindicalistas que eram

procurados e tinham virado... mendigos não, andarilhos, que a gente chamava na época. E eles andavam na estrada, muitas vezes pediam serviço, não tinham documento, não tinham nada.... O que acontecia é que o pessoal estava todo barbudo, sujo, não tinha como identificar se era a pessoa mesmo ou não [...] A gente não tinha medo, tinha até um respeito por eles”.

Outra lembrança é a do estudante que desenhou uma foice e um martelo e a tia, que cuidava do garoto, acabou sendo levada para a delegacia para esclarecimentos, com a conivência da professora e do diretor da escola. Mas Wilson, até então, nunca tinha se interessado por política ou sindicalismo. Ele não relata leituras específicas – pelo contrário, os próprios folhetos dos procurados eram das poucas opções para poder ler alguma coisa. O interesse só foi despertado após sua chegada ao Grande ABC, que aconteceu em 1973, quando ele veio trabalhar na Forjaria São Bernardo. Antes, morara em Jundiaí, onde se casara. São as condições terríveis de trabalho que vão despertar no jovem o interesse pela defesa dos direitos dos trabalhadores, numa situação já bastante diferente da vivida pelos demais entrevistados, embora todas tenham transcorrido sob a ditadura civil-militar. Wilson nunca participou de grupos ou partidos políticos. Sua formação tem início e se desenvolve dentro do sindicalismo, com atuação em comissões de fábrica da Forjaria São Bernardo e Mercedes Benz. Ele participará das grandes greves dos anos 1980 e 1990 e atuará em comissões de fábrica na Forjaria São Bernardo e Mercedes Benz. As comissões de fábrica foram criadas para resolver conflitos dentro do ambiente da empresa, com a participação de representantes sindicais.

Além do trabalho em lavoura de laranja na Fazenda União, em Bebedouro (SP), principalmente na aplicação de inseticidas, ele atuou na Krupp e frigorífico Guapeva, em Jundiaí (SP). Em 1973 veio para o ABC e entrou na Forjaria São Bernardo. Fez Senai e se tornou inspetor de qualidade. Concluiu o primeiro grau quando foi trabalhar na Mercedes Benz e, depois de aposentado, fez o segundo grau e a faculdade de Gestão Pública. Fez cursos e deu aulas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Aos 64 anos, casado, pai e avô, Wilson preside hoje a Associação dos Metalúrgicos Aposentados (Ama) de São Bernardo. Também participa da coordenação de campanhas políticas do Partido dos Trabalhadores (PT, criado com o novo sindicalismo). Mesmo tendo se engajado na luta pela democracia inteiramente pela força do novo sindicalismo, quando a ditadura começava a arrefecer, ele relata que a resistência familiar é presente. “Tem, tem resistência. Minha filha de vez em quando participa, mas não é aquela coisa. Você convence lá fora. Convence o vizinho, convence a vizinha, convence os outros da rua, mas em casa não.

Nenhum sindicalista consegue isso [...] O pessoal fala, por que o sindicalista é sempre sozinho, nunca está com a família? Porque a família não aceita”.

Entre seus desafios está esse, que conhece há tempos – a dificuldade de aceitação familiar da vida como militante – e um mais recente: a convivência com aqueles velhos companheiros que, como ele, fizeram as grandes greves dos anos de 1980 e 1990, e hoje amargam e protestam contra uma aposentadoria insuficiente. Do outro lado, também velhos companheiros que, alçados a cargos políticos, preferem deixar as coisas como estão.

Os cinco relatos sobre a origem social e familiar, a instrução e formação criam um semicírculo iniciado em 1933, com o nascimento de José, e encerrado em 1950, com o de Wilson. São 17 anos, tempo suficiente para a inserção de uma outra geração, a de Derly e Elias (nascidos em 1939) e Cido (1942). Nesse primeiro momento, estão situações comuns como o trabalho na lavoura, as escassas opções de trabalho na cidade natal, o desejo de prosperar na grande metrópole.

Há aí identidades individuais e coletivas e uma definição muito próxima de comunidade (rural, na origem). Para Halbwachs (1990, p. 51) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda conforme “o lugar que ali eu ocupo, e este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

A imagem de um Brasil rural é a primeira a surgir no relato de todos os entrevistados. Mesmo os que não trabalharam na lavoura na infância trazem essa cultura como origem, em situações de poucas oportunidades para o estudo e o trabalho. A Igreja parece ser uma fonte importante no período, não apenas do ponto de vista espiritual, que não chega a ser destacado, mas da possibilidade de conhecimento pelo acesso a livros e discussões. É possível que o próprio interesse pelas questões religiosas tenha sido para alguns o fermento do conceito de justiça e igualdade, que mais tarde viria a ser abraçado no engajamento político.

Para pelo menos três dos entrevistados, Aparecido Faria, Elias Stein e Derly José de Carvalho, a formação religiosa vai abrir as portas para a leitura e para o pensamento crítico. Na juventude dos três, marcada por acontecimentos de grande impacto, como por exemplo a Revolução Cubana, esse interesse pela discussão política vai crescer e, em determinado momento, provocar rupturas com a própria igreja.

Capítulo II – Virar à esquerda e seguir adiante

A opção dos cinco entrevistados pela ação política e resistência à ditadura civil-militar surge em relatos que se diferenciam pela história individual de vida, mas vão se entrecruzar na observação do mundo em que estão situados. Aparecido, que cresceu no seminário, vai beber na fonte dos teólogos ligados à teologia da libertação. Derly teve a influência de um casal de pastores metodistas progressistas; Elias se desencantou com os padres católicos reacionários. José Fernandes, por sua vez, traz em si uma concepção que define como “espírito”, mas que teve como base o desejo de fugir da miséria em que vivia e na qual viu seus antepassados morrerem. Já no caso de Wilson foram as péssimas condições de trabalho (classificadas como despotismo fabril pela Comissão Nacional da Verdade) que fermentaram a indignação e o levaram ao engajamento sindical.

Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Embora a origem camponesa os acompanhe, o ingresso no mundo fabril e a nova identidade de operários vai levá-los a interagir com outras comunidades, entre as quais as do mundo sindical e político. Os mais velhos já estarão engajados no debate político quando veio o golpe civil-militar. Derly e José eram integrantes do Partido Comunista, enquanto Cido se alinhava com os teólogos mais progressistas da Igreja Católica (que tinham no operário a imagem do sofrimento do Cristo, como ele mesmo relata), assim como Elias, que participava da Juventude Operária Católica. Wilson ainda é um garoto de 14 anos quando ocorre o golpe, mas em menos de uma década estará dentro de uma fábrica, vivenciando as condições de trabalho numa empresa do Grande ABC.

Este capítulo pretende apresentar como os entrevistados se aproximaram da política e de que forma ela foi se consolidando em suas vidas, inclusive como operários engajados e preocupados em comunicar sua posição de resistência à ditadura civil-militar. Aborda o quanto valorizaram estudos e leituras, reunindo conhecimentos que vão além da educação formal. E apresenta o sofrimento vivenciado por eles próprios e seus familiares em invasões de domicílio pelas forças repressivas, prisões, sessões de tortura, exílio, dificuldade de conseguir emprego e até mesmo o banimento do País, no caso de Derly.

2.1 O vínculo com a política

É bastante curioso que o entrevistado José destaque que apenas ele, Orisson Castro e Derly poderiam falar sobre o período – no caso, como integrantes ativos do Partido Comunista. É uma distinção individual (a história de vida de cada um) e também coletiva, a partir do vínculo com uma agremiação política, e que cria a aproximação entre comunidade, memória e identidade, assim como memória e tempo. Ao discorrer sobre memória e identidade Pollack define que a primeira é um fenômeno construído (consciente ou inconsciente), como resultado do trabalho de organização (individual ou socialmente) e, sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, é também fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992).

Para o autor a identidade é a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e também para ser percebida da maneira que quer por outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. Memória e identidade são portanto valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Nas narrativas há uma origem muito parecida, um padrão comum a assalariados e, em três dos casos, uma proximidade grande com a igreja. Curiosamente, são também nesses três casos que há relatos de mais acesso à leitura e a alfabetização e/ou formação profissional de pelo menos um dos pais (em geral o pai).

Vieram pelos caminhos da imigração e da migração, servindo-se de suas tramas e sociabilidade, contraídas e tecidas desde a partida até a chegada [...] Por vezes tanto ampla quanto ambígua na hora de espelhar, de modo unívoco, um militante e robusto operariado industrial e fabril, a identidade de “peão” podia unificar sua cultura de classe (NEGRO, 2008, p. 158)

O primeiro a deixar a cidade natal e enfrentar a vida em São Paulo foi José. Ele veio numa condição paupérrima. Era ainda um garoto (16 anos), e foi trazido por um adulto que se dispôs a acompanhá-lo na viagem, mas não a cuidar dele. A decisão de deixar a família deixa antever aquilo que José chamou sempre de “espírito” para explicar sua indignação e seu envolvimento, mais tarde, com os movimentos de resistência à ditadura civil-militar. “Trabalhava na roça, e isso era considerado semiescravo, só que a gente não sabia, porque não tinha escolaridade para entender. Nós éramos semiescravos. E com 16 anos e alguma coisa comecei a pensar assim: meu avô nasceu, cresceu, era carpinteiro, carreiro, tropeiro. E na fazenda esse tipo de trabalho é considerado profissional, um trabalhador que é carpinteiro,

fazedor de casa, é um profissional. Mas morreu na miséria [...] Então esse espírito, a gente parece que já vem tendo desde a primeira imaginação minha de vir embora da escravidão da fazenda para a cidade. Tinha bastante jovem, por que só aconteceu na minha cabeça? Só na minha cabeça, não foi nenhum santo que ajudou, não, coisa mesmo da gente”.

Esse desejo de seguir uma vida diferente da do avô e dos pais é também uma vontade corajosa de mudança – tão corajosa que, nos primeiros tempos na capital paulista, ele trabalhava e morava na rua. Dormiu num tubo de encanamento até encontrar um quartinho para viver. Depois aprendeu a pintar casas e foi fazer o Exército. Mas nessa época já tinha economizado o suficiente para trazer os pais, como prometido, e construíram um barraco de madeira, onde passaram a viver. Quando José foi selecionado para a Força Aérea Brasileira teve a oportunidade de estudar, tornando-se mecânico de aviões. O trabalho na montadora – Willys Overland – começou em 1958, cinco anos após a família ter se mudado para São Bernardo, então numa casa de tijolos.

Já Derly José de Carvalho e Elias Stein chegaram a São Paulo no mesmo ano: 1959. O primeiro, metodista, veio com o sonho de se formar em Teologia em São Bernardo do Campo; Elias, católico, logo se desencantou com os padres da Vila Mariana e foi buscar uma ala mais progressista da Igreja. Eles tinham apenas 20 anos de idade. O Brasil vivia a euforia da nova capital, em Brasília, e o fortalecimento do processo de industrialização, sob o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubtischek.

“Veja bem, 59 [1959]. A revolução cubana tinha acabado de tomar o poder. A Praça da Sé era uma ágora aqui em São Paulo [sorri]. Ali, o povo se juntava, discutia, conversava [...] E ali eu comecei a receber as primeiras informações – é lógico, eu recebia através de leitura, de livro, jornal, mas era uma coisa teórica –; eu comecei ver, na prática, o que que era o discurso comunista, os comunistas tinham uma certa liberdade, era época do Juscelino Kubtischek. Ele deixou uma abertura para os comunistas, eles iam lá, punham um caixote, o cara subia e falava. A revolução cubana, o imperialismo norte-americano, tal, tudo foi mexendo com a minha cabeça”, relata Elias.

Estimulado pela ideia de se tornar operário, de dominar uma máquina, Elias foi fazer cursos técnicos. Derly também priorizou a busca pelo emprego e o estudo direcionado à profissionalização. “Cheguei em São Paulo e fui fazer o curso de rádio, montei meu primeiro rádio de ondas curtas [...] Foi a vantagem de eu ter feito meus cursos de eletrônica, e tudo”, conta Derly, que se especializou como torneiro mecânico e nas áreas de eletrônica e elétrica, enquanto Elias tornou-se apontador, ajustador mecânico e fresador.

Além do estudo formal, eles, que já tinham por hábito a leitura, inclusive da Bíblia, e eram leitores de jornais e publicações marxistas. “E aí me passaram um livro, que foi a base do meu contato com os conceitos marxistas, que foi a base da família e propriedade privada no Estado. Quando eu li isso aí... Primeira coisa que eu fiz foi uma comparação disso com a vida: tem alguma coisa errada! Onde é que estão essas coisas erradas? Essas coisas erradas é que a Igreja é de fato... aí comecei a ler outras coisas, aí me passaram o jornal *Novos Rumos* e me passaram o manifesto comunista”, lembra Derly.

Elias destaca ainda a preferência por autores clássicos da literatura brasileira, como Machado de Assis e Guimarães Rosa. “Aprendi mais sobre o Brasil lendo ficção do que lendo texto de sociologia, história. Para mim Machado de Assis ensinou tanto do que é o Brasil... mais do que mil tratados de sociologia. Você lê o *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, você vê os bisnetos, tataranetos de Brás Cubas estão aí mandando no País até hoje”. Contraditoriamente, o apreço aos livros vai criar também situações ruins para ele, como quando o chefe o situa como “cabeça” de um movimento de protesto na fábrica, pelo vocabulário que possui, e quando tem a casa invadida e vai preso: sua biblioteca é confiscada e destruída pelos agentes da repressão.

O seminarista Aparecido Benedito de Faria, o Cido, vai chegar diretamente a Santo André, no Grande ABC, alguns anos depois (por volta de 1965). Veio com o objetivo de atuar junto a outros religiosos dentro de fábricas para vivenciar o dia a dia do operário e auxiliar no trabalho de conscientização. Para cumprir seu papel nas fábricas, Cido, que estudara Filosofia Clássica e iniciou a ação como operário na função de faxineiro, também seguiu para o ensino profissionalizante: foi estudar interpretação de desenho técnico. Já no começo de sua carreira como operário, porém, percebeu que a realidade era bem diferente da idealizada no seminário: “A classe operária é extremamente elitista, ela faz parte do sistema capitalista e eu sempre digo que o operário é um capitalista sem capital [...] Então o meu trabalho como faxineiro para conscientizar as pessoas não tinha a mínima importância, porque eu era faxineiro, e diante de um torneiro mecânico não era nada. Eu vou falar para um torneiro mecânico que a situação do País está assim, ou assim, ele fala: “Quem é você para estar...?” Ou seja, ele se depara com uma outra “estrutura de classes”, dentro de uma estrutura maior que distingue patrões e operários.

Quando em 1973, aos 23 anos, o jovem Wilson chegou ao Grande ABC os movimentos e grupos de resistência à ditadura civil-militar praticamente já não existiam. Os nove anos do novo regime já contabilizavam centenas de desaparecidos, exilados, banidos e mortos. A maioria dos sindicatos estava ainda sob intervenção. Mas a necessidade de trabalho

era tão premente quanto a dos que o sucederam na chegada à região do Grande ABC, que por essa época tinha consolidado seu processo de industrialização.

O estopim que vai levar Wilson à resistência à ditadura civil-militar, ainda que por caminhos enviesados, será a cruel condição de trabalho oferecida pelas empresas – já existem, inclusive, alguns escassos estudos sobre a questão dos acidentes de trabalho durante o período de governo civil-militar no País, quando não havia qualquer fiscalização no sentido de prevenir e evitar as ocorrências nas grandes multinacionais aqui instaladas. “Olha, dentro da fábrica tinha chefe que até batia no funcionário. Dava tapa no funcionário, um total desrespeito. O chefe era autoridade. Não eram todos, mas tinha aquele que extrapolava”.

Esse despotismo fabril durante a ditadura civil-militar no Brasil terá como evidência a presença de militares nas fábricas, especialmente em grandes multinacionais, no comando de setores estratégicos como a segurança. Há ainda nas empresas a presença de militares em postos-chave, destacada por Dreifuss (1981, p. 86): “Alguns oficiais militares eram diretores importantes ou acionistas de corporações privadas”, e por Casado (2005, p. 38-40):

Na manhã da terça-feira seguinte (11 de novembro), representantes de Volkswagen, General Motors, Chrysler, Firestone, Philips e Constanta se reuniram com o chefe do Departamento de Ordem e Política Social no ABC paulista, Israel Alves dos Santos Sobrinho, e o major Vicente de Albuquerque, do IV Regimento de Infantaria do Exército. Na delegacia estiveram Evaldo Herbert Sirin, da General Motors; Mário de Souza Campos, da Chrysler; A. J. Vieira, da Firestone; coronel Evaldo Pedreschi, da Philips; major Adhemar Rudge, da Volkswagen; e Synésio de Oliveira, da Constanta. Chefes das seções de segurança interna dessas indústrias queriam acelerar o funcionamento do Grupo de Trabalho (depois chamado Centro Comunitário) que serviria de cobertura à colaboração entre empresas privadas do ABC paulista, o Deops e o Exército. Segundo a ata da reunião, debateram “problemas” nas fábricas, decidiram a compra de “mapas do Grande ABC e outros artigos”, e estabeleceram um Centro de Coordenação no Deops.

Como contraponto, existiam militantes de partidos ou grupos que se opunham à ditadura também infiltrados nestas fábricas – como foi o caso de Cido, seminarista que se tornou operário especificamente para desenvolver esse trabalho. Ou, ainda antes do golpe, nas atuações de Derly, José e Elias, sendo que este último, apesar da prisão, continuou com sua ação nas fábricas, sem cair na clandestinidade.

Para Dejourns e Abdoucheli (1994) é preciso ter claro que o lugar de trabalho, espaço da produção, adquire significado de espaço público interno, espaço de negociação e política. O mundo do trabalho, onde se busca a sobrevivência, é, sim, espaço de vigilância e controle – nas grandes alas produtivas, cabines elevadas observam o cotidiano dos operários, como o panóptico surgido para vigiar prisioneiros. Mas é também um mundo de símbolos e

linguagens comunicativas e não necessariamente impressas ou documentadas. Espaço de movimentação de ações comunicativas, tanto do *mass media* como da comunicação interpessoal.

Quando a geração mais combativa é expulsa do ambiente fabril, face à repressão, um novo contorno começa a se apresentar, facilmente detectável no relato de Wilson. Já não é a questão política ou de combate à ditadura que cria mobilizações, mas (entre outras questões, como a financeira), o péssimo ambiente de trabalho. Quando um chefe se arvora o direito de agredir fisicamente a um subordinado já não há distinção entre esse ambiente e o ambiente de semiescravidão relatado por José Fernandes na lavoura de fumo em que trabalhava quando garoto.

O diferencial na reação é, de fato, a comunicação entre os próprios trabalhadores. Um exemplo de como essa trama comunicacional é de fato eficiente é o registrado no estudo de Diana Gittins (*apud* Thompson, 1978, p. 132-133) sobre a limitação da família (controle da natalidade: a partir de 20 entrevistas iniciais, a pesquisadora descobriu que as mulheres que trabalhavam em fábricas ou escritórios tinham mais informações sobre anticoncepcionais do que as que viviam próximas à chamada classe média, como as domésticas.

Contrariando os livros que apontavam a influência dessa “classe média” nesta redução, não havia um canal de comunicação entre ela e a operária, mas havia entre as trabalhadoras. Essas mulheres estiveram à frente da redução das famílias no final do século XIX, embora até então os demógrafos só considerassem a ocupação dos homens em relação à fertilidade. É visivelmente “o papel do periférico na História e a própria história periférica, que não se faz de grandes feitos e envolve as estratégias de comunicação das minorias e dos grupos de subcultura (PHRYSTON, 2003).

Muitas empresas multinacionais instaladas no Brasil mantinham publicações internas que destacavam o “ambiente ideal” da fábrica para o crescimento do trabalhador e do País. Uma rápida espiada nos sobrenomes dos feitores e chefes revela uma maioria de estrangeiros para comandar os migrantes que davam cara à nova classe operária nascida com a industrialização do Grande ABC. Um desses jornais é *O Noticiário*, da Willys Overland (onde trabalhou o entrevistado José Fernandes). Nessa empresa, em maio de 1959, figuram como novos responsáveis em postos de comando Müller, Bartsch, Engel, Hoffman e Kaczorowski, entre outros (NEGRO, 2008, p. 133).

Relembra José de uma reunião na Willys para tratar de reivindicações dos trabalhadores: “Tinha um americano que usava um chapeuzinho, já falava um pouco de português, um português meio sem-vergonha mas falava... E ele disse assim (imita o sotaque):

“Olha, José, você fica sabendo que lá nos Estados Unidos, o operário que trabalha nessa indústria ganha menos do que vocês”. Aí eu falei: Pô, já tô perdido mesmo.... Falei para ele: “Por que vocês não montaram a fábrica lá ao invés de vir montar aqui? Fica mais barato, né? Trazer a peça de lá (até) aqui! Trabalhar aqui, para fazer o carro aqui, para mandar de volta... fica muito caro. Montasse lá!” Ele rodou assim em volta da mesa, falou umas coisas baixinho e foi embora, e eu também logo fui embora, fui para a seção, ficou naquilo mesmo”.

2.2 Rupturas

Por caminhos diferentes, mas igualmente marcados pela política, Derly, Elias e Cido vivenciaram processos de ruptura. Ela chegou sob muitas formas e se espalhou pelos relacionamentos familiares, amorosos, religiosos, existenciais. Para José e Wilson as rupturas também ocorrem, mas não necessariamente há a consciência de que o processo também é político. Sobre processos de ruptura, descreve Jean Pierre Le Goff: (2202):

O que era familiar ao mundo desapareceu. O passado e a experiência dos velhos já não servem como referência para se orientar no mundo moderno e iluminar o futuro das novas gerações. Rompeu-se a continuidade da experiência (LE GOFF *apud* SARLO, p. 35).

Derly, que deixou Muriaé para estudar teologia, voltar e se casar com a noiva, apaixonou-se por uma prima e passou a integrar o movimento sindical e político. Elias, cuja mãe orientou a participação na igreja católica desde a infância, distanciou-se dos padres mais conservadores, aproximou-se dos setores mais progressistas e se encantou com a ebulição de ideias na cidade grande. O seminarista Cido teve suas crenças questionadas de outra forma. Não era mais a idealização de um “Cristo operário” que o levava para dentro das fábricas.

Cada um aponta esse momento como um divisor de águas, que fatalmente os levou a adotar novo posicionamento na vida. Para Elias, “a vida em São Paulo criou uma crise religiosa [...] Depois de seis meses em São Paulo eu simplesmente parei. Todo aquele mundo de Capivari que dava um sentido para a vida, que se vivia em função daquilo, em São Paulo caiu tudo. Eu falava: ‘Que é isso aí? Igreja... e uns padres reacionários [...] Fui procurar a Ação Católica [...], fui atendido pelo Waldemar Rossi. E aí começa uma outra vida para mim: perguntou onde eu trabalhava, o que eu fazia, e me indicou para ir numa – na época chamava secção – uma secção da JOC, Juventude Operária Católica, perto de casa ali no Bosque da Saúde. Aí fui lá e encontrei um grupo de uns 12 rapazes, e minha vida mudou completamente”. É na JOC, também, que Elias vai conhecer sua futura esposa, Maria José Santos Stein, militante feminista da área da Saúde falecida em 2005 e que hoje dá nome ao Hospital da Mulher de Santo André.

Os planos de Derly também mudaram quando se apaixonou pela prima, Eni. “Eu tive um rompimento com a família, com a Igreja, porque chegou um momento em que eu rompi com a Igreja. Rompendo com a Igreja praticamente eu rompi com meus pais. E quando a gente se casou foi um quebra-pau na família, foi aquele rolo... imagina o rolo que deu na família. Eu mandei todo mundo *praquele* lugar e fui cuidar da minha vida. Na realidade, o que eu fui perceber depois é que eu estava rompendo com o sistema. Estava rompendo com aquela estrutura familiar. Eu estava fazendo parte da revolução capitalista, burguesa, sem saber [risos]”, avalia. Até a data dessa entrevista, em 21 de agosto de 2014, Derly e Eni continuavam casados. Eles tiveram três filhos, sendo que dois deles são deficientes (um visual e outro auditivo), e viveram juntos também no Chile e na França.

No caso do seminarista Cido a própria experiência no chão de fábrica o levou a outra concepção do operariado. Sua primeira função foi a de faxineiro, e logo passou pelo que chama de “choque de realidade”, sofrendo preconceito com o cargo humilde na fábrica, sem ser ouvido pelos demais. “*A gente tinha um pouco, no começo, uma visão muito religiosa, de que o operário simbolizava o Cristo sofrendo [...] Foi um choque de realidade*” [...] Cido relata, porém, embates apenas teóricos entre ser comunista e ser cristão, e diz que a transição da ação religiosa para a política, na Ação Popular, foi paulatina e sem maiores conflitos. Ele é autor de uma apostila sobre críticas e acertos nos procedimentos adotados dentro da fábrica para conscientização dos trabalhadores, intitulada “Uma experiência junto ao proletariado”, em que assina com o pseudônimo de P. Torres.

Já para José Fernandes foi o desejo de romper com a pobreza que o levou adiante. O adolescente José, que nada lera sobre comunismo ou capitalismo, queria apenas uma vida diferente da de seu avô – que morreu na miséria, apesar de trabalhar muito – e de seus pais. “Então, em certa altura eu comecei a imaginar: meu vô era tudo isso e morreu pobre, morreu no asilo, meu pai também, com uma idade mais ou menos, não tinha nada, *tava na merda*; a mãe sofria para caramba; roupa tinha que ser remendada, a gente nunca tinha várias roupas inteiras...”. Embora José não elabore questões existenciais, apenas a econômica, elas por certo estão presentes, evidenciando o corte que ele mesmo fez na construção de sua história.

Quando duas décadas mais tarde Wilson chegou ao Grande ABC sua situação não era muito diferente da de José, seu colega na Associação dos Metalúrgicos Aposentados (Ama) de São Bernardo do Campo quando da realização destas entrevistas. Ele também veio por emprego, sem envolvimento com nenhum sindicato, grupo ou partido político, praticamente ignorando as condições políticas de seu País. No caso de Wilson, foi a indignação com as

péssimas condições de trabalho dentro da fábrica e a admiração pelos representantes sindicais que criaram a ruptura que determinou sua futura ação política nas comissões de empresas.

Elias Stein e Derly José de Carvalho foram os que mais tempo permaneceram na cadeia e cujos relatos revelam torturas. Elias foi capturado em uma reunião que seria realizada num salão paroquial, acusado de pertencer a uma organização da qual jamais participou, o Movimento Popular de Libertação. “A gente era Oposição Sindical. Fomos presos numa igreja, eu, Waldemar Rossi, Vito Gianotti, Carlúcio e mais um, Alcides. Numa reunião. Um cara que tinha sido preso um dia antes sabia dessa reunião. Aí não aguentou a tortura, né? Falou: ‘O pessoal vai se encontrar lá na Igreja São João, no Brás, às seis horas.’ Chegamos lá, achamos que tinha uma coisa meio estranha, Quando resolvemos ir embora... Quando a gente resolveu isso, eles estavam chegando, [Sérgio Paranhos] Fleury à frente. Ave Maria! [...] Quem era preso naquela época era torturado. Raramente, se era alguma pessoa de classe média... muita gente de classe média era presa, mas se não tinha envolvimento, ou eles não sabiam se eram da organização ou não; alguns, raríssimos, escapavam de uma tortura física, mas sofriam tortura psicológica. A tortura ali no DOPS era o básico, tapa, telefone; o telefone, com a mão em concha assim, o cara bate aqui [mostra os ouvidos], você fica com o zumbido uma semana. Choque! O choque é o pior, porque, é... você toma um choque, o choque era 220 volts, eu acho, no mínimo, era daí pra cima, porque eu já tinha tomado choque de chuveiro, aquele repelão que tem, você tira a mão. Mas amarrado ou seguro você não pode, e aí eles vão... dando choque – nariz, boca, ouvido, órgão genitais, tudo”.

Apesar da recordação de tamanho sofrimento Elias mantém o humor quando questionado sobre a forma de manutenção da família no período, pois ele já era casado e tinha filhos. “Minha mulher e meus filhos nunca comeram tão bem como no tempo em que eu estive preso [risos]. Oh gente, veio tanta ajuda, só te dar uma ideia... os presos recebiam coisas da família no sábado, lá no Hipódromo. Quando eu saí, eu fiquei três meses no DOPS e um mês no Hipódromo. No Hipódromo era uma prisão de preso comum e uma ala para preso político, onde a gente ficava. Aos sábados, a família levava as coisas lá para cozinhar, doce, sabonete, pasta de dente, essas coisas. Durante um mês eu levei coisas para eles depois que eu saí da prisão, que sobrava lá em casa. O pessoal continuou mandando até saber que eu estava solto”. Sua principal dificuldade, após sair da cadeia, foi arrumar emprego, pois estava em liberdade provisória e precisava assinar a “ménage” (uma ficha) no Deops, o que dificultava a jornada de trabalho.

Se a prisão de Elias foi por quatro meses, a de Derly durou de maio de 1969 até dezembro de 1970, sendo os primeiros 90 dias de forma incomunicável, sob tortura no Deops.

Depois ele seguiu para o presídio Tiradentes, de onde guarda histórias curiosas sobre a rotina local, a convivência com os grupos sociais e/ou políticos ali representados e, inclusive, os meios encontrados para burlar a censura e receber jornais do Brasil e exterior. “Tínhamos médicos, dentistas, advogados. E eu e mais um outro companheiro, eletricitas. Botamos tudo isso à disposição do diretor do presídio para poder ajudar, para humanizar. O diretor achou fantástico, só tinha intelectual lá dentro.... De fábrica era eletricista, era encanador.... Então a manutenção do presídio estava pronta. Aí o dentista botou uma cadeira e começou a fazer o tratamento dos presos comuns... E aí você rompe TODO [dá ênfase à palavra] o isolamento. Começamos a receber TODOS os jornais, e ficou muito engraçado porque os presos comuns começaram a receber o *Le Monde*, francês, e nós recebendo *Notícias Populares* [risos]... Porque a burrice do sistema, na época, né, tudo que era vermelho era comunista. Então censuravam nossos jornais e os deles; no jornal dos presos comuns eram censuradas as páginas que tinham jogo de futebol, corrida de cavalo e crime, e entrava tudo que era político. Nos nossos eram cortadas todas as páginas que tinham política, economia, notícias internacionais. Aí fizemos acordo com os presos comuns. As nossas famílias entregavam o *Le Monde*, *a Folha*, os jornais e os livros comunistas para eles e entregavam para nós o *Notícias Populares*, essas coisas. A gente fazia a troca durante a tarde, depois da visita”. Em *Pedro e os lobos*, uma biografia do comunista Pedro Lobo de Oliveira, José Roberto Laque faz a seguinte descrição do presídio Tiradentes:

Dispondo de todo o tempo do mundo, os presos políticos do Tiradentes fazem leitura, travam debates, executam tarefas cotidianas e ainda precisam procurar o que fazer para espantar o tédio nas horas que sobram. E como sobram horas naquele cárcere [...] No domingo, as energias represadas serão descarregadas em uma animada pelada dentro das celas” (LAQUE, 2013, p. 350)

Mas, segundo Derly, o presídio que tinha virado “uma paz eterna, ninguém brigava mais, não tinha mais portas”, mudou com a chegada do pessoal da ALN e dos padres. “Aí a barra pesou. Porque eles disseram que nós estávamos colaborando com o inimigo. E aí foi feio. Na cela 7. Domingo de manhã era cômico e trágico. Os padres vestiam o hábito de missa, enchiam um bule de suco de uva, biscoito. E ficava aquele bando de comunista que não eram os padres... a gente assistindo. De manhã às vezes a gente jogava uma partida de futebol, porque era um salão imenso, chegamos a ter 58 presos lá dentro, todas as organizações. Fizemos vários campeonatos. Aí no domingo eles (os padres) primeiro liam... cantavam a Ave-Maria, Pai-nosso, todos esses negócios, logo em seguida a hóstia para todo mundo... Menos nós, que éramos do Partido, da Ala Vermelha, o pessoal do Partido Comunista, da VP... Mas pelo menos uns 25 a 30 faziam esse cerimonial. Depois disso

cantavam o Hino Nacional, que nós não cantávamos – se a gente tomasse o poder a gente mudava o hino logo em seguida! [risos]. Aí cantavam “Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil” e logo em seguida, por incrível que pareça, cantavam todos os domingos a Internacional Comunista. E nós comunistas: tsc tsc (sinal de não). Vamos cantar a Internacional Comunista dentro da cadeia? Para provocar os guardas? Depois disso eles pegavam as panelas, porque nós cozinávamos lá dentro, tudo; chegavam lá e batiam nas panelas: Pááááá.... ‘Ô companheiro, mas para que isso? ‘Para manter a ideologia de pé’.

A Igreja Católica, cuja cúpula em princípio apoiou o golpe civil-militar, teve muitos de seus padres ligados à ala progressista, que resistia à ditadura civil-militar: é este o caso do entrevistado Aparecido Faria. No Brasil, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e o reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana, são símbolos da luta contra as atrocidades cometidas durante o período militar, em defesa dos direitos humanos de presos e perseguidos políticos. A coragem do cardeal é descrita nesta passagem do livro *O Cardeal e o repórter*:

Em suas memórias – Da esperança à utopia, testemunho de uma vida -, dom Paulo conta que, na limusine com a família Carter (Jimmy Carter, então presidente dos EUA em visita ao Brasil), foi direto ao ponto: “É verdade o que aqui se conta, que os Estados Unidos, ou melhor, a CIA, ensinou os nossos militares a torturarem os presos sem neles deixarem marcas?” Prossegue Dom Paulo no livro: “Carter se voltou para a esposa Rosalyn e lhe perguntou numa altura que me permitisse ouvir: o que posso responder a uma pergunta tão justa quanto incômoda? Rosalyn então sugeriu ao presidente Carter: diga ao senhor cardeal de São Paulo que isso pode ter acontecido” (CARVALHO, 2010, p. 59)

Nas histórias de Derly e Elias soa curioso o fato de que ambos tenham sido ajudados por imigrantes italianos. No caso de Derly isso ocorreu antes da prisão, quando estava clandestino, logo depois do golpe, e precisava trabalhar. “Conheci um anarquista italiano que tinha uma loja lá na Mooca, uma loja de material elétrico, e aí botei uma placa lá e comecei a trabalhar (como eletricista) por minha conta na loja do cara. Fiquei trabalhando até o começo de 1966”. E no caso de Elias após sair da cadeia, quando não arrumava emprego em lugar algum pela necessidade de comparecer todos os dias no Deops. “Saí da prisão em liberdade provisória, porque nós fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. E saindo em liberdade provisória toda semana tinha que ir lá no DOPS assinar a tal da *ménage*, comprovar que continuava morando aqui, não fugiu. Como eu ia arrumar um emprego tendo de sair todo o dia, toda segunda-feira? Aí, um amigo, na fábrica Grampos Aço, que também tinha sido preso pela AP em 71 [1971] – hoje ele é deputado estadual, o ‘Zico’, José Zico do Prado – ele tinha sido preso e o dono da empresa onde ele trabalhava, Grampos Aço, era um cara assim muito próximo [pigarreia], próximo da esquerda e, como era italiano, não se metia em

política, mas era muito simpático à esquerda. Quando ele saiu da prisão – o ‘Zico’ acho que ficou um mês e meio preso –voltou para a fábrica. O patrão chamou ele, falou: ‘Você vai continuar trabalhando aqui’. Bom! O ‘Zico’ conversa com ele e fala: ‘Tenho um amigo que está nessa situação e tal’. Isso já fazia uns quatro meses que eu estava parado. E ele falou: ‘Traz ele aí que a gente conversa’. Aí fui lá tentar uma conversa, eu o Zico, o chefe do Zico e o dono, o italiano, Léo. Léo... Esqueci o sobrenome dele. Ele falou: ‘Bom! A situação como é que é, então?’ Aí eu expliquei: ‘Toda segunda-feira...’ Era lá no Tatuapé, eu tomava quatro... saía de casa às quatro e meia para entrar às sete da manhã, saía de lá às cinco, chegava em casa sete e meia, oito horas. Era coisa de doido. Toda segunda-feira, às três horas da tarde, eu tenho que sair daqui, era no Tatuapé, para ir até o DOPS assinar, tal”. Ele falou: ‘Não, não, tudo bem, depois você paga essas horas aí’. E, assim foi. E o advogado tentando revogar isso, falou: ‘Pô, absurdo, o rapaz tá trabalhando, tem residência fixa, não vai fugir, para que obrigar a assinar isso aí?’ Aí demorou um pouco, mas depois de uns seis meses que eu tinha saído consegui ficar livre disso”.

Figura 6 - Documento que obrigava Elias Stein a comparecer ao Dops para assinar a “ménage”, quando estava em liberdade provisória em 1974

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL

- TERMO DE COMPROMISSO -

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e quatro, nesta cidade de São Paulo, onde, na Delegacia Especializada de Ordem Social, se encontrava presente o Dr. EDSEL MAGNOTTI, delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo ao final assinado, ai compareceu ELIAS STEIN, filho de Oscar Stein e Isabel Arruda Stein, natural de Capivari SP, nascido aos 30.8.1939, residente à Av. Queiroz Filho n. 971 nesta Capital, digo, em Santo André, e qual foi indiciado no inquerito policial n. 8/74, instaurado por esta Especializada e que apura atividades de um grupo auto denominado M.F.L. - Movimento Popular de Libertação, e ao qual a autoridade presidente do referido inquerito concedeu o benefício de responder ao mesmo em liberdade, durante a fase policial, sujeitando-se as condições impostas pela autoridade, que consiste em sua apresentação periódica nesta Delegacia, no Cartório Chefia, todas segundas feiras, para assinar o livro de comparecimento, bem como indicar seus endereços sucessivos e locais de trabalho, comprometendo-se a não se ausentar desta Capital, sem previa autorização desta Autoridade. Pelo compromissado foi dito estar ciente e de pleno acordo com as condições impostas pela Autoridade. Nada mais havendo a tratar, mandou a Autoridade encerrar o presente auto que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela Autoridade, pelo compromissado e por mim escrivão que o datilografei.

Autoridade: _____

Compromissado: Elias Stein

Escrivão: _____

Fonte: Projeto Investigação Operária

https://iiepmemoriaoperaria.files.wordpress.com/2013/12/apresentacao_geral_baixa.pdf

A opção de virar à esquerda moldou para sempre a vida dos cinco entrevistados, em especial os que já eram militantes na primeira década da ditadura civil-militar no País, cuja repressão foi notadamente intensificada após a promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. Eles tiveram que enfrentar processos de ruptura (no caso de Derly, inclusive com os pais) e seguir adiante. Priorizaram o aprendizado e tiveram referências teóricas calcadas no marxismo. Suas famílias tiveram as casas invadidas e revistadas; Derly e Elias ficarão por longo tempo na prisão e foram torturados. Já José Fernandes, dado como morto por erro das forças repressivas, viveu longo tempo na clandestinidade. Cido se exila e Derly foi banido do Brasil em 1971. Derly foi o único a revelar a opção pelas ações armadas, como a expropriação de bancos e a tomada de emissoras para divulgar a mensagem da resistência à ditadura civil-militar.

O conhecimento teórico, aprendido em livros, revistas e jornais, foi também uma importante chave para que pudessem se identificar uns aos outros dentro das fábricas, pois era a partir do discurso, da “conscientização” demonstrada que se reconheciam possíveis aliados. Uma condição que desmonta a imagem estereotipada do jovem que vem do interior para a cidade grande sem recursos e prossegue sem qualquer instrução. Os relatos dos cinco entrevistados demonstram o grande interesse pelo conhecimento e pelo aprender, seja dentro ou fora das escolas.

Este capítulo reforça também como era vigiado o ambiente da fábrica, como as empresas se comunicavam com os órgãos de repressão e colaboravam ativamente com a ditadura, inclusive colocando militares em postos estratégicos. O assalto ao banco da Mercedes-Benz relatado por Derly é, em sua classificação, uma resposta ao fato de a empresa colaborar também financeiramente com a repressão.

Outra situação que pode ter sido decisiva para a participação política são as condições de trabalho vivenciadas, especialmente já na vigência da ditadura civil-militar, quando as fábricas se transformaram em ambientes impregnados de vigilância e avessos ao diálogo. O espaço de trabalho como ambiente político fica evidente no trabalho de comunicação realizado pelos entrevistados, uma comunicação de alto risco que será abordada a seguir.

Capítulo III – Comunicação, repressão e resistência

Foram muitas as ações de comunicação praticadas pelos trabalhadores contrários à ditadura civil-militar dentro das fábricas. Elas tinham em comum o objetivo inicial de alertar contra as más condições de trabalho e, a partir de então, abrir a discussão para a política. Foi preciso usar de criatividade para produzir, com poucos recursos, jornais, boletins, selos e outros tipos de material impresso, além das pichações em muros. Mais ainda, foi necessária muita estratégia para distribuir esse material, um processo muitas vezes feito de mão em mão e que teria necessariamente de desaparecer rapidamente. Essa criatividade, tanto na produção quanto nas estratégias de distribuição, nascidas da necessidade e limitações do período, resultou em invenções e apropriações contemplados pela inovação.

Ao contrário do que acontecia nas redações de jornais ou teatros, os censores não acompanhavam as produções e mandavam “cortar” o material indesejado. O trabalhador apanhado com material considerado “suspeito” era alvo de repressão, o que podia incluir prisão, tortura e até mesmo desaparecimento e morte. O foco deste capítulo é mostrar algumas dessas ações e formas de comunicação desenvolvidas pelos trabalhadores no período.

Ao longo do último século os processos de comunicação, que envolvem necessariamente transmissor e receptor, viram surgir transformações nesses atores – especialmente no papel do receptor. Desde o conceito da agulha hipodérmica de Lasswell, passando pelo pensamento da escola de Frankfurt e os Estudos Culturais, muitas foram as alterações observadas que permitem avaliar a influência dos processos comunicacionais nas sociedades. Ao deixar de ser um passivo receptor, o indivíduo se firma como transformador e novamente transmissor, podendo assim agir em sua comunidade ou muito além dela – e as redes sociais são hoje um claro exemplo dessa mudança e abrangência comunicacional. “A recepção não é algo aberto e perfeitamente transparente que acontece na outra ponta da cadeia de comunicação. E a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear” (HALL, 2003, p. 354).

No entanto, ao abordar a comunicação praticada nas fábricas do Grande ABC durante o período da ditadura civil-militar brasileira, é preciso inicialmente buscar sua conceituação. Comunicação alternativa ou de resistência? Contrainformação ou comunicação política? A definição é complexa, e talvez seu melhor encaixe ocorra no conceito criado por John Downing (2002), o de “mídia radical alternativa”. Muito embora o termo mídia sequer fosse frequente no Brasil dos anos de 1960/1980, esse fluxo é descrito pelo autor como uma constante histórica em movimento contínuo, presente em diferentes momentos e países. É um

modelo de contrainformação em que a chamada mídia radical alternativa assume o papel de “quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer as verdades” (DOWNING, 2002, p. 49). Aplicado a períodos de regimes autoritários e repressores como o das ditaduras militares, o conceito engendra-se ao campo da política.

A mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhes são negados, mas também pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (DOWNING, 2002, p. 50).

Ainda que produzida e distribuída às escondidas, também não se pode abrir mão do entendimento dessa comunicação levada para as fábricas como comunicação popular, um dos primeiros termos com o qual foi classificada. “Dentro de todo esse processo de efervescência social emergem manifestações de comunicação denominadas, inicialmente, de populares (ou seja, ligadas ao povo ou que vêm do povo)” (PERUZZO, 1998, p.144). Nos anos de 1980 a pesquisadora Regina Festa identificou 33 tentativas de se definir comunicação popular e/ou alternativa na América Latina. “A comunicação popular refere-se ao modo de expressão das classes populares de acordo com sua capacidade de atuar sobre o contexto social na qual se reproduz (FESTA e SILVA, 1986, p. 30). Já por alternativa compreende-se aquela comunicação que surge como opção aos canais tradicionais da grande mídia, vez que muitos desses veículos passaram pelo crivo da censura ou estavam alinhados com o governo militar no período.

Os grandes meios de comunicação de massa, na época, estavam submetidos a mecanismos rígidos de censura e autocensura, além de seus vínculos políticos e econômicos com os setores das classes dominantes e com o governo, não refletindo o que estava acontecendo na sociedade (PERUZZO, 1998, p. 144)

Como muitas vezes a informação difundida dentro das fábricas era trazida por militantes de partidos políticos e/ou sindicais também não se devem descartar características da imprensa operária, outra conceituação de grande complexidade. “O movimento operário e a imprensa operária são diversos e complexos, e abrangem um sem número de entidades – sindicatos, partidos, associações de bairro [...]”, descreve Antônio Albino Canelas Rubim em *Temas básicos de comunicação* (SILVA, 1983, p.101), acrescentando que com a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, surge uma imprensa operária partidária que, em seu auge, no pós-1945, vai contar com nove jornais diários nas principais cidades brasileiras.

A grande questão, porém, é que como sindicatos e partidos agiam na clandestinidade, sem poder publicar seus informativos oficiais, a comunicação levada para os trabalhadores seguia muitas vezes o caminho da oralidade, sustentando-se na eficiência da *rádio-peão*,

“processo de troca de informações em uma organização que ocorre à margem do controle oficial” (BUENO, 2014):

A rádio-peão, como expressão, foi criada por organizações comprometidas com a repressão e que se sentiam impotentes para fazer calar os que clamavam por liberdade de expressão. Lembremos que esse era o tempo em que empresas chamavam a polícia para resolver questões trabalhistas e que as montadoras foram mestras nos repetidos momentos de greve (BUENO, 2014, p. 101)

3.1 Ações de comunicação

Entre as ações de comunicação em veículos não formais descritas pelos entrevistados estão principalmente os jornais impressos: Elias fazia um para os trabalhadores da empresa Listas Telefônicas (cujo dono colaborava com o Ipês, um dos braços da ditadura, mas ele não sabia), o jornal da Ala Vermelha (*Luta Proletária*) e o jornal da Oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, enquanto Derly cita a publicação *Novos Rumos* (também da Ala Vermelha) e panfletos e Cido lembra a produção do jornal na Laminação Nacional de Metais (LNM), *o Lâmina*, entre outros. No Chile, Cido também coordenou a publicação da Frente Brasileira de Informações, e ao voltar para o Brasil, fez um jornal nacional da Phillips.

No caso específico de Derly, que fez a opção pelas ações armadas, também ocorreram ocupações de rádios para divulgação da mensagem de resistência de seu grupo. Entre as rádios ocupadas estão a Cacique¹⁵, a Nacional e a Tupi. À época, era grande a audiência das emissoras de rádio, e havia um novo recurso tecnológico rapidamente incorporado pelo grupo de Derly às ações comunicativas de resistência: “Entrava na emissora de rádio, pegava um desses radiocassetes de carro, que na época era moda, aí tinha aquela cassete que você botava a fita, a fita ia até o fim e voltava, lendo do outro lado, lia dos dois lados da fita, e aí depois de novo. A turma gostava muito disso aí, os peões, para escutar música caipira. A gente fazia a mensagem contra o governo, chamando o trabalhador para ir para o sindicato, para se organizar, para fazer greve, tal, todas essas coisas. E botava lá um, pegava um rádio de carro com uma fita gravada, e ia no estúdio... ia no estúdio e começava a transmitir. Só que durava pouco, a polícia chegava e levava. Nós surpreendíamos todo mundo. A rádio Cacique, por exemplo, ocupamos tanto tempo a rádio Cacique que a polícia prendeu o dono achando que ele era do Partido Comunista... [risos]”.

Nesse aspecto, é preciso destacar que:

¹⁵ A Rádio Cacique funcionou em São Caetano a partir do final da década de 1950. No entanto, na memória de Derly as ações ocorriam em São Bernardo, cidade que abrigou torres de transmissão radiofônicas e a Rádio Independência, também citada.

A inovação está presente também no impacto social das novas tecnologias de comunicação e informação, no novo receptor, agora produtor e interativo, nos processos cognitivos, nas linguagens, na estética e até mesmo em novas abordagens metodológicas e teóricas de comunicação. Isso porque a inovação é um fenômeno social, simbólico e tecnológico, presente em toda sociedade contemporânea midiaticizada e pode perpassar todo o campo da Comunicação (ROSSETTI, 2013, p. 64).

Outra estratégia do grupo de Derly era ir diretamente ao transmissor (onde ficava a torre), e não à emissora, e dali fazer a difusão. Como havia simpatizantes à resistência dentro dessas empresas de comunicação muitas vezes o acesso era facilitado. O principal cuidado era com a voz do locutor. “A gente nunca botava ninguém para falar que fosse conhecido, companheiros intelectuais, pois iam saber quem tinha gravado”, afirma. Uma preocupação da Ala Vermelha era nunca declarar a autoria das ações ou boletins, como estratégia de proteção a seus integrantes. Embora os textos desses discursos tenham se perdido, segundo Derly, o trecho abaixo está reproduzido no livro *Pedro e os lobos*, como parte de manifesto colocado no ar durante invasão da Rádio Independência

Companheiros operários. Nesse momento as Forças Armadas Revolucionárias Populares acabam de tomar essa emissora. Ocupamos esta emissora pela força das armas porque é também pela força das armas que a ditadura nos impede de falar aos operários, nos impede de denunciar a exploração a que os patrões submetem a classe operária, nos impede de denunciar a opressão da ditadura militar a serviço dos donos do dinheiro, dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros” (LAQUE, 2013, p. 251)

A ação política expressa em boletins, pichações, selinhos ou mesmo via comunicação verbal era objeto de repressão dentro das fábricas. Cido, por exemplo, foi questionado sobre a autoria de textos para o jornal *Lâmina*, da Laminação Nacional de Metais e, embora tenha negado, será demitido. Ele relembra o papel e distribuição da publicação: “O pessoal chamava de *Lamina* (risos), porque não conseguia falar *Lâmina*, então era *Lamina*, e aí o *Lamina* era distribuído clandestinamente e a gente colocava em cima de máquinas, em cima daqueles fardos de cobre, a gente colocava debaixo da correia, e o cara ia lá e achava aquilo, e colocava no bolso e ia ler em casa, e a gente fazia essa distribuição. Entrava no bolso, cada um levava um pouquinho, uns levavam cinco, outros levavam sete, uns levavam 10, e tal, que a fábrica não tinha controle de entrada, tinha controle de saída, então nos facilitava, e levava também selinhos, esses selinhos, hoje também não existem mais, colocava nessas pastas de arquivo, que é colante, e a gente ia na máquina e escrevia a ‘greve é nosso direito’, ‘a luta não sei o quê’, e aí levava 15, 20 selinhos e pregava nas paredes, pregava no relógio de ponto, que era o lugar mais estratégico [...] Passava meia hora, alguém passava lá e arrancava, um chefe ia lá e arrancava, e naquela época não havia câmeras, você podia fazer essas coisas, hoje não tem

jeito. Mas aí eram lutas reivindicativas no sentido que os operários tomassem consciência de sua realidade”.

Ao ser chamado pela chefia, conta que os jornais, selos e demais publicações estavam todos sobre uma mesa. “Tinha também informantes da empresa, então eles localizaram algumas pessoas, prováveis agitadores, e um dia eu fui chamado lá no RH. Quando cheguei, na mesa do cara tinha todo nosso... material de Comunicação e *Marketing* [risos]... que era selinho, *Lâmina*, estava tudo espalhado, aí eu sentei e o cara foi direto: ‘É você que faz isso?’. Eu falei: ‘Eu já vi, mas eu não faço isso, não’. ‘Eu sei que é você que faz’. ‘Então você tem que provar, prova’, eu falei, qual é a sua prova? ‘É o seguinte, nós temos uma lista aqui de pessoas que a gente desconfia que esteja fazendo isso, agitação aqui é contra a empresa, pesquisamos e localizamos que você é o cabeça”, recorda. A narrativa demonstra algumas das várias iniciativas de comunicação dos trabalhadores engajados na luta contra a ditadura, além da vigilância da empresa, que, de acordo com o relato, elaborava listas sobre possíveis trabalhadores “suspeitos”.

Derly também vai lembrar da agilidade necessária na hora de distribuição do material de comunicação nas portas das fábricas – em geral essa distribuição era feita rapidamente por quem já estava “visado” pela repressão – e, Elias, do medo que os operários acabaram por ter de pegar os jornais clandestinos. “O clima foi ficando mais pesado, o pessoal falou: ‘Ó, Elias, eu não quero mais, não quero mais receber jornal, não...’ Eu falei para eles: ‘Olha, se alguém pegar vocês com esse jornal falem que fui eu que passei’. Agora, depois que passou tudo, tal, falei: ‘O que vai adiantar?’ Naquela época, pegar um trabalhador sem muita consciência política, pegar ele com um jornal desses, esse trabalhador ia sofrer tanto! Ia levar tanta paulada, que às vezes não ia adiantar ele dizer: ‘Não, quem, quem passou foi o Elias’, e ficar solto. Não, ele ia sofrer também. Mas eu continuava isso, até que a coisa ficou tão brava que eles falaram: ‘Não, Elias, eu não quero mais pegar isso aí, não!’

Essa “onda” de medo encontra referência no trabalho de Elizabeth Noelle-Neuman (1992, p. 74), no estudo que chamou de “espiral do silêncio”. “Em todas as sociedades há uma pressão para se conformar, e o medo do isolamento é o que dá eficácia a essa pressão”. Ou seja, se a maioria se cala, corre o risco de ser isolado (ou preso, ou morto) aquele que levanta sua voz. Nos anos que se seguem ao golpe civil-militar, quando a situação dos operários nas fábricas é de um ambiente cruel de trabalho, com o claro objetivo de destruição da autoestima, também se pode encontrar um pouco da teoria de Hannah Arendt sobre a questão da tirania: o uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como meio corriqueiro para governar massas obedientes (ARENDT, 1989, p. 26).

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) também aponta para essa nova ordem fabril instaurada dentro das fábricas com a ditadura civil-militar, uma disciplina militarizada calcada na vigilância extrema e no desejo de torná-la cada vez mais submissa e produtiva a partir de sua exploração: no dia 10 de dezembro de 2014 a CNV apresentou à presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, seu relatório final. Foram dois anos e sete meses de trabalho para apurar graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 (período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras). Seus representantes colheram 1.121 depoimentos, com a realização de 80 audiências e sessões públicas pelo País, percorrendo o Brasil de norte a sul, visitando 20 unidades da federação (somadas audiências, diligências e depoimentos).

O relatório lista 434 vítimas e responsabiliza 377 pessoas, em especial no período da ditadura civil-militar (1964-1985), incluindo cinco generais que presidiram o País. Com relação ao grupo que tratou especificamente da Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, criado pela CNV em parceria com as centrais sindicais brasileiras, foram apresentadas conclusões que encontram ressonância em praticamente todas as questões apresentadas nessa dissertação, desde a perseguição política, tortura e prisões, até a vigência de um regime de autoritarismo e despotismo dentro das fábricas, com descaso pelas condições de segurança e saúde no trabalho.

Também reforça o pressuposto inicial de que foram os trabalhadores e o movimento sindical o principal alvo do golpe de Estado de 1964, e que o empresariado colaborou diretamente para a instauração e manutenção do regime¹⁶.

3.2 Estratégias para comunicar frente ao proibido

A censura aos veículos de comunicação, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, foi constante. Desde a chamada grande imprensa aos veículos alternativos, passando pela comunicação política e sindical até os espetáculos teatrais, discos e filmes. A diferença é que os censores estavam dentro das redações ou assistiam aos espetáculos, checavam letras de música, assistiam a filmes para liberar ou não, com ou sem cortes, o que avaliavam. Outra diferença fundamental, que não pode ser esquecida, é que a grande mídia, inicialmente, apoiou o golpe. “O tom de campanha adotado pela maioria da mídia contribuiria

¹⁶ Durante a ditadura militar impôs-se à classe trabalhadora um despotismo fabril que correspondeu a um novo regime dentro de fábricas e empresas, baseado na exacerbação da vigilância e de uma disciplina militarizada. A ditadura fabril se somou e reforçou a ditadura mais ampla. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Relatório, V.II, Textos Temáticos, dez. 2014, p.78).

também, e de forma decisiva, para o engajamento da classe média no movimento que levaria à queda de Goulart” (DANTAS, 2014).

No caso da comunicação enfocada neste trabalho, de resistência declarada à ditadura, não havia a avaliação prévia da censura, afinal, eram ilegais e clandestinas. As ações de comunicação eram assim estrategicamente planejadas e os comunicadores sabiam do “curto tempo de vida” desses meios, pois todas essas publicações estavam sujeitas ao confisco, ao desaparecimento, e seus autores não seriam orientados a mudar a linha editorial, mas presos e, em alguns casos, até mesmo torturados ou mortos. Mas assim como há muitas formas de se comunicar, também existem muitas outras para resistir. “A resistência, em outras palavras, é resistência às múltiplas fontes de opressão, mas requer, por sua vez, diálogo nos diversos setores” (DOWNING, 2004, p. 53). E resistir, nesse caso, significava a necessidade de promover tais ações de comunicação, buscando formas criativas de torná-las possíveis, mesmo correndo o risco de ser demitido ou preso pela repressão.

Essa comunicação envolvia desde jornais impressos a boletins, panfletos, pichações, selinhos, conversas, gestos. Era de altíssimo risco, uma comunicação que precisava circular e, no caso dos impressos, sumir rapidamente, assim como os que faziam a distribuição de jornais, selos e/ou panfletos. “Esse pessoal militante que já estava mais queimado ia para porta da fábrica e distribuía. Chegava, distribuía e se mandava, senão ia preso. O sistema (de distribuir rapidamente e sair do local) que a gente usou de comunicação foi esse, até o final da década de 60. Foi esse esquema que criou os sindicatos do ABC. Foi com esse sistema de comunicação que nós montamos o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; a Associação e o Sindicato depois. O pessoal do partido comunista se elegeu com o *reco-reco*... (espécie de *silk screen* para fazer cópias do material impresso). Era eficiente, esse sistema de comunicação”, descreve Derly José de Carvalho.

Os boletins e jornais de resistência continuaram a ser produzidos por partidos e grupos formados após o golpe de 1964. Os jornais maiores, como do Partido Comunista, eram impressos em gráficas clandestinas. O mais citado pelos entrevistados, que circulava na região, chamava-se *Novos Rumos*. Os menores, do dia a dia, pelo sistema de cópias (como o *reco-reco* ou mimeógrafos). A forma de ingresso desse material nas fábricas também tinha que ser escondida: em geral, entravam por baixo da roupa dos militantes.

No espaço da empresa havia mais de uma estratégia, na verdade quase uma divulgação às avessas, uma novidade nascida da necessidade: deixar o boletim “esquecido” sob fardos, caixas, debaixo das correias das máquinas, que certamente seriam operadas pelos trabalhadores e ali encontrariam a publicação, ou entregar no banheiro para que o operário

lesse ali mesmo e sumisse com o material. Ou levasse para a casa, também escondido. “O novo sempre acontece contrariando as leis da estatística e da probabilidade, porque é resultado da liberdade humana” (CAPRINO, 2008, p. 75). Uma liberdade de agir, que independe dos tempos de censura e repressão vividos, porque, como ensina Hannah Arendt, “o fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado” (ARENDT, 1991, p.191).

Como se tratava de material clandestino, a própria divisão aos militantes carecia de organização estratégica. A descrição de Elias Stein é esclarecedora: “Eu estou falando de 68, 68, 69.... O cara que ia distribuir o jornal para nós levava o pacotão numa maleta. Sentava aqui, mais um aqui, e nós três atrás. Você já foi no Teatro Municipal... Às 10 horas da manhã de domingo tinha concertos, mas não coisa de grande público. Ia lá um quarteto, tocar uma obra de Mozart, de Beethoven. E enquanto eles estavam tocando, poucas pessoas no teatro, o cara da frente passava os jornais. Eu pegava cinco, outro pegava três, outro pegava quatro. Aí terminava o concerto e cada um saía para o seu lado. No dia seguinte eu ia distribuir isso na fábrica de Hobart Dayton”.

Por essa ação relatada por Stein pode-se perceber muito bem que:

A recepção assume formas de resistência insuspeitas, e a irradiação unidirecional dos meios de comunicação sofre assaltos e apropriações de significado inauditas. No invisível da trama social, as classes populares se vingam secretamente. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 318)

É preciso esclarecer que, antes mesmo do golpe civil-militar, as empresas já se preocupavam em tentar impedir a organização dos trabalhadores, como descreve José Fernandes: “Os testadores de motor, todos têm umas mesinhas com umas peças em cima. Então eu coloquei duas ripinhas assim, iguais ao meu dedo, pregadas aqui embaixo (mostra por baixo da mesa). E nessa ripinha ficou uma gaveta, e eu pus um papelão por baixo. Então um papel desse aqui (mostra uma folha de sulfite), vários desses, cabiam ali. Eu levava as fichas (de sindicalização) e, se nenhum chefe estava por ali, aproveitava e preenchia as fichas do sócio. E enfiava lá, porque seu eu deixasse de qualquer jeito eles pegavam e, se pegasse, era rua. Era rua e às vezes era sem direito. Você ia lutar pelo direito de que jeito? Não tinha jeito”, conta.

Assim como a pesquisadora Denise Assis revela a exibição de filmes anticomunistas patrocinados pelo Ipês em igrejas, fábricas, cinemas e outros espaços no pré-golpe, também os militantes comunistas, como José, tentavam levar a mensagem ideológica à sociedade com a exibição de películas pró-URSS. “Nós organizávamos, fazíamos a distribuição num bairro. Escolhia uma parede, pedia para o dono, ele deixava, aí quando era noite reunia gente pra

caramba e a gente passava os filmes. Nós não falávamos direto que era ideologia comunista. Mostrávamos: isso aqui é a construção de um oleoduto na União Soviética... Então os caras ficavam sabendo... A juventude gostava muito naquela época. (Os filmes) Vinham da terra deles. Vinha de lá da Rússia, mesmo”.

Para divulgar a mensagem proibida o jeito era apelar para a criatividade. “Eu conseguia levar, às vezes, no guarda-chuva. Levei assim no Pacaembu, uma vez, porque eu estava na clandestinidade. Me deram um panfletinho, que o Prestes ia falar lá, né, encheu tudo aquilo... Então coloquei dentro da sombrinha da namorada”, relata José. Ele conta também que uma das propagandas da chapa do Sindicato foi colada no banheiro da empresa, mas os rostos dos integrantes pintados por algum gaiato, que ainda escreveu: “Os Intocáveis”. A contrapropaganda foi eficientíssima. Todos queriam votar nos Intocáveis, que venceram a eleição.

No cenário fabril pré-câmeras de segurança, mais de uma década depois do golpe a vigilância ainda estava ativa. Já não se tratava de impedir a veiculação de ideologias, mas reivindicações. A repressão aos boletins sindicais prosseguia. “Para você entrar na fábrica com um boletim da *Tribuna Metalúrgica* (informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, hoje ABC), entrava (com o boletim) dentro da camisa para ler no banheiro. Aí jogava no lixo. Um pegava, ia lá no banheiro e passava para o outro”, afirma Wilson, trabalhador da Forjaria São Bernardo a partir de 1973.

Depois do forçado silêncio e das publicações clandestinas, inúmeros jornais, revistas, boletins, cadernos etc. são expressões daquilo que chamamos imprensa operária. Temos as publicações de sindicatos, federações, confederações de trabalhadores e de oposições sindicais etc., que vão de simples folhas mimeografadas a jornais de razoável tiragem, como a *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato de São Bernardo e Diadema, a qual possui um suplemento diário, como também acontece com “O Metalúrgico”, do Sindicato de São Paulo (RUBIM, 1983, p. 103).

Ainda em relação ao material impresso distribuído no período, é bastante sintomática a questão da linguagem. Os materiais mais antigos, segundo o próprio Elias, eram recheados de citações e teorias de autores afinados com o comunismo; ou seja, apresentavam conceitos da ideologia. Eram esclarecedores, mas de difícil linguagem para a maioria. Já os produzidos mais tarde (coincidindo com o novo sindicalismo) não abordavam questões teóricas, mas objetivas – convocação de greves, assembleias etc. “Aqui não tinha teoria minha filha! Se você fosse falar em Trotsky, em Lênin, para qualquer um deles, iam achar que você era um... um ET. Porque... Não é que eram contra, não tinham ideia de quem era. Quem? Rosa

Luxemburgo? Quem é? A conversa tinha que ser mais chã com eles. Senão você ia ser olhado assim como estranho”.

Essa teorização, embora formadora, tem seus riscos abordados na obra *Mídia Radical*, de Downing (2002):

É a longa história da mídia alternativa ultradogmática, associada com correntes políticas de esquerda de todos os tipos, cuja retórica frequentemente cristalizou-se e foi julgada por sua exatidão teológica/leninista ou pelo jargão pseudo-religioso que recebeu o nome de alguma figura revolucionária (Kropotkin, Trótski, Mao Tsé Tung, Che Guevara etc). O resultado foi uma linguagem de chumbo e o encantamento de frases cultuadas que, de maneira exorbitante, renovavam a confiança dos fiéis e, para os que estavam fora do círculo mágico, soavam como algo entre o imaturo e o enfadonho: O capitalismo está agonizando... O proletariado, sob a sábia orientação do partido.... (DOWNING, 2002, p. 92-93)

Embora Derly afirme que também nas publicações do “velho” sindicalismo a objetividade predominasse nos momentos de mobilização, as diferentes formas de linguagem e conteúdo dos boletins nesses dois períodos remetem à observação sobre a formação intelectual dos velhos e novos sindicalistas. Ambos participaram da resistência à ditadura, mas os primeiros, talvez, com mais subsídios teóricos – subsídios estes que foram sistematicamente censurados a partir do golpe civil-militar. A questão política acaba assim sendo substituída pela econômica nas pautas dessas publicações. Para definir esse período, os entrevistados classificam esse sindicalismo como de luta econômica e/ou humanista. Elias lembra que, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a intenção da diretoria do período era “fazer luta econômica, ponto. Não tem que ficar aí discutindo política, como era lá em São Paulo”, o que naturalmente refletia no material distribuído. Derly, por sua vez, trata de um novo perfil de sindicalista surgido: “Aqueles quadros menos politizados foram cooptados pelos humanistas¹⁷, que assumiram em seguida os sindicatos”.

Outras formas de comunicação e linguagem eram as pichações, feitas em locais próximos da empresa. Um desses pontos, lembra Cido, era conhecido como o “murão da Pirelli”, em Santo André. Segundo ele eram pichações sem o recurso da tinta em spray, usando-se uma mistura de cera e rolinha para fazer a tinta. Tinham de ser realizadas rapidamente, e para se proteger os pichadores usavam códigos: “Era questão de segundos, minutos, no máximo, à noite ou de madrugada. Ficava um de um lado, outro em outro ponto. Quando o cara acendia o fósforo ou isqueiro lá da outra ponta, era para você começar, era a ordem para começar. Aí xiiii.... (faz som com a boca) ia embora, em geral você ia embora no

¹⁷ Na definição de Derly, os humanistas são pessoas interessadas na defesa de direitos, mas sem vínculos com a ideologia comunista.

sentido contrário. Quando eu tinha que fazer pichação na Pirelli, no murão, não vinha para casa, ia para Mauá”, conta.

A colagem de selinhos de mobilização na chapeiras, ao lado dos cartões de ponto, onde era impossível que o trabalhador não visse, pois era obrigado a “bater o ponto”, também estava entre as estratégias. Locais menos frequentados da empresa são citados como ponto de encontro para tratar de temas políticos, assim como os intervalos de refeição e os bares próximos. “Perto de cada fábrica havia um barzinho onde vendia principalmente pinga, alguns tipos de bebida. Em geral, as pessoas saíam da fábrica e iam para o bar, e aí a gente também ia, às vezes eu até bebia uma pinga e tal, porque aí fluíam conversas interessantes. Era um pouco essa abordagem que a gente fazia, de conviver com eles”, afirma Cido.

Já na emergência do novo sindicalismo um personagem vai ganhar a cena e se tornar conhecido dos metalúrgicos e, depois, da maioria dos trabalhadores em diversas categorias. É o João Ferrador, personagem criado em 1972 pelo cartunista Antônio Carlos Félix Nunes e redesenhado pelo ilustrador Laerte para apresentar as reivindicações da categoria no jornal da entidade, a *Tribuna Metalúrgica*. João Ferrador, com sua clássica frase “Hoje eu não tô bom!”, tornou-se o porta-voz dos trabalhadores. As *cartas do João Ferrador*, publicadas entre 1972 a 1980 e dirigidas ao governo militar, denunciavam as condições de vida e a exploração do trabalho.

Figura 7 -Ilustração criada pelo cartunista Félix, João Ferrador se tornou símbolo dos metalúrgicos do ABC na década de 1970



Fonte: Blog do Planalto – Presidência da República do Brasil
<http://blog.planalto.gov.br/encontro-com-o-amigo-criador-do-personagem-joao-ferrador/>

Num tempo de perseguições e vigilância, ganhou destaque a comunicação verbal. Mais que isso, uma necessária sensibilidade crítica para filtrar o futuro parceiro ou delator: o reconhecimento, pela conversa, da ideologia do interlocutor, estivesse ele dentro da fábrica ou num sindicato, já que muitas entidades eram vigiadas ou estavam sob liderança de interventores ali colocados pela ditadura. “Pessoa consciente você descobre com meia palavra, como hoje você (para) saber se uma pessoa é reacionária ou não é muito fácil, bastam dois minutos de conversa [...] Você tinha um tipo de uma metodologia para abordar as pessoas [...] Aí se montava, a partir daí, você começava um trabalho de células e simpatizantes dentro das fábricas, e aí se tivesse alguém da repressão você sabia, também dava para entender “esse cara está esquisito” [...] Por exemplo, todo o pessoal que militou comigo, em geral eu conhecia onde eles moravam, a gente dava um tempo de ir na casa do cara, tomar um café, conversar um pouco, trocar uma ideia, tipo fazer uma amizade, e aí você dizia “pô” esse cara não tem nada de policial, ele vive humildemente, com a família dele e tal, e aí você tinha o perfil da pessoa, a origem”, revela Cido.

Já Elias aponta que os policiais infiltrados no sindicato não faziam questão de se esconder. “O policial sempre tem uma característica diferente do trabalhador comum, você percebia”. A observação do outro era valiosa, assim como suas leituras. Segundo Derly, mesmo na clandestinidade, a atenção ao discurso podia render ou não a aproximação a um novo colega de resistência. “Você não ia chegar e dizer que era do partido. Mas se chegasse, descesse o pau no governo, na política, nos patrões, então já era uma forma de dizer, olha isso só não basta, não adianta matar o patrão, não adianta fuzilar o governador, porque é uma questão de classe, tal. Como eu já tinha lido essas coisas, então a gente começou a entrosar. Porque aí eu já comecei falando: ‘Não, eu li o Manifesto Comunista, eu li isso, li aquilo’.

José Fernandes, por sua vez, conta que seu ingresso no Partido Comunista se deu após uma conversa na saída da fábrica, quando ele acabou resolvendo um problema a pedido dos demais trabalhadores. “Na hora em que eu estava para sair tinha dois diretores da associação metalúrgica me esperando. Um era o Orrisson Saraiva de Castro, secretário-geral do Partido Comunista na época. Aí me levaram em casa e contaram a história para mim. Isso foi numa sexta-feira. Quando foi no sábado eu descansei, domingo eu vim para a associação e já fui incluído na composição da primeira chapa como sindicato [...] Foi meu primeiro contato (com o Partido Comunista)”. Conversas ideológicas que tiveram de desaparecer com o aumento da repressão, como recorda Wilson: “Olha, se tinha gente ligada ao Partido Comunista não se

declarava. Mas tinha algumas pessoas que se destacavam, sim, conversando com a gente, da importância de ser sindicalizado, que isso fortalecia o Sindicato, tinha sempre essas pessoas que vinham assim, escondido, no banheiro, faziam reuniões...”.

Era nessa comunicação verbal que residia portanto o ponto inicial das demais ações, como a confiança em quem poderia vir para o grupo, ajudar a produzir e distribuir boletins etc. Ou ao contrário, evitar a conversa e ficar atento aos possíveis delatores e colaboradores com o regime de ditadura civil-militar. Um processo que envolve sociabilidade e mediação: (McQUAIL *apud* GIACOMINI FILHO, 2008, p.148): “Mediação também implica formas de relacionamento. Relacionamentos que são mediados pela mídia massiva são mais distantes, mais impessoais e fracos que aqueles diretamente estabelecidos pessoalmente”.

O metalúrgico Wilson, que vai vivenciar os anos de surgimento do novo sindicalismo, destaca ainda a comunicação feita na porta das fábricas. Ele descreve seu encantamento: “Eu na verdade tinha uma admiração pelo fato de os diretores sindicais fazerem aquele trabalho voluntariamente. Ir na porta da fábrica, conversar com o pessoal. Quando eu via aquilo eu ficava até... eu era o último a entrar na fábrica, ficava admirado de ver a coragem das pessoas de vir ali, conversar com o pessoal... Muitas vezes os policiais encostavam e ficavam ouvindo o que o pessoal estava falando... Então eu tinha essa admiração, como eu poderia ajudar naquele momento? Ajudar o pessoal, como eu poderia (me) envolver?”

Aos poucos, ele vai se aproximando do movimento, até que chega o seu dia de proferir um discurso na porta da fábrica. É quando a linguagem dá uma derrapada – conta, rindo: “Aí eu subi em cima do ônibus, fui fazer uma assembleia na porta da fábrica. E quando eu desci, *pra* mim tinha feito o maior discurso [risos]. Aí o pessoal me dando a mão: Paz do senhor, irmão, paz do senhor, paz do senhor! Por quê? E o pessoal dando risada. Eu olhava e o pessoal dava risada. Aí um rapaz, um tal de Malhado, que era diretor do Sindicato, falou: você estava lá em cima, fez um discurso maravilhoso, mas em vez de falar companheiros e companheiras (palavras-chave do novo sindicalismo) você falava meus irmãos, minhas irmãs... E eu todo empolgado! [risos]”.

Apesar da repressão ainda existir, o fato de os trabalhadores poderem voltar a contar com a estrutura sindical fazia toda a diferença. Além de publicações impressas, Wilson relembra que foi adaptada uma ambulância da entidade para servir como carro de som, rapidamente batizada pelos trabalhadores como “Cacilda”, utilizada para os discursos de mobilização na porta das fábricas.

3.3 A sobrevivência política por meio da comunicação: falsificação e solidariedade

A repressão aos que resistiam à ditadura dentro das fábricas levou-os à falsificação de documentos, seja para arrumar um emprego, seja para escapar da prisão ou mesmo estudar. Situações similares são descritas por três dos entrevistados. Elias alterou a data de demissão da Toshiba. O motivo? Todos os dispensados em 12 de maio de 1980¹⁸, ao final de uma grande greve encerrada no dia anterior, passaram a figurar na chamada “lista negra”, de posse das demais empresas. “Acaba a greve no dia 11 de maio. Falei: ‘Bom, tudo bem, agora procurar emprego’. Começo ir nas fábricas. Naquele tempo não tinha esse negócio de currículo, não. A fábrica anunciava lá: ‘Precisamos de fresador, ou torneiro, tal.’ O peão que estava desempregado ia lá, vinha o chefe de seção pessoal, RI, RH, recolhia as carteiras e, depois de uma meia hora, ele voltava e chamava o quanto eles precisavam, três ou quatro, cinco, dez, e o resto ele devolvia a carteira. Eu já tinha uma boa experiência de fresador e tinha trabalhado em firma grande, mas toda a fábrica que eu ia o cara devolvia a carteira [...]. Passou um mês, dois, três. Falei: ‘Paciência, vou procurar uma agência de emprego’ Coisa que não passava pela cabeça antes. Fui numa agência de emprego, o cara pega a minha carteira, fala: ‘Ó, tem uma fábrica da Phillips aqui em Mauá [som de estalar os dedos] [...], Ibrape, fabricava aqueles negócios, tubo de televisão, lâmpadas. Ai, estamos lá conversando, toca o telefone, a secretária chama ele. Peguei a ficha para ver se tinha salário que ia pagar, aí vi lá embaixo assim, em vermelho: Observação - a ficha que a Ibrape mandou para a agência de emprego – Observação: ‘Não mandar funcionário cuja a data de demissão seja 12 de maio’. Eu falei: ‘Putá merda! Tá aí! [...] Cheguei em casa, peguei aquela famosa água de lavadeira da época [risos], misturei, peguei um cotonete, apaguei o maio, muito cuidado, falei: ‘Virgem Maria! Isso aqui pode dar um problemão para mim’. Escrevi agosto, pus lá 22 de agosto de 80 [1980]”.

Seu relato evidencia que as empresas não aceitavam participantes de greves ou movimentos sociais, uma demonstração das engrenagens que compunham o autoritarismo do sistema – não apenas o político, mas também o sistema fabril de então. A resistência a isso era a “falsificação” de documentos, procedimento ilegal, mas única saída para a obtenção de emprego e sustento da família. Esses trabalhadores atingidos, afinal, não contavam com a lei para defendê-los, já que havia a negação do Estado de Direito.

¹⁸ No ano de 1980 os metalúrgicos fizeram uma greve que durou 41 dias e foi encerrada em 11 de maio. Muitos foram demitidos no dia seguinte, o que fez com que várias empresas colocassem como impeditiva a contratação daqueles que tinham essa data como demissional.

Cido, por sua vez, falsificou uma carta de idoneidade moral, com nome de empresa e assinatura de empresário inexistentes como referências e, assim, colocou um registro como inspetor de qualidade na carteira profissional para arrumar emprego. “Com essa carta eu peguei uma carteira profissional que eu tinha nova e falsifiquei a carteira, colocando segunda via. Um negócio meio rústico, assim, segunda via na primeira página; a explicação era que eu tinha perdido e fui tirar outra e o cara falou ‘não, só segunda via’, e ele me deu a segunda via. Pior que os caras acreditavam”. Mais tarde, também falsificou um diploma para poder fazer curso de doutorado no Exterior.

No caso de Derly, há várias situações em que documentos falsos foram necessários, no Brasil e no exílio. Uma das mais curiosas diz respeito às carteirinhas do Cenimar (Centro de Inteligência da Marinha), o serviço secreto da Marinha. Numa ocasião, elas o ajudaram a passar numa barreira militar na divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro, na via Dutra, em Queluz, com o carro cheio de armas, e ainda com escolta, pois a informação do militar era que aquele pedaço estava “meio perigoso, falaram aí que tem uns terroristas que assaltaram um banco”. Noutra, mais emblemática, Derly já está prestes a deixar o País e é interrogado sobre o destino das carteirinhas por um certo capitão Gadelha. “Eu falei (para o capitão): ‘Bom, agora complicou. Você vai ter que pegar o Sérgio Paranhos Fleury, botar no pau-de-arara e fazer ele entregar onde tá. Porque devia ter mais de duas mil carteirinhas na minha casa no dia em que eu fui preso, e quem deve estar usando isso é o tráfico de drogas de SP, ou do Brasil, porque ele fazia parte desse grupo, vocês sabem disso. As carteirinhas estão com ele, pegou tudo isso na minha casa. ‘Mas não tá lá no processo’. ‘Lógico, acha que ele ia botar lá? [...] Não tá nem as coisas que roubaram’”.

José Fernandes também conta sobre seus estudos na URSS no que ele chama de “trabalho ilegal”, uma forma de burlar a vigilância e escapar da repressão: “Na volta, nós tivemos que fazer esse trabalho de curso de trabalho ilegal porque tínhamos que voltar e eu fui do primeiro grupo, fui o comandante do primeiro grupo baseado na disciplina que eu tive lá. Esse trabalho ilegal era o seguinte: você tinha que ter um tipo de comportamento inteligente, não podia ser um comportamento qualquer. Vamos supor: eu estava em Portugal. De repente eu olhava e via um cidadão que parecia um *tira*. Eu punha o pé em cima de um muro, pegava o cadarço, ia amarrando.... não poderia colocar um *rayban* que chamava atenção. Era uma das coisas. E nas perguntas que eram feitas no avião. De Zurique para Madri tinha um padre próximo de nós três. Então o padre começou a fazer perguntas para o colega: Ah, diz que lá no Brasil tem muitos comunistas, e tal. E o cara falou: Ah, acho que tem mesmo, mas a gente não conhece. Ah, e onde vocês estavam? Nós estávamos estudando

na Universidade Católica dos Estados Unidos. Ah, e o pai de vocês? Nosso pai é fazendeiro no Mato Grosso. Aí o cara já pediu um copo de uísque desse tamanho, com umas coisas no meio, para começar a beber e oferecer para ele, mas a gente nem bebia direito, só tentava misturar as estações... Tem essas coisas aí... na escada do avião em Madri, lá embaixo tinha dois ou três soldados, cada um com uma metralhadora. Naquele tempo o transporte de subversivo era bastante.... Eu tive que vir do Peru, depois do Peru fui para Montevideú de ônibus pela fronteira. E na fronteira, se eu não pudesse passar direito, legal, aí eu tinha que ir para um trabalho ilegal, inventar uma história ou fugir para o mato. Tinha que usar todas essas artimanhas para poder se sair bem”.

Durante os anos de repressão na ditadura civil-militar a comunicação informal (entre vizinhos, parentes, amigos, conhecidos, desafetos etc.) podia ganhar *status* de denúncia ou solidariedade. Um exemplo de denúncia, ainda que não planejada, é o citado por Cido: ele foi denunciado por um primo, vizinho do RH da empresa em que ele trabalhava. Segundo o RH, o tal vizinho tinha também o sobrenome Faria e confirmou o parentesco afirmando que Cido era um “cara muito revoltado, que foi seminarista, veio para São Paulo e não gosta do governo”, informações suficientes para a empresa associá-lo ao jornal de resistência e demiti-lo.

Para Derly e Elias o acaso veio em forma de solidariedade. Ao intervir e evitar a demissão de um colega na Villares, Derly foi reencontrá-lo mais tarde num posto de seleção (chefe de recrutamento) na Scania, facilitando seu ingresso na empresa. Elias também teve o apoio de um colega, José Zico do Prado, quando saiu da cadeia e não arrumava mais emprego, porque precisava ir todas as segundas-feiras assinar um documento no Dops. “O dono da empresa onde ele (Zico) trabalhava, Grampos Aço, era um cara assim muito próximo da esquerda e, como era italiano, não se metia em política, mas era muito simpático à esquerda”. O apoio de um italiano para conseguir trabalho, no caso um anarquista, também é citado por Derly.

Outra ação solidária, e envolvida em extrema tensão, diz respeito ao assalto ao banco da Mercedes Benz praticado por Derly e seu grupo. Ele já havia trabalhado ali e era conhecido dos trabalhadores, mas ninguém o denunciou. “A gente descobriu que a Mercedes contribuía para o caixa da repressão. Aí resolveu fazer uma ação lá, estava precisando de dinheiro. No Banco da Mercedes. Fizemos a ação, de todas aqui no ABC foi a mais violenta. Tivemos um tiroteio... para você ter uma ideia nós gastamos quase três mil balas... e uma equipe grande... Levamos o pagamento, jogamos panfletos, tudo... Estava todo mundo entrincheirado e a guarda era comandada por um capitão do Exército, que fazia parte da

repressão interna. Aí todos os empregados lá, doidinhos pro cara levar umas balas [risos]. E nós tínhamos companheiros nossos que trabalhavam lá dentro... o Sindicato dos Bancários estava na nossa mão na época, que fazia os transportes, tudo... O Sindicato dos Jornalistas também estava na nossa mão. O Alípio (Freire), por exemplo, que era da Ala Vermelha, era um dos dirigentes do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Então a gente tinha aquele pessoal dentro da... a Ala tinha muita, tinha muita gente... Ninguém foi preso”, relata, afirmando que também não houve nenhuma morte na ação.

Quando estava na clandestinidade José Fernandes também teve a oportunidade de se livrar de uma denúncia graças ao apoio e solidariedade dos moradores da localidade onde vivia e se tornara liderança. “O cara falou assim: ah, aquele cara é comunista! Falou perto de um punhado de caboclo da cidade, aí o cara chegou *pra* ele e falou assim: cala essa boca, porque esse homem é um santo para nós. Ele é o nosso santo, quando nós precisamos de uma injeção meia noite, uma hora da madrugada, é ele que vai dar lá nas nossas crianças e não tem hora para ele, e não tem rio também, atravessa rio a nado e vai aplicar. Então eu salvava a minha pele por aí”.

Já a descrição de Wilson sobre sua atuação nas grandes greves do final dos anos de 1970 e início de 1980 lembra uma verdadeira estratégia, embora ele a classifique como naturalmente voluntária. Uma ação de comunicação solidária que provavelmente livrou-o da cadeia (é o único dos entrevistados que não relata prisão) e colaborou para a liberdade de muitos outros trabalhadores envolvidos nas greves: “Era espontâneo. Porque eu achava injusto. Tudo bem, o pessoal saía, tomava cachaça, muitas vezes a gente tinha essa questão... O pessoal (ficava) alegre. Não que quebrava vidraça, não era isso. O pessoal vinha um pouco alegre e a polícia já estava ali para ter um motivo para prender [...] Eu tinha um talãozinho igual a esse daqui, andava com ele no bolso. Cadernetinha, canetinha. E eu ficava assim: em cada lugar que tinha greve, eu nunca vinha junto com o pessoal. Eu vinha na calçada, ao oposto. E o pessoal vinha, um conversava, outro falava, dava a volta no poste, e as viaturas fazendo... Então eu vinha, uma hora parava na loja, ficava olhando a loja. E quando a viatura prendia os caras eu anotava, ia no orelhão. Eu tinha ficha, ligava para o sindicato. Quando a viatura chegava com os caras lá (na delegacia) o advogado do sindicato já estava lá [...] E com isso daí peguei amizade com o Lula, com o Jair Meneguelli, com todo o pessoal”.

O que se observa neste capítulo sobre as formas e meios de comunicação utilizados para resistir à ditadura civil-militar é que, embora o governo tenha criado sua agência especial de propaganda e colocado militares em postos estratégicos nas fábricas, especialmente nas

multinacionais, os trabalhadores, especialmente aqueles já engajados em partidos ou grupos, também souberam se organizar no ambiente fabril. Nessa comunicação de sussurros e gestos, ganharam destaque a observação e a oralidade como instrumento de detecção do outro: a partir do discurso, a partir das leituras e, às vezes, a partir do próprio silêncio, os militantes buscavam entre os demais trabalhadores cúmplices ou delatores.

Para transmitir a mensagem, ou “fazer o trabalho de conscientização”, como classificam alguns dos entrevistados, valia recorrer a cantos mais escondidos da empresa e, principalmente, ao banheiro: nele se pagava a mensalidade do sindicato proibido, lia-se o boletim com denúncias e discutiam-se questões proibidas. “Esquecer” um folheto ou jornal sob chapas de aço, entrar com panfletos sob a roupa ou no guarda-chuva: estratégias singelas, ousadas e criativas que surtiam efeito. Ou mesmo acompanhar um concerto e, conforme seus acordes, ir disfarçadamente distribuindo os boletins entre os demais participantes da plateia. Participar das rodas de bar próximos às empresas, aproveitar o horário de almoço para entabular uma conversa que derivasse no tema desejado eram outras formas de se comunicar no período.

Todas essas estratégias, que assim podem ser chamadas, demonstram como os entrevistados resistiram ao controle e à repressão que a ditadura abateu sobre eles. As ações de comunicação que conseguiram realizar foram garantias de continuidade de uma militância sustentada por valores e crenças políticas, engendradas na ideologia que abraçaram e descritas no capítulo II. Essas ações de comunicação, adequadas às possibilidades presentes no dia a dia, mudavam de acordo com as necessidades, para se adaptar e dar prosseguimento ao envio de mensagens. Mais ainda, fizeram sobreviver estes homens, que acreditavam em suas ideias, defendiam seus valores e professavam um campo político, e não meramente por uma “consciência ideológica”, mas porque escolheram um caminho. Eles viraram à esquerda e, com isso, assumiram um sentido de identidade. Comunicar, assim, significou resistir: uma forma de *reexistência*.

O capítulo destaca ainda que às vezes, para sobreviver, era preciso também recorrer à falsificação de documentos, como mudar uma data na carteira de trabalho para conseguir emprego e sair da chamada “lista negra”, já que num sistema autoritário todos são árbitros de suas próprias condutas.

Capítulo IV – Fim e recomeço

Os cinco entrevistados deste estudo, cada qual à sua maneira, hoje trabalham para que as histórias por eles vivenciadas sejam contadas às novas gerações. Elias, Derly e Cido auxiliam na coordenação e funcionamento de um centro de memória do Grande ABC; José e Wilson participam de encontros e entrevistas sobre o tema e dão continuidade ao trabalho político da Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC, além de integrarem grupo musical da entidade. Muito embora a opção por virar à esquerda, pela resistência à ditadura, tenha por vezes influenciado negativamente em suas relações familiares e causado sofrimento, todos têm orgulho ao relatar suas histórias de vida. Ou, como relata Simone de Beavouir em *A idade da discricção*, no livro *A mulher desiludida*:

Descobri a doçura de ter atrás de mim um longo passado. Não tenho o tempo de narrar, mas às vezes, de improviso, eu o vejo em transparência ao fundo do momento presente: ele lhe dá sua cor, sua luz, como as rochas e as areias se refletem na cintilação do mar. Antigamente, eu me embalava com projetos, com promessas. Agora, a sombra dos dias mortos aveluda-me emoções e prazeres (BEAVOUIR, 1967, s/p)

O capítulo pretende apontar a avaliação que os próprios entrevistados fizeram sobre suas atividades políticas, praticadas a partir de um constante exercício de resistência, que se dá por meio da ação comunicativa de cada um, das formas e das estratégias para que a mensagem política permanecesse. Eles contam a si próprios ao narrarem os acontecimentos vivenciados e, também por isso, avaliam suas trajetórias de vida, suas escolhas e os caminhos percorridos. E, como cidadãos brasileiros, contam a história do País, em memórias que disputam espaço com a chamada “história oficial”.

O fim da narrativa e o recomeço de histórias que continuam e fazem o presente dos entrevistados estão nesse bloco. Por essas narrativas é possível também dar-se conta de algumas características do novo sindicalismo, que nasce com outra geração de trabalhadores militantes, pois passam a atuar a partir do final da década de 1970. Um paralelo que merece ser aprofundado em novos estudos.

4.1 Sindicalismo: as gerações entre o velho e o novo

Um trecho especial da entrevista de Derly mostra como decorre o processo histórico e o quanto é importante mantê-lo na memória. Seu relato situa-se no momento em que está preso, prestes a deixar o País, entre o Natal e o Ano-novo de 1970, e conversa com o coronel Gadelha, do Cenimar. De tão emblemático o relato parece profético, mas, observa o

combativo militante da Ala Vermelha, é puramente analítico e, sob seu ponto de vista, mostra diferenças significativas entre o sindicalismo que ele e outros comunistas praticavam e a geração que vai surgir com o novo sindicalismo e que tem no ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva seu principal expoente:

“Aí ele (Gadelha) virou *pra* mim e disse: ‘Vamos mudar de assunto. Vou te fazer uma provocação que você não vai esquecer nunca, e vou te fazer isso aqui porque te considero um colega de academia. Dentro de 10 anos vai sair a anistia no Brasil. Você vai voltar pro Brasil. Vai continuar fazendo política, porque comunista não vai mesmo parar de fazer política. Agora tem uma coisa que não vai voltar nunca mais: você não entra mais no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. E eu falei: ‘Mas, por quê? Depois da Anistia vocês vão continuar proibindo a gente de entrar no Sindicato? Ele disse: ‘Não. Já vai estar na democracia, liberal, vai poder andar por qualquer lugar. Você não vai entrar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo porque quando você voltar nós vamos ter uma nova liderança no movimento sindical no ABC muito mais à esquerda do que vocês, muito mais revolucionária do que vocês, mas com a nossa ideologia. Não com a ideologia comunista”.

Hoje, quando se recorda das palavras de Gadelha, Derly acha que ele tinha razão, e não por ter o dom da adivinhação, mas porque havia planejamento. “Fez parte da geopolítica. A Operação Condor, por exemplo, teve um objetivo: a eliminação física. Porque na geopolítica do enfrentamento entre os dois blocos, o golpe de 64 não é um golpe militar. Foi um golpe das oligarquias civis que teve os militares como instrumentos [...] Então o que aconteceu? Eles destruíram toda a estrutura do Partido Comunista e a conspiração contra o sistema que tinha dentro do sindicato. E criaram uma nova liderança humanista. Sabe quando foi que eu voltei no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo? No 7º congresso dos metalúrgicos, em 2011, 48 anos depois. E como delegado da Ama (Associação dos Metalúrgicos Aposentados), foi a primeira vez que eu tive uma participação oficial no Sindicato dos Metalúrgicos”.

Questionado sobre se essa “nova liderança” seria Lula, Derly afirma que não. “Estávamos conspirando contra o sistema. Lutando por uma sociedade socialista. E formávamos quadros. Fazíamos seminários de finais de semana, de trabalhadores, discutíamos a questão do Estado, dos Três Poderes, como se preparar para ganhar as eleições... O golpe acabou com os quadros, e aí você teve uma grande quantidade de trabalhadores e de pessoas muito bem intencionadas – o pessoal cristão, por exemplo, as bases das igrejas, os eclesiásticos, a AP... - agora, daí a você ter a ideologia marxista, você querer uma sociedade socialista, sem classes, é outra coisa. Então, quando ele dizia (o Gadelha), com

a ‘nossa ideologia’, é a ideologia da sociedade entre bons e maus: os maus são presos, executados, e os bons vão governar. Eliminou-se a possibilidade de ter lideranças no Brasil naquele momento que pudessem liderar uma revolução. Ele queria dizer que quando a gente voltasse não existiria mais comunista no controle do sindicato dos metalúrgicos. Que estaria lá o pessoal cristão, entendeu?”

É esse sindicalismo humanista, de luta economicista, que Derly observa no chamado novo sindicalismo, onde há lideranças que considera valorosas, mas que desconhecem a história sindical. “Houve um corte. O que o Gadelha queria dizer era exatamente isso. O corte estaria feito a partir do final da década de 70”. Uma das críticas que ele faz ao movimento sindical de hoje, especialmente o cutista (filiados à Central Única dos Trabalhadores, CUT, entidade representativa do novo sindicalismo), ligado ao Partido dos Trabalhadores, é o abandono da formação de quadros. Derly, que à época dessa entrevista reunia depoimentos para a Comissão da Verdade, disse que nas conversas com os companheiros do chamado novo sindicalismo pode compreender que “ninguém sabia nada, nada. Foi na base da necessidade. Os companheiros foram jogados na luta. Quando, por exemplo, em 1982 se elegeu um operário (Gilson Menezes) como prefeito de Diadema, o Gilson não entendia nada, era um peão de fábrica que tinha um mínimo de conhecimento”.

E acrescenta: “Uma geração que sofreu muito. A minha morreu, eu perdi meus três irmãos, perdi um monte de companheiros e tudo, mas a gente sabia o que estava fazendo. Nós (os comunistas) tínhamos um projeto de sociedade e esses companheiros não tinham, eles estavam numa luta economicista. E aqueles que eram cristãos, que vinham por causa do seu sentimento humano, vinham para poder dar conforto ao pobre, não era para destruir [...]. O que aconteceu com a esquerda? Ela desmontou a organização popular. Se você não tem a população organizada e um projeto não vai chegar lá. Porque a revolução que Marx propôs é para daqui a mil anos, não é para próxima eleição do mês de outubro [risos]”.

Esse corte no sindicalismo, na economia, na educação, entre outros setores da sociedade brasileira, será visível com a ditadura civil-militar. A ditadura obteve o domínio dos veículos de comunicação de massa, que precisam de concessão do governo para operar, e fez proliferar escolas sem qualidade. A origem e formação desses novos sindicalistas, suas características, ações e envolvimento político e social, bem como a possibilidade de firmar novas pontes com as gerações que virão são excelentes instrumentos para análise de futuros estudos.

Wilson Roberto Ribeiro tem suas raízes de formação política fincadas no novo sindicalismo. Ele presenciou situações de altíssimo risco para os trabalhadores nas fábricas por total descaso das empresas, chegou a ver um colega morrer em acidente de trabalho, e ao se engajar no sindicato encontrou outros valorosos companheiros em luta por melhores condições de vida dentro e fora das empresas, um processo que, ao agregar muitos outros setores da sociedade civil, acabou por levar o País à redemocratização. Muitos desses sindicalistas, mesmo os representantes de um novo período, foram presos e sofreram perseguições. Com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a volta da democracia, alguns passaram a ocupar cargos políticos, e o Brasil elegeu seu primeiro presidente de origem operária, Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. O peso da ascensão política dessas lideranças no fortalecimento do sindicato cutista, porém, não é consensual. Há controvérsias e situações que muitas vezes colocam em xeque e em posições antagônicas velhos companheiros de luta. “A gente trouxe o Lula como presidente da República, mas a situação dos aposentados continua na mesma. Estamos aí com 12 anos do Partido dos Trabalhadores na presidência do Brasil. Melhorou a situação, (tem) Bolsa-Família, tíquete-gás, Minha Casa, Minha Vida, uma série de coisas mudou. Agora, a situação do aposentado não. Continua a mesma, porque o salário continua caindo”, critica.

Questionado sobre o fato de que muitos dos políticos atuais serem ex-sindicalistas e políticos dos anos de 1980, Wilson diz que o fato causa revolta em vários aposentados que participam da entidade. “A gente vai em Brasília, busca, discute, debate tudo, e aquele pessoal que lutou com a gente, que hoje está em Brasília, muitas vezes você vai discutir com a pessoa e ela fala: “Não, a Previdência está certa. Se a gente mudar a Previdência vai quebrar”. Os mesmos que eram companheiros. Inclusive eu fiz um documento dentro dessa linha e entreguei para o pessoal... Trouxe aqui o ministro da Previdência, o Amir Lando; o Luís Marinho, quando foi ministro, para conversar com o pessoal, o presidente Lula esteve aqui conversando conosco, discutindo, mas.... A Dilma não conseguiu trazer. Mas a gente teve toda essa possibilidade de mostrar para eles a nossa indignação de aposentados com esse salário”.

4.2 Fazer tudo de novo: a valorização da história de vida

Os cinco trabalhadores entrevistados para essa dissertação de mestrado já estão aposentados. Nos chamados “anos de chumbo”, com exceção de Wilson, que era então um garoto, eles conviveram com as consequências de suas rupturas, conflitos, ideologias, formas

de resistir e sobreviver. Viram morrer muitos de seus camaradas e, no caso de Derly, três de seus irmãos foram assassinados pelas forças repressivas. Esses jovens, hoje senhores, abriram mão de uma vida regular, rotineira, em nome de um partido, de um projeto, de um sonho. As últimas perguntas feitas a todos eram então inevitáveis: valeu a pena? Há arrependimentos? Todos, sem exceção, e de diferentes formas, afirmaram que sim, valeu a pena. E talvez nem precisassem, porque, também por caminhos diferentes, continuam a sonhar. Com menos ímpeto, talvez, com menos sofrimento, talvez. Mas com caminhos e possibilidades que permitam iluminar o futuro com os passos do passado e, mais uma vez, seguir adiante. E por que valeu a pena? Respondem os entrevistados:

Cido: Ah, valeu a pena, eu faria tudo de novo, mas com algumas correções, para não cometer o erro que a gente cometeu. Ia bater mais pesado na questão classista, da ideologia. Porque a gente já era profundamente classista, eu sou até hoje, acho que o motor da história é a classe operária, mas não, ocorreram mudanças significativas, precisa fazer uma análise sociológica aprofundada sobre o movimento operário [...] Algumas coisas a gente precisa aprofundar, e erros históricos de humanidade da esquerda; a esquerda, por exemplo, não gosta de matar, isso não está no nosso escopo ter que matar alguém, mas às vezes é preciso, umas coisas, se você comete um erro aqui, pode cometer em outros lugares, como no Chile [...], chegou ao governo e não ao poder, pela luta pacífica, mas não tinha armas, a garantia, quem garantiu o Pinochet foram as armas. E a elite está aí de olho na gente, todos os eventos que a gente faz eu acho que tem gente da elite ou que representa os militares de olho na gente. Acho que a gente está num processo de redemocratização, acho até interessante o Fernando Lugo, lá do Paraguai, ele chama ditadura empresarial-militar, que quem fabrica a arma do militar é o próprio empresário, e tem essa relação entre golpistas e empresários muito forte”. Sua declaração remete à abordagem de Marilena Chauí em *O discurso competente* (CHAUÍ, 1997, p. 3-4):

A ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ensinam a conhecer e a agir. O discurso ideológico é aquele que pretende coincidir as coisas; anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e engendrar uma lógica que unifique pensamento, linguagem e realidade para identificar os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1997 p. 3-4)

Essa unificação de pensamento marca o discurso ideológico presente nas narrativas, já que nelas estão contempladas ideias e imagens representativas dessa ideologia. São frases

como “o motor da história é a classe operária”, ou “a elite está de olho na gente”, o que demonstra a distinção de classes e a permanência da sensação de vigilância.

Derly: Em nenhum momento (houve arrependimento). Essa é uma diferença dos quadros do Partido Comunista da década de 60, 50, 40, 30, e dessa geração de hoje. Eu tenho um filho que mora na França, ele não veio embora, meu filho do meio. Se formou em Física e Matemática, hoje é um físico, trabalha em um grande laboratório e entende tudo isso que está aí (a questão política), ajuda, contribui com a gente, agora mesmo está entusiasmado com o centro de memória. Os outros dois filhos, eu tenho meu filho mais velho que é cego, trabalhou 28 anos na Mercedes e se aposentou agora. E ele tem dificuldade de entender todas essas coisas. Primeiro porque era muito pequeno na época e não estudou, não teve uma vida normal. O outro tem uma deficiência auditiva, a mulher dele também é deficiente auditiva... Meus filhos rodaram o mundo todo com a gente, foram para o Chile, depois para a Argentina, para França, ficaram oito anos na França... E minha esposa firme. Todo esse tempo. Como muitas outras companheiras da época. As companheiras nossas foram fantásticas! Sofreram muito, correram perigos muito grandes. Minha companheira, por exemplo, não participa de nada: (diz que) não vale a pena, (que) esse povo aí não quer nada... Mas acompanha [risos]!

Nessa análise Derly faz uma comparação entre gerações, assim como em sua avaliação anterior classifica duas formas de se fazer sindicalismo, antes do golpe de 1964 e no pós-golpe, já com o novo sindicalismo. É um discurso que reforça a construção da identidade social, também presente nas declarações dos demais entrevistados. Como pontua Cuche:

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 1999, p. 177).

Elias: Ah, lógico! Tudo vale a pena quando a alma não é pequena [risos]. Olha, tira isso aí, que frase mais batida! [bate com a mão]. Cada frase mais batida [risos]! É lógico que valeu, lógico, apesar das coisas erradas que foram feitas, mas se voltasse eu faria tudo do jeito que eu fiz; porque na época eu achava que era aquilo que era para ser feito. É uma coisa que eu não gosto é quando chamam a gente de herói, de mártir, aí meu Deus do céu, não! Nós não fomos heróis, quando eu estou com outros que

foram presos e torturados eu falo: “Ó, pode ser que eles foram, eu não sou, não quero ser.” Porque eu não fiz uma coisa assim, impossível, além das minhas forças, eu fiz o que eu achava que tinha que fazer na época. Não foi por nada extraordinário da minha parte, eu não era diferente de ninguém, só que a minha trajetória de vida quando chegou naquele momento a situação exigiu aquilo mesmo com o risco que havia, que eu sabia, mas era o que eu tinha que fazer, se eu não fizesse eu ia me sentir assim, mal comigo mesmo. Então, eu não me arrependo. Agora, é... sindicato... eu não boto fé em sindicato, não por culpa dos dirigentes sindicais, não. O sindicato é uma estrutura de 1943, quantos anos tem? Setenta, sessenta, setenta anos? Ela não foi mudada, gente! Na essência, é lógico, houve muita mudança! Mas a essência do sindicalismo não foi mudada.

José: Olha, nessa palavra aí (pena) tem uma passagem... eu fui fazer uma palestra no CEU lá em São Matheus, tinha bastante criança, umas 300, e no meio tinha também um professor de filosofia. Porque a filosofia só tem duas correntes fundamentais: o materialismo dialético e o idealismo... Depois de 1h40 a escola disse, agora a gente gostaria de fazer uma parada para os alunos fazerem perguntas... E uma menina, eu sentado, ela veio, eu dei o microfone, mas não fiquei olhando para ela, fiquei olhando para os alunos em geral, e aí ela começou a fazer essa pergunta: “Se depois de toda essa história, se o senhor teria coragem de fazer tudo de novo”. Aí foi que eu olhei para ela e estavam descendo lágrimas dos olhinhos dela, olhei e falei assim: “Se for por essas lágrimas vou começar agora!” Se eu tivesse que fazer tudo de novo, fazia, e se não tivesse feito não estaria aqui conversando com você, porque você não tem outro, só eu, o Derly e o Castro, nesta história, né?.

Wilson: Sabe quando a vale a pena? Quando muitas vezes estou aqui (na Ama) sozinho, ou conversando, e chega uma pessoa e me abraça e fala assim: “Puxa vida, fazia tempo que eu não te via! Você lembra do que fez *pra* mim lá atrás”? Isso daí não há dinheiro que pague. Muitas vezes a família não compreende isso. Você não fez nada, simplesmente orientou a pessoa que ela deveria procurar seus direitos. E aí a pessoa vem aqui, sabe que você está e vem te dar um abraço. Isso é gratificante. Então, muitas vezes, a gente segue na luta por isso. Tem pessoas que chegam aqui xingando, batendo, acham que você é culpado do mundo ser desse jeito e você não

mudou (o mundo) porque não quis. E tem outros não, que vêm agradecer. Então é gratificante para a gente, e a gente faz a política, conversa com o pessoal, olha, uma água, um café, vamos aqui, dali a pouco a pessoa abraça a gente, vai embora, agradece a atenção que a gente dá. A gente procura sempre buscar conhecimento para transmitir ao pessoal. Mudar o mundo a gente não vai conseguir, transformar a pessoa jamais, porque cada um é de um jeito. A gente tenta. Jesus Cristo morreu com 33 anos, eu estou com 64, quase o dobro da idade dele. Ele não conseguiu, sendo filho de Deus, imagina a gente.

Esse reconhecimento de que tratam José e Wilson – a resposta ao fazer tudo novamente dada à estudante pelo primeiro e o abraço daquele que foi orientado recebido pelo segundo – são declarações que comprovam a valorização das histórias de vida; o valer a pena a trajetória que construíram, apesar de rumarem “contra a corrente” (o estado ditatorial) e terem sofrido as consequências dessa opção pela esquerda.

É, assim, o “viver para contar”. O título, da autobiografia inacabada de Gabriel García Márquez, parece definir com exatidão os planos dos trabalhadores entrevistados para essa dissertação. Muitas são memórias subterrâneas, que demoraram anos para vir à tona em função da própria repressão e das condições oferecidas pelo País, que levou décadas para se aprofundar no período da ditadura. Agora, quando isso ocorre – e mesmo assim parcialmente, haja vista a grande rejeição de alguns aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade –, o tempo vai reencontrar esses velhos sindicalistas, operários e militantes já com idade acima dos 70 anos, quando não apenas as questões políticas ganham relevância, mas a própria existência.

As contradições, os medos, a esperança, o deslumbramento inicial, as frustrações e a teimosia vital em manter acesa a chama que os leva adiante são perceptíveis nas entrevistas, assim como a alegria em ter vivido para poder contar. Chama a atenção ainda o fato de que alguns dos entrevistados sentiram-se distanciados do chamado novo sindicalismo; talvez porque estivessem mesmo ausentes, talvez porque realmente eram as outras forças que se aglutinavam naquele momento de reconstrução sindical e democrática.

Considerações finais

Esta pesquisa partiu do pressuposto de que, durante a ditadura civil militar no Brasil, muitas empresas aqui instaladas incorporaram a seus quadros militares e agentes da repressão, que tinham, entre outras funções, censurar a comunicação produzida pelos departamentos de Imprensa e Relações Públicas. No entanto, durante o desenvolvimento do estudo, e com as recentes divulgações das comissões da verdade nos 50 anos do golpe civil-militar, foi se tornando óbvia essa atuação, face à cumplicidade, agora atestada, entre muitas empresas, governo e órgãos de repressão.

Uma verdadeira enxurrada de informações ganhou espaço com a discussão nacional do tema. Comissões da verdade se espalharam pelo País, nas instâncias governamentais (nacional, estaduais, municipais) e em entidades como universidades, associações de classe e sindicatos. Os depoimentos de antigos militantes, sobreviventes à repressão, encheram as páginas de jornais de fatos e artigos, além de muitos novos livros sobre a temática terem sido publicados, vários deles em tom autobiográfico. Mas, se ficou clara a colaboração das empresas com a repressão, o que obviamente se reproduzia em sua comunicação interna, restou a pergunta: de que forma seus trabalhadores, em especial aqueles que não aceitavam o novo regime, reagiram a isso? Que ações e estratégias de comunicação foram incorporadas por eles para opor resistência no vigiado ambiente fabril?

É assim que esta pesquisa se volta para outros protagonistas dessa história: não mais os jornalistas da comunicação empresarial do período, mas os trabalhadores engajados. Não a consulta a antigas publicações institucionais, mas o relato dos que produziram essa comunicação de resistência. Para tanto, foi necessário recorrer às narrativas orais de histórias de vida. Foram cerca de dez horas de entrevistas com cinco trabalhadores, cuja faixa etária vai dos 64 anos a 81 anos. Todos eles trabalharam em empresas da região do Grande ABC e, em algum momento entre as décadas de 1960 e 1980, participaram de ações de comunicação para levar adiante essa resistência.

Para dar sustentação teórica, a pesquisa recorreu aos Estudos Culturais, com recortes sobre memória, comunidade e identidade. Os dois últimos puderam ser identificados tanto na origem dos entrevistados – todos eles oriundos de regiões rurais – quanto nas condições que vão marcar suas escolhas, inclusive politicamente. Eles vivem o pós-guerra e a revolução cubana, assistem à divisão do mundo entre comunistas e capitalistas, e escolhem seu lado. Eles viram à esquerda. Mesmo para o mais jovem deles, que tinha 14 anos quando do golpe-

civil militar no Brasil, a noção de identidade e comunidade (de trabalhador que merece ser respeitado) vai direcionar a participação em instâncias ligadas ao sindicalismo.

É necessário destacar que, durante a ditadura civil-militar no Brasil, os sindicatos estavam sob intervenção. As lideranças, presas, exiladas ou mortas. O mesmo acontecia com os partidos políticos, que passaram à ilegalidade. Não havia, portanto, uma estrutura que possibilitasse a comunicação entre os trabalhadores. Pelos relatos obtidos, é possível vislumbrar as muitas dificuldades encontradas para essa comunicação e, ao mesmo tempo, ao contrário do que se poderia supor, como ela vai se tornar viva, ao mesmo tempo em que constitui a jornada de resistência e dá sentido à própria existência dos cinco entrevistados. Afinal, comunicar, nesse caso, era resistir, e resistir era também existir com a manutenção de seus posicionamentos ideológicos.

São boletins e jornais passados de mão em mão, impressos destinados a desaparecer; “escondidos” intencionalmente sob chapas de aço ou outros materiais e selinhos colocados em pontos estratégicos, como as chapeiras – próximas aos locais onde se registra o ponto. O material era levado em geral sob a roupa e, muitas vezes, distribuído e lido nos banheiros, onde também se fazia o pagamento da mensalidade sindical. Locais mais afastados da fábrica, de pouco acesso, também eram utilizados para reuniões rápidas entre os trabalhadores.

Outras formas de comunicação eram as pichações e a oralidade, a conversa informal no horário do almoço ou no bar próximo da fábrica. O reconhecimento do outro pela observação de seu discurso (eram criticadas as más condições de trabalho, alguma leitura na linha marxista era revelada etc.) também era fundamental para levar adiante essa comunicação, como forma de buscar aliados ou detectar a presença de agentes da repressão infiltrados. Para as pichações, usava-se como senha a luz de um fósforo ou isqueiro: uma vez aceso pelo colega, o trabalho podia ser iniciado.

Mesmo a contrainformação, o deboche, eram aliados dessa comunicação fugidia. Se alguém desenhava sobre um cartaz no banheiro logo o assunto ganhava destaque entre os demais, e a *rádio-peão* entrava em ação. A transformação na linguagem dos informativos sindicais é outro ponto encontrado neste estudo, já que ela vai se modificando na medida em que deve se tornar mais ágil e na medida em que novas lideranças começam a surgir, uma geração menos preparada do ponto de vista da formação (pois já cresce sob a ditadura), mas igualmente determinada na luta por seus direitos, embora, naquele momento, ainda distanciada da ideologia política.

O relato de vida dos cinco entrevistados revela ainda que, apesar das muitas dificuldades encontradas, eles valorizaram o aprendizado e o estudo formal (dois deles

entraram na faculdade após os 40 anos) e, em três dos casos, vivenciaram a atuação política também no exterior, especialmente contra o golpe que derrubou Salvador Allende, no Chile. Com suas ações comunicativas eles constituíram uma teia de cultura, da qual hoje se orgulham e buscam preservar para as gerações seguintes, participando de seminários e mesmo tentando organizar um centro de memórias no Grande ABC. A pesquisa também aponta para o surgimento do chamado novo sindicalismo no País, e apresenta algumas considerações dos entrevistados sobre essa nova forma de organização sindical.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, os trabalhadores e as lideranças sindicais do período em que ocorreu o golpe civil-militar foram os mais atingidos pela repressão. A cumplicidade governo-empresas-repressão também criou um novo ambiente fabril, marcado pelo despotismo, muito bem revelado pelo entrevistado mais jovem. São condições precárias de trabalho, de autoritarismo e mesmo de violência contra os trabalhadores – não por questões políticas, mas para exigir cada vez mais produção e lucro sem consideração ao elemento humano. A quantidade de acidentes de trabalho do período e o total descaso das empresas, com a benevolência do Estado, é assunto que merece ainda ser estudado, assim como o quanto essa tirania fez florescer nos jovens da época uma consciência de classe e resistência que os levou ao novo sindicalismo.

Como a retomada democrática do País é recente do ponto de vista da história – completa três décadas neste ano de 2015 – é preciso considerar que também as narrativas aqui presentes por muito tempo figuraram como memórias subterrâneas. Trazer à luz tais informações é, portanto, uma condição fundamental para que se possa compreender um pouco mais desse período e, especificamente na área da Comunicação, quais foram as ações comunicativas desenvolvidas dentro das empresas e como, com escassos recursos, esse grupo de trabalhadores conseguiu brechas para fazer ouvir sua voz. Porque tão fundamental em suas vidas quanto o fato de terem em algum momento virado à esquerda é o seguir adiante, com o repasse do conhecimento, que tanto buscaram, às gerações futuras.

Referências Bibliográficas

- A GREVE NA VOZ DOS TRABALHADORES. *Da Scania a Itu. História Imediata*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. 26. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.
- ASSIS, Denise. *Pesquisa e cinema a serviço do Golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad Editora e Faperj, 2001.
- BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal militar en la última dictadura argentina. Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine-Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes-Benz*. Suplemento especial de Engranajes a treinta años del golpe militar. Publicación da Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (Fetia) e da Central de los Trabajadores Argentinos (CTA), 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- BEAVOUIR, Simone. *A mulher desiludida*, 1967. Disponível em <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Simone%20de%20Beauvoir-2.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BERTUOLO, Claudemir. “Rádio-peão”: do chão às estrelas, do tático para o estratégico. In: *Anais do Congresso Virtual de Comunicação Empresarial*, II, São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.comtexto.com.br/2convicomcciRadioPeaoClaudemirBertuolo.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória – Ensaios de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUENO, Wilson. *Comunicação empresarial: da rádio peão às mídias empresariais*. Metodista, 2014.
- CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). *Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Paulus, 2008.

- CARVALHO, Ricardo. *O cardeal e o repórter*. São Paulo: Global Editora, 2010.
- CASADO, José. Como as empresas ajudaram a ditadura no Brasil. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2005, capa e p. 38-40.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- CIDADÃO BOILESEN (documentário). Chaim Litewski. 92 minutos, col. Brasil, 2009.
- COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE VLADIMIR HERZOG - *Relatório Final, maio a dezembro de 2012*. São Paulo: Câmara Municipal, 2013.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – Relatório, Textos Temáticos - V. II. Dez. 2014
- CUCHE, Dennys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1997.
- DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados* 28 (80), 2014.
- D'ARAÚJO, Maria Cecília; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel, 1908-1996*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, C. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DOWNING, John D. *Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 1ª e 2ª edições (2002/2004)
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- ECOSTEGUY, Ana C.; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker, 2005.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- _____. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio – propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)* São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. *Propaganda: ideologia e manipulação*. S/loc: RocketEdition/ eBooksBrasil.org, 1999. E-book disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html>. Publicado originalmente na versão impressa sob o título *Propaganda ideológica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

GARCÍA-CANCLINI, Nestor. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. Campinas: *Opinião Pública*, v. VIII, n.1, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada – As ilusões armadas* (v.1). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIACOMINI, Gino. As organizações sociais no contexto da comunicação voltada para a inovação humana. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). *Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GLIK, Mónica Sol. A la sombra del condor: arte, resistência y movimientos alternativos transnacionales durante las recientes dictaduras latino-americanas (1976-1983). Dossiê Militância e Vida Cotidiana: os anos 60 e 79 no Cone Sul. *INTERThesis, Revista Internacional Interdisciplinar* número 1, v.10, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro, DP & A: 2005.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. Do discurso da ditadura à ditadura do discurso. *Cadernos Diplô*, p. 46-49, 2002.

KUNSCH, Margarida. *Relações públicas e modernidade*. São Paulo: Summus, 1997.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos*. São Paulo: Editorial, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*, 4. ed., Campinas, SP; Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jean Pierre. *Mai 68, l'heritage impossible*, Paris, La Découverte, 2002, in SARLO, Beatriz, *Tiempo pasado cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, Editores Argentina 2005.

MARQUES DE MELO, José. *Comunicação e libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis (org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. São Paulo: Record, 2003a.

_____. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. In: MORAES, Denis (org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. São Paulo: Record, 2003b.

_____. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MEDEIROS, Rogério; NETO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2012.

MÉDICI, Ademir. *História consolidada - 70 anos dos químicos do ABC (1938-2008)*, São Paulo: MP Editora, 2008.

_____. Coluna Memória, Santo André: jornal *Diário do Grande ABC*, Caderno Setecidades, p. 2. Santo André, SP, 19/9/2001.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de história oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996

MIANI, Rozinaldo Antônio. Bilhetes do João Ferrador: um gênero comunicativo da resistência sindical. In: *Enciclopédia do Pensamento Comunicacional Latino-Americano*, apresentado no Colóquio Internacional do Pensamento Latino-Americano. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas. Disponível em

http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Bilhetes_do_Jo%C3%A3o_Ferrador:_um_g%C3%AAnero_comunicativo_da_resist%C3%AAncia_sindical. Acesso em: 9 jan.2015.

_____. A Construção de uma nova postura política no sindicalismo brasileiro – o sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. 22. ed. Salvador, junho de 2013. Disponível em <http://encontro2013.compos.org.br/anais/comunicaca-e-cidadania/>. Acesso em: 6 mar. 2014.

NASCIMENTO, Cláudio. A oposição sindical no exílio. Jornal on-line *Passa Palavra*, na categoria Brasil, maio de 2010. Disponível em <http://passapalavra.info/2010/05/24419>. Acesso em: 9 jan. 2015.

NASCIMENTO, Gianordoli, I. F. *Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. 2006. Tese de Doutorado, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/download/3249/2258>. Acesso em: 9 jan. 2015.

NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo desenvolvimentista a e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. NEGRO, Antônio; FONTES, Paulo. *A História como processo – revelando aspectos da prática policial no período democrático brasileiro (1945-1964)*.

AESP, setor Deops. Dossiê 43-Z-0, fls. 468. Dossiê 50-Z-341, fls. 1098. Ofício da Delegacia de Polícia do ABC para o Deops, 23/9/74, Disponível em <http://www.crimenysociedad.com.ar/files/submenu5-item4.html>. Acesso em: 9 jan. 2015.

NELSON, Cary; TRECHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

NEUMANN Noelle Elizabeth. The Spiral of Silence - A Theory of Public Opinion. *Journal of Communication*, v. 24, ed. 2, p. 43-51, 1974. Article first published online 7 FEB 2006. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.14602466.1974.tb00367.x/abstract>. Acesso em: 9 jan. 2015.

NUNES, Antônio Carlos Félix; CANNABRAVA, Paulo Filho. *Bilhetes do João Ferrador*. São Paulo: Editora Grafite, 1980.

O DIA QUE DUROU 21 ANOS (documentário). Camilo Tavares, 77 min., col., Brasil, 2012.

PERAZZO, Priscila. Possibilidades da comunicação e inovação em uma dimensão regional. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). *Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Paulus, 2008.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunidade em tempo de redes. In: PERUZZO, C. M. K.; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. *Comunicação y movimientos populares: quais redes?* Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002. p. 275-298.

PERUZZO, Cicilia; VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Revista Líbero*. São Paulo, v. 12, n. 24, dez. 2009, pp. 139-152.

PERUZZO, Cicilia. *Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PHRYSTON, Angela. Estudos Culturais: uma (in)disciplina? In: *Revista Comunicação e Espaço Público*. Ano VI, n. 1 e 2. Brasília: UNB, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro: 1992.

ROSSETTI, Regina. Categorias de inovação para os estudos em Comunicação. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 14, p. 65, julho a dezembro 2013.

ROSSETTI, Regina. Visões teóricas acerca das confluências entre comunicação, sociedade e inovação. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). *Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Paulus, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Imprensa operária. In SILVA, Roberto P. de Queiroz (coord). *Temas Básicos de Comunicação*, São Paulo: Ed. Paulinas; Intercom: 1983.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, Editores Argentina 2005.

SOUZA, Mauro Wilton de. Recepção Mediática como linguagem de pertencimento: entre o comum e o público. In: *Anais do XV Encontro da Compós*. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Unesp, Bauru, São Paulo, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

VALIM, Ana; SINDICATO dos Metalúrgicos de Santo André. *50 anos de luta, 1933-1983*. Santo André: Editora S. C. P., 1983.

WEICHERT, Mário Alberto. O financiamento de atos de violação de direitos humanos por empresas durante a ditadura brasileira - responsabilidade e verdade. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2008.

WORCMAN; PEREIRA - *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESCSP/ Museu da Pessoa/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.